



ANA RITA CANDEIAS DA LANÇA

A INOVAÇÃO SOCIAL COMO HIBRIDISMO

UM ESTUDO DE CASO SOBRE VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada
à Faculdade de Economia, sob orientação da Professora Doutora Sílvia Ferreira

MAIO DE 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ANA RITA CANDEIAS DA LANÇA

A Inovação Social como Hibridismo

Um Estudo de Caso sobre Voluntariado de Proximidade

**Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentada
à Faculdade de Economia, sob orientação da Professora Doutora Sílvia Ferreira**

MAIO DE 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Imagem da Capa:

Pormenor de *Building 3 Steps – Part III*

Alexandre Farto/Vhils & Miguel Maurício, 2006

Lisboa, Portugal

Ao meu Pai.

Aos meus Avós.

Pelas raízes profundas, pelo horizonte.

Ao Preto.

Pela ternura.

AGRADECIMENTOS

Os trabalhos espelham a pessoa e o seu olhar particular. A pessoa reflete o matizado de relações e laços que vai tecendo ao longo da vida, construídos e reconstruídos na dádiva. Este trabalho é uma realidade graças à dádiva de muitas pessoas e é a cada uma delas que o quero dedicar.

À mami, Rosária, pela grandeza humana, pelo amor de “coração ao largo”, por povoar a minha vida de poesia.

À minha família umbilical, porque convosco, ciganitos, toco o raiano do mundo.

À minha família de estaca, a casa da Toinha e do Mário, por pormos o que somos em comum. Pimpolho, obrigada por atear sempre o fogo que arde em mim.

À Su, por termos crescido juntas, por me ter dado guarida durante o trabalho de campo em Évora e por me ter situado na sua “terra de acolhimento”.

Ao Caio, à Iolanda, ao Ulises, por serem inspiração, de como se pode fazer “ciência comprometida”.

Às manas Paula e Ana Melo porque *chez-vous* estou sempre em casa.

À Andreia, à Catarina, à Laura, à Lili, à Raquel, à Sofia, à Susi, pela densidade que nos permeia.

Ao Nelson, ao Paulo, ao Ivan, à Maria e à Rita, ao Raphael, pelo ânimo e pelo *make it simple*.

Ao casal Pedro Maia e Magda, pelo *path*.

À família da Bernardim Ribeiro, pelo recolhimento, pela Natureza, pelo olhar atento e perseverança.

Da casa FEUC:

Aos colegas do MISIE, em especial ao Filipe e ao Pedro, por mergulharmos juntos no “caldeirão”, pela pitada de loucura com que tilintámos este tempo tão rico. Pedrinho, a vida levou-me um mano e deu-me outro, obrigada por tudo!

À malta da ISFEUC, pelo caminho partilhado, pelo compromisso social enraizado, pela experimentação da inovação social. Ao Eulino e ao Eber, pelo optimismo aguerrido e constante.

À Clarinha, por exalar alegria por cada poro, pela sua alma grande.

À Liliana Pimentel, pela cumplicidade e pela fé.

À malta amiga do “Aquário”, porque remando juntos, a galera sobrevive.

Aos Professores do MISIE, em especial ao Professor Pedro Hespanha, pela triangulação de olhares, por enriquecer esta investigação.

À minha orientadora, Professora Sílvia Ferreira, pela coconstrução deste trabalho. Pela sua qualidade científica e pelo desafio intelectual com que sempre me abordou. Pela honestidade intelectual com que ao longo do tempo me orientou, procurando corresponder ao meu modo de olhar para a realidade, tendo criado condições para que a semente inicial desabrochasse na sua identidade e modo próprio de se exprimir.

Do contexto, pano de fundo desta pesquisa:

À FEA, em especial, ao Henrique Sim-Sim, à Inês Gonçalves e à Tânia Silva, pela disponibilidade com que me acolheram e pelas condições que criaram para o desenvolvimento do trabalho de campo.

A cada uma das pessoas que me partilharam a sua história, dando voz a este trabalho, obrigada por protagonizarem a reconfiguração da comunidade face à pressão global.

A cada uma das pessoas com quem convivi na Associação da Senhora da Saúde, pela alegria e genuinidade com que me acarearam.

À Associação e ao Centro, as duas OTS casas de missão, onde respetivamente trabalhei e trabalho, pelo estímulo para a finalização desta investigação, pela abertura e disponibilidade face ao tempo necessário para levar esta empreitada a bom porto.

Aos bombeiros de serviço no fecho até à impressão, a Prima Rita, a Laura, o Primo Ricardo, o Ricardo Dias, a Iolanda e o Pedrinho.

Ao Alexandre Farto, grande Vhils, por ter dado rosto a este trabalho com a sua poesia comunitária enraizada.

A todos vocês, por participarem no Largo! Bem-haja muito, muito, muito!

Escrevo na madrugada as últimas palavras deste livro: e tenho o coração tranquilo, sei que a alegria se reconstrói e continua.

Acordam pouco a pouco os construtores terrenos, gente que desperta no rumor das casas, forças surgindo da terra inesgotável, crianças que passam ao ar livre gargalhando. Como um rio lento e irrevogável, a humanidade está na rua.

E a harmonia, que se desprende dos seus olhos densos ao encontro da luz, parece de repente uma ave de fogo.

Carlos de Oliveira, *Quando a Harmonia Chega*

RESUMO

No cenário contemporâneo de *welfare* híbrido, a inovação social (IS) forjou a sua centralidade na intervenção social face à escala e complexidade dos problemas sociais, como estratégia *mainstream* de resposta a necessidades sociais não satisfeitas. A sua ubiquidade é tangível nos campos de intervenção e investigação, políticas públicas de âmbito nacional e supranacional e na transversalidade de setores que vem passando, favorecendo a transferência mútua de elementos entre diversos contextos e esferas interventivas.

Este estudo ancora-se numa lente híbrida, vislumbrando a IS a partir da influência de articulações intersectoriais, coconstruída por diferentes atores sociais. Definimos como questão central que a IS é uma estratégia híbrida no campo do bem-estar, onde se intermedeiam práticas informais (características do modelo solidário) através de mecanismos formais (típicos do modelo institucional). Para lhe responder elegeu-se como estudo de caso o Projeto de Núcleos de Voluntariado de Proximidade da Fundação Eugénio de Almeida (FEA), em Évora, e a sua implementação no Centro Histórico e Senhora da Saúde. Este foi desenvolvido enquanto IS no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL e manifesta as especificidades do *Welfare Mix* português.

A pesquisa foi qualitativa, procurando aprofundar a emergência de novos fenómenos, tendo a construção do conhecimento sido mediada por uma estratégia abdução, recorrendo a técnicas como pesquisa documental, observação direta, conversas informais, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e *shadowing*.

Num processo interativo entre teoria e empiria, assumimos como questões específicas: que o voluntariado de proximidade (VP) resulta de fatores exógenos e endógenos; permite colmatar lacunas dos modelos institucional e solidário; que o hibridismo se manifesta a dois níveis, o 1º Híbrido e a re-hibridização, correspondendo o 1º ao modelo organizacional do Projeto e a re-hibridização à interação gerada entre os mecanismos previstos no 1º Híbrido e as práticas efetivas do VP. A re-hibridização resulta assim da metamorfose da Sociedade-Providência (SP), com base nas suas latências, e configura a tensão entre a dádiva a desconhecidos, típica do voluntariado, e a obrigação mútua, característica da SP.

Esta investigação demonstra a vitalidade da SP, não no sentido da melancolia, mas da sua metamorfose face às novas exigências contextuais. A IS patente neste híbrido

desafia a reflexão sobre as virtualidades da comunidade/SP/entreadajuda para além da ligação ao mundo rural.

No VP, a tensão entre lógicas antagónicas, potenciadas nas suas diferenças, contribui para gerar uma intervenção de proximidade numa perspetiva de cidadania ativa, bem como, aumentar a confiança entre desconhecidos, pela garantia de retaguarda institucional e ativação de “*links* de proximidade”, isto é, da história/memória latentes de socialização comunitária, sustentadas pela SP através do dom de proximidade.

O VP apresenta como grande vantagem situar-se entre o universalismo *top-down* e a democracia *bottom-up*. Sendo o carácter híbrido o elemento chave da IS, sublinhamos a importância de associar utilizadores, profissionais e voluntários em redes de trocas que favoreçam o diálogo, geradoras de “espaços públicos de proximidade”, onde questões privadas se possam converter em objeto de abordagem conjunta.

Palavras-chave: Inovação Social, Hibridismo, Voluntariado de Proximidade, Sociedade-Providência, Dádiva.

ABSTRACT

In the contemporary scenario of the hybrid welfare, social innovation (SI) has forged its centrality in the social intervention as a mainstream response strategy to unmet social needs, given the scale and complexity of social problems. Its ubiquity is tangible in the fields of intervention and research, national and supranational public policies and in the crosscutting of the sectors it penetrates, favoring mutual transfer of elements between different contexts and spheres of action.

This study is anchored in a hybrid lens, glimpsing from the standpoint of the influence of inter-sectoral links, co-constructed by different social actors. We hypothesize that SI is a hybrid strategy in the welfare field, where informal practices (characteristic of the solidarity model) are being mediated through formal mechanisms (typical of the institutional model). In order to confirm this, a case study of the Proximity Volunteer Project, from Eugénio de Almeida Foundation (FEA), in Évora, was carried on, particularly in its implementation in two neighborhoods, the Historical Center and Senhora da Saúde. This project was developed as SI under the EQUAL Community Initiative and expresses the specificities of the Portuguese Welfare Mix.

The research was qualitative, seeking to deepen the knowledge on the emergence of new phenomena, and the construction of knowledge was mediated by an abductive strategy. Techniques resorted to were: documental analysis, observation, informal conversations, field diary, semi-structured interviews and shadowing.

In an interactive process between the theory and the empirical, we assumed, as specific hypothesis, that the PV project is a result of both exogenous and endogenous factors; it allows to bridge gaps between the institutional and the solidarity model; that hybridity manifests itself at two levels - the 1st Hybrid and the re-hybridization, corresponding the 1st one to the organizational model of the project and the re-hybridization to the interaction between the mechanisms under the 1st Hybrid and the effective practices of PV. Therefore, the re-hybridization is a result of the metamorphosis of the Welfare Society (WS) based on its latencies and sets up the tension between the gift to strangers, typical of volunteering, and the mutual obligation, characteristic of the WS.

This research demonstrates the vitality of the WS, not in the sense of melancholy, but of its metamorphosis given the new contextual requirements. The SI of this hybrid

defies the reflection on the virtues of the community/WS/mutual aid beyond the connection to the rural world.

In PV, the tension between antagonistic logics, enhanced in their differences, helps to generate a proximity intervention on an active citizenship perspective as well as increases the trust between strangers, by guaranteeing the institutional backup and the activation of ‘close links’, that is, of the latent history/memory of community socialization, supported by the WS through the proximity gift.

The PV has the great advantage to exist between the top-down universalism and bottom-up democracy. The hybrid character is the key element of SI. Therefore we stress the importance of involving users, professionals and volunteers in exchange networks that foster dialogue, generating ‘public spaces of proximity’, where private matters can convert into object of a joint approach.

Keywords: Social Innovation; Hybridism; Proximity Volunteering; Welfare Society; Gift.

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

AC- Alta de Coimbra

BEPA – *Bureau of European Policy Advisors*

CH – Centro Histórico

CLASE – Concelho Local de Ação Social de Évora

CRISES – *Centre de Recherches sur les Innovations Sociales*

DC – Diário de Campo

EP – Estado-Providência

FEA – Fundação Eugénio de Almeida

FIS – Fórum sobre Inovação Social

GAS – Grupo de Ação Social

IGOT-UL – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território- Universidade de Lisboa

IS – Inovação Social

NVP – Núcleos de Voluntariado de Proximidade

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OTS – Organizações do Terceiro Setor

POISE- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SINGOCOM – *Social Innovation, Governance and Community Building*

SIX – *Social Innovation Exchange*

SP – Sociedade-Providência

SS – Senhora da Saúde

TS – Terceiro Setor

UE – União Europeia

VP – Voluntariado de Proximidade

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
PARTE I ESTADO DA ARTE	12
CAPÍTULO 1 O PARADIGMA DA INOVAÇÃO SOCIAL: CONTEXTOS, ATORES E DISCURSOS	12
1.1. A Inovação, do Espectro Revolucionário aos <i>Schumpeterian Warfare Postnational Regimes</i>	12
1.2. Atores e Contextos na Génese da Inovação Social	15
1.3. Discussões Conceptuais	17
CAPÍTULO 2 O WELFARE MIX PORTUGUÊS	21
2.1. A Discussão acerca dos Sistemas de Bem-Estar	21
2.2. Idiosincrasias do <i>Welfare Mix</i> Português	22
2.2.1 Sociedade Providência: entre a Regressão e as Tendências de Reconfiguração	26
2.2.2. O Voluntariado, um Mosaico da Sociedade Portuguesa	29
CAPÍTULO 3 NO ENCALÇO DO HIBRIDISMO	33
3.1. Hibridismo, uma Metáfora da Contemporaneidade	33
3.2. A Ubiquidade do Hibridismo nos Sistemas de Bem-Estar	35
3.3. Desafios colocados à Teoria e Empiria	37
PARTE II O PERCURSO DA PESQUISA	41
CAPÍTULO 4 MODELO DE ANÁLISE	41
4.1. Questões de Pesquisa, Conceitos-Âncora e Objetivos	41
CAPÍTULO 5 OPÇÕES METODOLÓGICAS	50
5.1. Estudo de Caso	50
5.1.1. Seleção do Caso - Projeto de Voluntariado de Proximidade da Fundação Eugénio de Almeida em Évora	50
5.1.2. Núcleos de Voluntariado de Proximidade do Centro Histórico e Senhora da Saúde em Évora	54
5.2. Fases e Instrumentos de Recolha e Tratamento de Informação	55
5.2.1. Fase Exploratória	56
5.2.2. Fase de Afunilamento	58
5.2.3. A Investigadora-atora, a Vivência Raiana	62

PARTE III A INOVAÇÃO SOCIAL COMO HIBRIDISMO: O CASO DO VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE DA FUNDAÇÃO EUGÊNIO DE ALMEIDA EM ÉVORA	64
CAPÍTULO 6 O VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE, NA TRANSIÇÃO ENTRE A SOCIEDADE DO CONSUMO DE MASSAS E O ESTADO-PROVIDÊNCIA	64
6.1. As Transformações Globais	64
6.2. As Transformações no Sítio	70
6.2.1. Centro Histórico	71
6.2.2. Senhora da Saúde	73
CAPÍTULO 7 O MODELO DE INOVAÇÃO SOCIAL DO VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE	78
7.1. O Modelo Organizacional do Voluntariado de Proximidade desenhado pela Fundação Eugénio de Almeida	78
7.2. A Inovação Social do Voluntariado de Proximidade a partir da sua Natureza Híbrida	84
7.2.1. A Relação com o Terceiro Setor	85
7.2.2. A Relação com o Voluntariado e a Sociedade-Providência	87
7.2.3. A Relação com a Sociedade-Providência e o Estado-Providência	92
7.3. A Re-Hibridização do Voluntariado de Proximidade	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
APÊNDICES	127
Apêndice 1 Guião de Entrevista para Beneficiários dos NVP	128
Apêndice 2 Guião de Entrevista para Voluntários dos NVP	131
Apêndice 3 Guião de Entrevista para Conselheiros dos NVP	135
Apêndice 4 Lista de Entrevistados	139
ANEXOS	140
Anexo 1 Conto “O Largo”	141

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o conceito de inovação tornou-se incontornável nos campos do desenvolvimento económico bem como do desenvolvimento social e resultou da coconstrução levada a cabo por investigadores, interventores e poderes públicos (Osborne, 1994 *apud* Lévesque 2005: 1). Processos e sistemas de inovação tornaram-se alvo de pesquisa e investimento por parte de políticas públicas e diversas entidades privadas, vislumbrando-se o recurso contínuo à inovação como uma das características do capitalismo cognitivo (Vercellone, 2003 e Serfati, 2003 *apud* Lévesque, 2005: 14).

A inovação social pode ser assumida claramente como um objetivo por parte das políticas públicas, verificando-se uma tendência crescente por parte da União Europeia (UE) para o estímulo ao seu incremento e, simultaneamente, para a sua integração nas próprias estruturas governamentais. Na perspetiva de Arminda Neves (2009b), as políticas públicas significam intervenções do Estado na realidade social, estando sujeitas à pressão da evolução das necessidades e expectativas, bem como da disponibilidade de novos conhecimentos e tecnologias que podem ser postos ao serviço dos objetivos visados. Face ao atual cenário marcado pela complexidade dos problemas sociais, a IS pode incidir na conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas públicas, contribuindo para a sustentabilidade das mesmas.

Segundo alguns autores (Alpkvist, 2009; Henriques, 2009; Neves, 2009b), a IS parte do reconhecimento da ausência, insuficiência ou desadequação das respostas estatais aos problemas sociais, contribuindo assim para o aperfeiçoamento das políticas públicas existentes, preenchendo lacunas ao nível dos enquadramentos políticos ou reformulando-os e, ao basear-se em práticas validadas torna as políticas menos dispendiosas. Amiúde encarada como catalisadora no domínio socioeconómico, a IS permite ainda testar novas abordagens políticas e novos modos de execução, um meio de atingir qualidade e produtividade, responde a uma dupla necessidade de mudança, para os beneficiários e para as políticas (Jouen, 2009; Andrew e Klein, 2010). Por seu turno, o posicionamento do setor público influencia grandemente os processos de IS, quer do ponto de vista da regulação, que pode materializar-se em incentivo ou bloqueio, pela via do enquadramento legal que pode veicular, quer ainda pela afetação de recursos financeiros (Murray *et al.*, 2010).

A UE denota um largo percurso histórico de investimento em programas vocacionados para a inovação, nomeadamente com a Comunidade Económica do Carvão e

do Aço, programas contra a pobreza adotados nas décadas de 1970 e 1980 e Fundo Social Europeu, sendo que depois de 1987 cada componente dos fundos estruturais comunitários passou a dispor de uma linha específica dedicada à inovação (Jouen, 2009: 61). Pese embora se assinale a ubiquidade da IS em diversos programas europeus, a Iniciativa Comunitária EQUAL contribuiu grandemente para a afirmação e legitimação do conceito ao eleger “a IS como processo” (IGOT-UL, 2013: 36). A EQUAL foi um Programa cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, instrumento da Política de Coesão e Estratégia Europeia para o Emprego, e do Plano Nacional de Emprego, que teve como objetivo eliminar fatores geradores de desigualdades e discriminações no acesso ao mercado de trabalho. Vigorou entre os anos 2000-2010, sendo que em Portugal decorreu entre 2001-2008¹. Na sequência da EQUAL, do Lançamento da Estratégia Alargada no domínio da Inovação (2006)² e da Comemoração do Ano Europeu da Criatividade e da Inovação em 2009³, a UE adotou em 2009 a Agenda Social Renovada, “que veio consagrar orientações fundamentais experimentadas anteriormente”, sendo a IS fomentada com o objetivo de combater os riscos sociais, numa lógica de coprodução de respostas entre diversos atores (IGOT-UL, 2013: 37).

Após um período em que se vislumbrou a IS como estratégia de fortalecimento do Modelo Social Europeu, com o gradual abandono deste, dando a Europa a impressão de não desejar comprometer-se demasiado no seu aprofundamento (Hespanha, 2001: 178), a atual crise reforçou a centralidade da IS. Presentemente, a IS foi incorporada pelas políticas de austeridade neoliberais, espelhada no desenvolvimento de orientações estratégicas, enquadramento legal e programas. Nesta sequência, é de salientar: a) em 2010, a Estratégia Europa 2020⁴ - estratégia económica orientada por três vetores de crescimento: inteligente, sustentável e inclusivo, na senda de obter elevados níveis de emprego, coesão social e produtividade, apontando-se que o crescimento inteligente deve assentar no conhecimento e na inovação, entre outros, pela promoção de projetos de IS; b)

¹ Acesso em 20 de abril de 2013, disponível em: <http://www.qca.pt/iniciativas/equal.asp>

² Acesso em 04 de janeiro de 2011, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52006DC0502>

³ Iniciativa que favoreceu a implementação de variadas ações ao nível dos Estados membros, procurando instaurar um ambiente propício a todas as formas de inovação. Acesso em 14 de fevereiro de 2011, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=URISERV:l29020>

⁴ Acesso em 07 de abril de 2013, disponível em: http://ec.europa.eu/archives/growthandjobs_2009/pdf/complet_pt.pdf

em 2011, o Relatório lançado pelo *Bureau of European Policy Advisors* (BEPA) - que apresenta um diagnóstico sobre a situação atual da IS, bem como um conjunto de recomendações a implementar (IGOT-UL, 2013: 37), estruturando a política europeia para a inovação; c) em 2013, o Guia para a IS⁵ - documento desvelado como resposta ao cenário da atual crise económica. A Comissão Europeia, em conjunto com o *DG Regional and Urban Policy and DG Employment, Social affairs and Inclusion*, procederam à descrição de medidas de IS, um manancial de projetos cofinanciados desenvolvidos nesse âmbito. Apresentaram ainda um quadro de recomendações para autoridades públicas regionais que favoreçam o incremento da IS e d) o Programa EaSi- Emprego e Inovação Social, que visa apoiar os Estados-membro na criação de emprego e na implementação de reformas sociais (IGOT-UL, 2013: 40).

Em Portugal, mais recentemente, são de referir o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)⁶ e o Portugal Inovação Social⁷, ambos em fase de lançamento, não sendo ainda possível conhecer o seu impacto. O primeiro, lançado na esteira do Portugal 2020, tem como objetivos promover a sustentabilidade, a qualidade do emprego, apoiar a mobilidade dos trabalhadores, fomentar a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. O segundo consubstancia-se numa iniciativa que denota uma alteração substancial de paradigma, contribuindo para fortalecer a economia convergente, de forma intersectorial, tendo como objetivo o impacto, com tipologias como sejam Títulos de Impacto Social - alicerçados numa metodologia de contrato de pagamento público com base em resultados - ou o Fundo para a Inovação Social- um concurso de cofinanciamento para entidades retalhistas, como sejam bancos ou capital de risco.

O choque petrolífero de 1973 marcou historicamente a transição do modelo de regulação *fordista* e *keynesiano* para o pós-*fordismo*, no espectro dos *Schumpeterian Warfare Postnational Regimes* (Jessop, 1993). Nesta sequência, aos anos gloriosos de crescimento económico, florescimento social e afirmação da sociedade do consumo de massas, possibilitados pela reconversão das economias e das sociedades e pela sedimentação dos Estados-Providência modernos, seguiu-se um quadro de recessão. Na

⁵ Acesso em 12 de maio de 2013, disponível em:
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/social_innovation/social_innovation_2013.pdf

⁶ Acesso em 18 de novembro de 2015, disponível em:
http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/PO_inclusaosocial_emprego.pdf

⁷ Acesso em 18 de novembro de 2015, disponível em:
https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Nacional/RCM%2073A_2014.pdf

espácio-temporalidade contemporânea, o campo do bem-estar tem sido fluidamente gotejado por novos modos de governação, que tendem a diluir as clássicas fronteiras entre o Estado, a sociedade e o mercado, afirmando a interdependência das diferentes esferas, com base em configurações híbridas como forma de responder à complexidade dos problemas sociais atuais.

Situando-se num momento de transição político-social, em que se assumiu a perda de eficácia e legitimidade por parte das políticas *keynesianas* e as limitações dos pressupostos neoliberais, a inovação enquadrou-se em modelos que respondessem a problemas de competitividade e produtividade, acoplados aos *Schumpeterian Workfare State Regimes* (Jessop, 1993). A intervenção do Estado redimensiona-se e os modelos de intervenção social emergentes baseiam-se em novos pressupostos e novas metodologias (Hespanha, 2008), reclamando a IS um espaço próprio no *mainstream* das soluções no campo de respostas aos problemas sociais atuais (Neves, 2009a).

Refletir a natureza e o papel da IS nas sociedades contemporâneas implica pois constatar a importância que esta vem assumindo num variado rol de disciplinas académicas e setores, na transversalidade que a tem matizado, desde os movimentos revolucionários que foram o seu germen (Godin, 2012), passando pela institucionalização como instrumento político da reconfiguração do EP (Moulaert, 2009), até ao seu acoplamento como estratégia dos *Schumpeterian Regimes*. Nesta arena plural e híbrida, onde “existem instituições e profissionais responsáveis por fazer surgir a inovação” (Alter, 2000 *apud* André e Abreu, 2006: 127), até o mercado- especificamente as empresas privadas na linha da responsabilidade social- tende a adotar a IS como estratégia privilegiada de intervenção (Rousselle, 2011).

A relevância da IS nas últimas três décadas é atestada pelo crescimento exponencial do número de centros dedicados ao seu estudo e promoção (Mulgan *et al.*, 2007; Howaldt e Schwarz, 2010; Murray *et al.*, 2010; IGOT-UL, 2013). Paralelamente a estas iniciativas concorre o maior fomento sob o prisma político, visível na amplitude de orientações estratégicas, regulamentação diversa e na criação de organismos públicos orientados para o estímulo da IS. Outra das tendências dominantes que moldam o paradigma da IS, e que reforça a sua centralidade enquanto estratégia transversal no campo da intervenção, é a intersecção plural que transpõe as fronteiras entre setores público,

privado e setor não lucrativo, enquadrando-se neste âmbito o Fórum sobre Inovação Social (FIS)⁸, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a *Social Innovation Exchange* (SIX)⁹, bem como o projeto SINGOCOM¹⁰.

A IS tornou-se num imperativo face à escala global dos problemas sociais nas sociedades contemporâneas (desigualdades sociais, acelerado crescimento urbano, alterações climáticas, entre outros), bem como à escassez de recursos para o seu enfrentamento (Mulgan *et al.*, 2007). O conceito de IS foi retirado do anonimato e catapultado para a arena das novas tendências, como aplicação comum de um novo fenómeno social e, ainda que as suas fontes sejam numerosas, tende a disseminar-se através de organizações no seio de comunidades, territórios e sociedades (Howaldt e Schwarz, 2010). A diversidade de áreas de intervenção e pesquisa denotam uma panóplia de contextos que vão desde a gestão ao desenvolvimento ambiental, responsabilidade social, desenvolvimento local, economia social e solidária, governação, entre outros. Nesta esteira, algumas organizações mais implicadas na dinamização da IS apontam-lhe vários desafios, que desembocaram no maior aprofundamento do campo conceptual, procurando que este produza efeitos no universo das práticas.

Kesselring e Leitner (2008 *apud* Howaldt e Schwarz 2010: 55) referem que a IS deve ser encarada como o interface entre a reflexão sociológica e a ação social e, nesta sequência, quer o Relatório sobre IS (Mulgan *et al.*, 2007), quer o *Open Book of Social Innovation*¹¹ (Murray *et al.*, 2010), apresentam um quadro de recomendações que

⁸ Criado em 2000 com o intuito de facilitar a disseminação internacional e a transferência de políticas e práticas. Organiza estudos, conferências, projetos de investigação e avaliações, assumindo-se como órgão de experimentação, aprendizagem e colaboração. Congrega parceiros internacionais de governos nacionais, regionais e locais, bem como de organizações não governamentais.

Acesso em 20 de abril de 2013, disponível em:
<http://www.oecd.org/cfe/leed/leedforumonsocialinnovations.htm>

⁹ Trata-se de uma iniciativa realizada pela *Young Foundation* em parceria com diversas organizações, que deu origem à constituição de uma rede de partilha de ideias e experiências de diferentes campos onde se produz IS. Com mais de 5000 membros, espalhados pelos cinco continentes, aporta suporte individual e organizacional no âmbito da promoção da IS. Acesso em 20 de abril de 2013, disponível em:
<http://www.socialinnovationexchange.org/>

¹⁰ SINGOCOM refere-se à sigla *Social innovation, governance and community building*; respeita a um projeto de pesquisa sobre desenvolvimento socioeconómico e governação a nível local, financiado pela UE e coordenado por Frank Moulaert. O projeto usa a IS como “ferramenta” para abordar a governação em comunidades locais. Acesso em 20 de abril de 2013, disponível em: http://ec.europa.eu/research/social-sciences/projects/100_en.html.

¹¹ Ambos os volumes foram desenvolvidos colaborativamente entre a NESTA e a Young Foundation, organizações que no Reino Unido têm como missão promover e suportar a IS, desenvolvendo investigação, numa lógica de IS aplicada. Partem da identificação de iniciativas práticas de IS em diferentes países e

pretendem estimular a polinização entre setores interventivos. O aumento do conhecimento de base, a gestão profissional da inovação, nomeadamente no que concerne à difusão, onde as organizações tendem a desempenhar um papel decisivo, são alguns dos fatores tidos como determinantes para o sucesso das iniciativas de IS.

Embora muita da IS possa ser imprevisível, ela pode ser favorecida por determinadas condições. A IS não denota campos de atuação territorializados, manifesta-se em todos os setores, desenvolvendo-se as ações mais criativas nas fronteiras entre setores (Murray *et al.*, 2010). Além disso, o facto de ser ativada por parcerias entre pequenas e grandes organizações tende a fortalece-la (Mulgan *et al.*, 2007). Neste sentido, o enquadramento ao nível das políticas públicas, a adoção de metodologias específicas de inovação no setor público, o financiamento direcionado especificamente para a IS, o *empowerment* de utilizadores como foco para o favorecimento da disseminação da IS e a importância de desenvolver modelos e programas replicáveis criaram todo um campo contextual de necessidades justificativas de reiterada investigação sobre um conceito que se tornou num ícone da atual sociedade do consumo de ideias mas que permanece todavia parcamente aprofundado no campo académico, pese embora a proliferação de publicações mais recentes.

Aquando do contacto com as teorias sobre IS, no âmbito do Mestrado, ressaltou-me a predominância de uma retórica marcada pelo carácter de novidade, associada ao protagonismo das instituições nos processos de gestação e desenvolvimento da IS. Por contraponto, apelava-me justamente o modo como as inovações sociais incorporam racionalidades e imaginários comunitários e, ao estabelecerem essa ponte com o mundo referencial dos atores, favorecem a sua legitimação interna e externa. Nesta sequência, a inquietação inicial que motivou o desenvolvimento desta investigação foi histórica, de questionamento sobre o que é o novo na IS, na esteira de Catroga (2009: 7), que refere- “O passo que o homem dá para a frente tem na pegada anterior a sua condição de possibilidade. [...] O seu caminhar vai deixando traços [...] eles são sinais que o impedem de ser só presente ou só futuro”. Queria, então, aprofundar o porquê da sua importância na atualidade e como se tece a IS.

Pensando as transformações sociais contemporâneas e os fatores que justificam a necessidade da IS, acompanhou-me o conto *O Largo*, de Manuel da Fonseca (1993), (cf.

setores de intervenção, espelhando um conjunto de estudos de caso, métodos e ferramentas que procuram aportar suporte à disseminação da IS nas organizações e contextos.

Anexo 1), o pano de fundo de uma sociedade portuguesa rural circunscrita ao pequeno mundo local, na transição para o mundo global em que a IS contemporaneamente emerge. Olhando para a IS, despertou-me a teoria de Rosabeth Kanter (2000), sobre a polinização na IS e como a mesma se vai gerando na interseção de vários contextos. Desta bifurcação resultou o questionamento central deste estudo- a IS é uma estratégia híbrida no campo do bem-estar, onde se intermedeiam práticas informais através de mecanismos formais. Como contexto para observar esta questão elegeu-se para estudo de caso o voluntariado de proximidade- especificamente o Projeto de Núcleos de Voluntariado de Proximidade promovido pela Fundação Eugénio de Almeida em Évora. Este manifesta as idiossincrasias do *Welfare Mix* português, em que a IS do VP se gera na articulação híbrida de características e lógicas do modelo institucional e solidário no campo do bem-estar, onde poderiam ser encontradas as articulações entre o “novo” e o “velho”. Trata-se de um projeto do âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL e, como tal, enquadrado e desenvolvido metodologicamente enquanto IS.

Na esteira da hibridização, o Estado tem vindo a assumir a inovação colaborativa intersectorial (Alpkvist, 2009), tendo promovido, no âmbito da Estratégia Europeia de Emprego, o Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, um programa de reforço da coesão social e territorial que assumiu explicitamente a IS como um objetivo. Na esteira do Tratado de Lisboa e da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, algumas correntes defenderam que a IS poderia contribuir para o fortalecimento do Modelo Social Europeu (Vignon, 2009). Pelo cariz de envolvimento de todas as partes no seu reforço, mantendo o equilíbrio entre ações curativas e preventivas, pretendia-se alargar a intervenção estatal a domínios não cobertos, pela incorporação de práticas que a sociedade foi gerando, assentes em gramáticas de proximidade. Foi nessa linha que o Programa EQUAL¹² impulsionou a IS, situando-a como uma estratégia de luta contra problemas sociais, que se concretizou em novas soluções para combater as discriminações no mercado de trabalho e responder de forma mais eficaz aos problemas das comunidades e das pessoas em situação de maior desvantagem (Vale, 2009; Vignon, 2009). No concreto, tratou-se de um programa de carácter experimental, um laboratório de IS, que pretendia “desenvolver abordagens inovadoras que depois de validadas deveriam ser generalizadas” (Vale, 2010 *apud* IGOT-

¹² Entrevista a Ana Vale, gestora da iniciativa EQUAL em Portugal. Acesso em 14 de dezembro de 2011, disponível em: <http://fiar-linho.blogspot.com/2009/03/dr-ana-vale-gestora-equal-portugal.html>

UL, 2013: 36). Os projetos foram desenvolvidos por entidades associadas em parcerias e os produtos criados reuniam uma série de requisitos que favoreciam a sua replicabilidade, de modo a serem facilmente transferidos. O processo envolveu a capacitação de técnicos e organizações, bem como a disponibilização de um considerável acervo documental desenvolvido no âmbito dos projetos¹³. O ciclo de IS pressupõe diagnóstico de necessidades efetuado com os destinatários, experimentação e conceção de novos produtos/soluções, validação e reconhecimento da qualidade dos resultados, a sua transferência ou disseminação para outros contextos, incluindo a sua adequação ou mesmo reconstrução, e a implementação de novos serviços e processos de trabalho (Vale, 2010: 8, 18).

O conceito de IS do EQUAL pode assumir duas dimensões: a material, relativa ao desenvolvimento de produtos que constituam novas soluções face a desigualdades, e a processual ou imaterial, respeitante ao fomento de uma cultura de inovação a ser incorporada nos processos de produção e disseminação de produtos, assente em princípios e metodologias que possam traduzir-se em formas inovadoras de atuação no domínio da intervenção social (Martinho, 2009: 21; Pimenta, 2009: 260-261). As metodologias assentam no *empowerment*, trabalho em parceria e em rede, na gestão partilhada assumindo a IS a capacidade para satisfazer necessidades de pessoas e comunidades, numa perspetiva inclusiva que fomente a cidadania pela tónica na participação no domínio da esfera pública. A transformação de dinâmicas sociais inigualitárias, o desenvolvimento de novas metodologias fortalecedoras de políticas relaciona-se com o setor público, empresarial e Terceiro Setor (TS), saindo reforçada na complementaridade de todos os setores. De acordo com Neves (2009a: 2), a IS é um ponto de acumulação de uma paleta diversificada de experiências de intervenção social que exprimem movimentos de cidadania ativa, formas de organização coletiva para resolução de problemas concretos, de inclusão e de dinamização de recursos dos territórios. No âmbito da filosofia EQUAL, a IS é encarada como a ferramenta constitutiva deste novo paradigma para a intervenção social, assumindo José Henriques (2009: 205) que, prospectivamente, se deve valorizar o

¹³ “Em Portugal, o EQUAL investiu 150 milhões de euros, tendo apoiado 188 projetos experimentais, que envolveram mais de 1500 entidades nacionais, que cooperaram com 610 organizações de outros Estados-Membros. Foram mais de 8000 os profissionais envolvidos nos diferentes projetos, tendo sido produzidas 320 novas soluções.” (Vale, 2010: 8).

contributo de agentes não formais e partir de diferentes formas de conhecimento, como fator proeminente para a IS.

Focando o contexto da sociedade portuguesa, a sua condição semiperiférica torna-se extremamente permeável aos efeitos da globalização económica, exacerbados pela presente crise financeira, económica e social (Hespanha, 2001). A mundialização da economia, a desregulação das instituições e o primado da mercadorização, num contexto pouco precavido contra os riscos sociais, contribuem para a precarização no mundo do trabalho e para o agravamento da pobreza na esfera social, num cenário de reorganização do Modelo de Estado Social de acordo com os imperativos económicos (Hespanha, 2001; Hespanha e Portugal, 2002: 126; Silva, 2013: 29). No presente momento histórico, o que está em causa são as virtualidades dos mecanismos de proteção social das diferentes esferas se reconfigurarem ou se descaracterizarem.

Encarado como um fenómeno global, com uma pluralidade de enquadramentos locais que originam um campo conceptual multidimensional, influenciado por diversos atores e delineado com base em ideologias e racionalidades diferenciadas, elegemos o voluntariado no seio da sociedade portuguesa por se assumir como um mosaico desta e das suas práticas híbridas. Alicerçado na solidariedade social, enquanto ato de gratuidade, de dom, o voluntariado imbrica-se na génese da própria comunidade, esteirando-se atualmente às esferas estatal e do mercado. Se, de modo informal, os indivíduos têm procurado responder às necessidades sociais não satisfeitas, corporizando formas de solidariedade ativa, a tendência crescente de formalização do voluntariado prende-se com a importância que lhe é mormente atribuída, enquanto fenómeno catalisador de transformação social, que ocupa um nicho complementar entre o trabalho profissional e a atuação institucional. Suzie Robichaud (2003) metaforizou o voluntariado, situando-o “entre o coração e a razão”.

De acordo com a literatura (Serapioni *et al.*, 2013: 213), o VP afirma-se como uma tendência emergente com forte expressão em Portugal, devido à configuração da sociedade e EP. Gonçalves (2012) assinala que se assume como uma resposta a necessidades sociais não satisfeitas, não cobertas por organizações públicas e/ou do TS mas complementar a estas. A literatura reforça as opções desta pesquisa, em termos da IS, ao frisar a necessidade e relevância de aprofundar o estudo desta a partir do investimento em pesquisa mais extensiva- nomeadamente clarificação conceptual, estudos de caso e análise de fatores críticos de sucesso e potenciais inibidores do processo de IS (Mulgan *et*

al., 2007: 39), bem como, em termos da abordagem da ótica dos utilizadores, que experimentam a IS (Howaldt e Schwarz, 2010). Em termos do hibridismo, a literatura refere a importância do desenvolvimento de estudos que se foquem na identidade, dinâmica de funcionamento e serviço diferencial (Brandsen *et al.*, 2005b).

Em termos de estruturação, a Dissertação divide-se em quatro partes, além desta Introdução, correspondentes à revisão da literatura (Parte I), apresentação do modelo e percurso de pesquisa (Parte II), apresentação e análise dos resultados empíricos (Parte III) e, finalmente, a conclusão.

A Parte I -O Estado da Arte- é composta por três seções em dialética- 1) IS- onde se situa a IS no contexto da discussão mais vasta sobre inovação e suas implicações macroestruturais; se explana sobre a sua especificidade e discussões conceituais. 2) *Welfare Mix* Português- enquadrado no seio da discussão sobre sistemas de bem-estar, com menção à sua integração no Modelo do Sul da Europa; especificidades do modelo português, com destaque para as discussões sobre SP e voluntariado. 3) Hibridismo- revisão da literatura, as discussões na relação com os sistemas de bem-estar e principais desafios para a teoria e empiria.

A Parte II- O Percurso da Pesquisa- mediando o campo teórico e o empírico, desenvolve o modelo de análise, com apresentação de conceitos utilizados, objetivos e questões de aprofundamento. Apresentam-se as opções metodológicas e descreve-se o percurso de pesquisa.

Na Parte III- A IS como Hibridismo - é apresentado o caso do VP da FEA em Évora, detalhando as transformações globais e locais no espectro da sociedade do consumo de massas e do EP; o modelo de IS do VP; a especificação da natureza híbrida do VP a partir das relações com o TS, a SP, o EP e outras práticas de voluntariado. Decorrente de novas hipóteses suscitadas pela entrada no campo, avança-se, ainda, com uma discussão sobre a dádiva no contexto da metamorfose da SP e a sua articulação com o voluntariado, sob a designação de re-hibridização.

Para encerrar, são tecidas as Considerações Finais, onde se discutem as principais conclusões do estudo, eventuais lacunas e contributos para a investigação e intervenção social.

Encarada atualmente como uma das grandes impulsionadoras de processos de mudança social, sabendo que o desconhecimento acerca do fenómeno e dos seus processos desincentiva as organizações a investirem na IS, desfavorecendo a sua sustentabilidade (Mulgan *et al.*, 2007), pretendemos aportar um contributo para o aprofundamento do conhecimento neste campo, perspetivando que a IS produza consequências teóricas, políticas, sociais e éticas num horizonte emancipatório.

PARTE I | ESTADO DA ARTE

CAPÍTULO 1 | O PARADIGMA DA INOVAÇÃO SOCIAL: CONTEXTOS, ATORES E DISCURSOS

1.1. A Inovação, do Espetro Revolucionário aos *Schumpeterian Warfare Postnational Regimes*

Pese embora o fenómeno da inovação se espriar ao longo da história da humanidade, de acordo com Godin (2012), enquanto categoria conceptual surgiria no mundo ocidental no século XIX, na sua dimensão social, imbricada em movimentos de índole revolucionária, especialmente no Socialismo. O autor (*Ibidem*) traça a genealogia da IS, representações e usos nos últimos dois séculos, discutindo que a corrente dominante na literatura tende a confinar o conceito de inovação quase em exclusivo aos campos da Economia, Administração e Gestão até cerca de 1980. Por seu turno, postula que a conceptualização de IS é anterior à de inovação tecnológica, que somente em meados de 1940 emergiria como instrumento da política económica e, nos discursos, como categoria conceptual.

A IS assumiu uma conotação pejorativa desde o século XV, encarada como um comportamento desviante que desafiava a ordem estabelecida (Godin, 2012: 8), contribuindo para esse entendimento as celeumas geradas nas esferas religiosa (Reforma Protestante), política (Revolução Francesa) e social (Socialismo e movimentos de reformadores sociais que questionavam a propriedade privada capitalista). A recente centralidade e “inflação conceptual” (Parente *et al.*, 2014: 7) que a IS tem suscitado no século XXI, é vista por Godin (2012: 6) como uma ressurreição, despoletada como reação política aos discursos hegemónicos sobre a inovação tecnológica.

A inovação propagou-se na gíria quotidiana como divisa das sociedades modernas, imbricada em valores associados a progresso tecnológico e aceleração do crescimento económico, confluindo mormente como catalisadora de processos de gestação de novos produtos e/ou soluções. Neste sentido, a inovação deve a gramática da sua legitimação conceptual ao economista austríaco Joseph Schumpeter que, nos primórdios do séc. XX, desenvolveu o conceito na sua dimensão económica (Lévesque, 2005; Moulaert *et al.*, 2005). Traçando uma análise da evolução socioeconómica e do ciclo dos negócios, Schumpeter postulou que os fatores competitivos que determinam a taxa de natalidade e/ou

mortalidade na Economia são os novos produtos e técnicas, contrariamente ao pressuposto do mecanismo dos preços. A inovação poderia, segundo o autor (Schumpeter 1934 *apud* Sarkar, 2009: 144), assumir cinco formas distintas: “introdução de um novo produto, de um novo método de produção, abertura de um novo mercado, aquisição de uma nova fonte de fornecimento de matérias-primas ou uma nova forma de organização”. Alicerçando a inovação à transformação, preconizou que o horizonte de destruição criadora seria, para além de alterações nas funções produtivas do contexto da própria organização, o favorecer de mudanças sociais mais amplas (Rousselle, 2011). Da miríade da ideia à ação, passando pela validação do mercado, o empreendedor seria o agente inovador responsável pela difusão de novos padrões produtivos no contexto. Em contraponto às teorias macro-determinísticas que alinham a mudança social com ideologias classistas, as teorias *schumpeterianas* viriam a atribuir um papel fulcral à ação humana que, face a obstáculos, ativa recursos endógenos dos sistemas (Petitclerc, 2003; Fontan *et al.*, 2004), revolucionando a estrutura económica a partir do seu interior. É em grande medida graças a Schumpeter que a inovação se converteu num “conceito incontornável de desenvolvimento do sistema económico capitalista” (Parente *et al.*, 2014: 245), ressurgindo recentemente a influência da sua análise, com a transição dos *Keynesian Welfare State Regimes* para os *Schumpeterian Workfare State Regimes* (Jessop, 1993).

De acordo com Silva (2002: 124), a divisão técnica e social do trabalho, a introdução de formas científicas de organização e o incremento da inovação tecnológica e organizacional geraram um aumento exponencial da produtividade, que se orientou para as massas. Este período, marcado pelo *fordismo*, caracterizou-se pelo entendimento de que à produção em massa teria que corresponder um consumo em massa, assentes em mudanças nos processos produtivos e comerciais. Com reflexos profundos ao nível das mentalidades e padrões de comportamento sociais, estas transformações originaram a reconfiguração das sociedades modernas como sociedades de consumo, que viriam a sedimentar-se definitivamente depois da Segunda Guerra Mundial, associando aos fatores enunciados a melhoria dos níveis de rendimento e bem-estar das populações. A simultaneidade *fordista*, do florescimento dos mercados e dos rendimentos das famílias, foi propiciada pelos *Keynesian Welfare National States*, em que a reprodução económica e social do capitalismo assentou no fomento do pleno emprego, no cenário de economias nacionais

fechadas e, a nível social, no alargamento de direitos de bem-estar, que favoreceram novas formas de consumo coletivo (Jessop, 1993).

De acordo com Harvey (2000), entre 1965 e 1973, o *keynesianismo* e o regime de acumulação *fordista* deixaram de ser capazes de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Evidenciando um sistema rígido, arreigado a uma interdependência entre sistema político, capital e trabalho, deixaram antever um período que implicou reestruturações profundas, que viriam a originar a transição para um novo regime de acumulação e de regulação social e política. Ao *fordismo* seguiu-se a acumulação flexível no interior da qual as economias de escala deram lugar às economias direcionadas, a produção em pequenas séries adaptou-se às voláteis necessidades do consumo e o acelerado ritmo de inovação tecnológica, produtiva e institucional invadiu nichos cada vez mais especializados. Imersa em valores de instantaneidade (Virílio, 2000), a condição histórica da pós-modernidade gerou uma “sociedade de descartes” (Toffler, 1970 *apud* Harvey, 2000: 258), sedimentada em novos sistemas de signos e imagens (Baudrillard, 1981), de materiais de produção e reprodução que continuamente injetam na sociedade o ímpeto da inovação. Os limites à acumulação e à circulação de bens físicos justificaram estas mutações no espectro pós-moderno que desencadeariam a senda de novos referenciais, paradigmas que dialogassem com as condições concretas de existência.

Neste contexto, procurando responder às necessidades suscitadas nos domínios da produção e do consumo, encetou-se um novo paradigma sociotécnico em que as configurações produtivas, organizacionais e institucionais assentariam doravante em processos de inovação permanente, legitimando-a como uma ferramenta determinante para as grandes transformações em curso nas sociedades contemporâneas (Lévesque, 2005). O recurso contínuo à inovação é uma das características do novo capitalismo, o capitalismo cognitivo (Vercellone, 2003 e Serfati, 2003 *apud* Lévesque, 2005: 14). Em contraponto ao capitalismo patrimonial e/ou financeiro, o capitalismo cognitivo refere-se à esfera de uma economia quase imaterial que visa controlar a produção de saber/conhecimento, assente na inovação como estratégia de resolução de problemas. Analisando as dinâmicas da inovação nas últimas três décadas, denota-se que há toda uma infraestrutura do conhecimento (pesquisa, organizações, universidades) que têm alimentado a inovação, enquanto os próprios sistemas de inovação estão associados a multiagentes (Moulaert e Hamdouch, 2006).

Na esteira de Jessop (1993), o paradigma em emergência é um novo regime de política macroeconómica que substitui o *keynesianismo* e se caracteriza pelo papel do Estado na reprodução económica. Inspirado em princípios *schumpeterianos*, atribui à inovação a dinâmica de crescimento económico, orientando a política económica para a competitividade estrutural. Ainda que os *Schumpeterian Workfare State Regimes* se manifestem de forma desigual e assumam configurações distintas consoante o modelo político e económico, nos Estados capitalistas avançados os constrangimentos estruturais e os campos de forças em presença, distinguem-se pela promoção explícita da inovação, buscando fatores que possam potenciá-la em economias abertas.

1.2. Atores e Contextos na Génese da Inovação Social

É possível delimitar a genealogia da IS na articulação com análises sociológicas clássicas, nomeadamente de Weber¹⁴, Tönnies, Durkheim e Simmel (Cloutier, 2003; Moulaert *et al.*, 2005; Assogba, 2007, 2010). Jessop *et al.* (2013: 111) apontam a descontinuidade entre o que consideram a velha literatura sobre IS da segunda metade do século XIX e inícios do século XX, enraizada nas teorias da mudança social da sociologia clássica citada, e o ressurgimento do interesse teórico sobre IS a partir de 1970, marcado pelas contribuições de abordagens orientadas para a prática. Referem (*Ibidem*: 114) que o movimento intelectual francês conhecido como *Temps des Cerises*- forjado nas lutas estudantis, de trabalhadores e intelectuais que pensaram politicamente a transformação social- constituiu o momento de viragem entre aquelas distintas abordagens à IS, plasmado no debate desenvolvido no jornal francês *Autrement*. A IS foi, neste contexto, vislumbrada como ferramenta para a mudança social, numa linha de contestação institucional (Godin, 2012: 39), significando a afirmação política da sociedade civil que, para responder a necessidades, desejos, aspirações ou para procurar soluções para um problema social desenvolve localmente estratégias de resposta (Chambon *et al.*, 1982 *apud* Fontan *et al.*, 2004: 8), resgatando nichos de democraticidade no palco social.

¹⁴ Na viragem do século XIX, Weber (1971 e 1981 *apud* Assogba, 2010: 1) utilizou o termo “invenção social” para descrever um fenómeno social resultante da tensão dialética que se estabelece entre uma necessidade social sentida pelos atores sociais e as suas aspirações para promover novas práticas sociais que possam dar resposta às carências sentidas.

Historicamente, as inovações sociais emergiram predominantemente fora das instituições, constituindo uma mobilização contra elas (Isabel e Abreu, 2006: 129), todavia, a sociedade civil foi-se reconfigurando no modo como promovia e incorporava a IS, passando a desenvolvê-la também no seio de associações e mutualidades, precedendo estas o Estado-Providência (EP)¹⁵, e contribuindo para a sua emergência, no século XX. Este foi gradualmente e, de acordo com configurações específicas, ocupando parcialmente essa arena de intervenção, tendendo a alargar o âmbito da proteção social (Esping-Andersen, 1999). Na esteira de Lévesque (2005: 21), podem ser identificados três períodos de desenvolvimento de inovações sociais, analisados à luz dos contextos em que ocorreram, atores intervenientes e respetivos discursos:

1º) Sensivelmente entre 1968-1975, a IS esteve associada a experimentações socioeconómicas de carácter residual, levadas a cabo por movimentos de contracultura que se insurgiram contra o modelo económico *fordista*, assente no consumo de massas. A IS materializou-se em novas formas de fazer, de combinar recursos, de organizar o trabalho, alicerçada em novas relações com os utilizadores.

2º) Na sequência do choque petrolífero de 1973, entre 1975-1990, num contexto de crise do Estado¹⁶ e do mercado, com o ressurgimento dos ideais liberais¹⁷, a IS firmou-se como mural de crítica ao EP e laboratório de iniciativas piloto que procuravam responder às lacunas deste, suscitada pela necessidade e urgência de conter o desemprego e gerar desenvolvimento local.

3º) A partir de 1990, marcado pela reconfiguração do Estado, emergência de novas formas de regulação e governação, a IS tornou-se parte da arquitetura do EP, no seio de um novo paradigma societal, contribuindo para a criação de espaços públicos favoráveis ao diálogo entre profissionais e utilizadores na definição de serviços de proximidade e no desenvolvimento comunitário. Este posicionamento do Estado refletiu um novo

¹⁵ O EP significou, no período de concertação pós II Guerra Mundial, um novo regime de regulação baseado num acordo entre capital e trabalho, mediado pela intervenção do Estado nos processos económicos e sociais, entre democracia capitalista e cidadãos, na defesa de garantias e direitos gerais (Mishra, 1995).

¹⁶ O enfraquecimento estatal acarretou a crise do EP explicada pela tríade: crise financeira, crise de rigidez, crise devida a um *deficit* democrático, acrescida pelos choques externos, nomeadamente as transformações ao nível das estruturas familiares e a multiplicação de novos riscos sociais no espetro da globalização (Esping-Andersen, 1999; Lévesque, 2005).

¹⁷ Apologistas do recuo do papel do Estado Social e passagem dessas funções para o mercado, assentes no primado de que “os objetivos e métodos do EP eram incompatíveis com o progresso económico numa sociedade capitalista” (Mishra, 1995: 23).

entendimento acerca da responsabilidade no campo do bem-estar, confluindo as transformações nas fronteiras entre Estado, mercado e sociedade para a partilha de responsabilidades.

1.3. Discussões Conceptuais

Partindo da revisão da literatura acerca da IS constata-se que, no campo científico, o conceito se foi firmando pela diferenciação face à inovação tecnológica- hegemónica nos discursos dominantes- com base em três princípios: a) assentar numa base não mercantil, b) revestir-se de um carácter coletivo e c) visar mudanças ao nível das relações sociais¹⁸.

Segundo Jessop *et al.* (2013), dependendo da escala e do tipo de ação coletiva envolvidas, a investigação em IS pode agregar-se em duas grandes fronteiras: a) conjunto de iniciativas *top-down* de carácter institucional e b) iniciativas estratégicas *bottom-up* enraizadas localmente. Enquanto a primeira tende a disseminar-se grandemente na relação com a economia, numa lógica de reestruturação neoliberal, a segunda, na qual nos focaremos, centra-se na participação comunitária, encarando a IS como resultante da mobilização da sociedade civil em resposta a necessidades sociais não satisfeitas (Martinelli, 2013). Nesta última, é de salientar o contributo da rede de pesquisa SINGOCOM que cunhou a IS como um conceito científico, ao identificá-lo como estrutural na abordagem interventiva que lançou, ligada ao desenvolvimento de redes comunitárias de vizinhança como uma estratégia contra a pobreza (Hillier *et al.*, 2005 *apud* Moulaert *et al.*, 2005: 1973).

Na perspetiva institucional e espacial da SINGOCOM a IS é um conceito multidimensional, que pode ser encarado como processo e/ou produto, sendo constituído por três dimensões, em interação constante: 1) a satisfação de necessidades básicas ainda não satisfeitas ou não reconhecidas como essenciais pelo mercado e/ou Estado; 2) mudanças ao nível das relações sociais, com foco na governação e participação; e 3) a dimensão de capacitação e *empowerment* (Moulaert *et al.*, 2005: 1976).

Como denominador comum nas diferentes correntes da literatura, tende a predominar a relação da IS com a mudança ao nível dos contextos e das relações,

¹⁸ Boulanger, C. (*s.d.*) Acesso em 20 de novembro de 2010, disponível em: http://www.quebec.ca/ptc/rqis/sites/www.quebec.ca.ptc.rqis/files/Catherine%20Boulanger/section_2.pdf.

ênfatisando a CRISES¹⁹ e a linha de investigadores que a compõem, na esteira de autores clássicos (Chambon *et al.*, 1982 *apud* Moulaert *et al.*, 2005: 1969), a IS com um horizonte ainda mais amplo, como fonte de transformações sociais e de novos modelos de desenvolvimento. Nesta ótica, a IS é vislumbrada como um processo profundamente enraizado na sociedade civil, na informalidade social como esfera participante na definição de respostas, soluções face às necessidades e aspirações sentidas, ainda que, para se sedimentar, a IS tenha que ser incorporada institucionalmente.

Se os desenvolvimentos teóricos iniciais sobre o conceito de IS o correlacionaram com processos institucionais, fomentados por agentes dominantes (André e Abreu, 2006: 125), verifica-se uma tendência crescente para o foco dos processos inovadores na convergência entre o enraizamento em práticas comunitárias (Moulaert *et al.*, 2005; Assogba, 2010) e a articulação destas com universos institucionais, que tornem exequível a sua difusão e institucionalização.

Segundo a teoria sistémica da ação social, a IS é um sistema assente num ciclo dinâmico entre necessidade-aspiração-necessidade e representa um fator de mudança para o indivíduo e a comunidade (Chombart de Lauwe, 1968 *apud* Assogba, 2010: 3). Neste sentido, Assogba (2010) particulariza a IS como geradora de um novo sistema de valores, intermédio, miscigenado, alicerçado na democracia participativa e na economia solidária, desafiando dicotomias tradicionais como seja “público e privado”, e centrando-se numa melhor ativação de recursos sociais. Assogba (2010) identifica a IS como: a) uma resposta nova a um problema social concreto considerado inaceitável e/ou insatisfatório, b) possuidora de uma finalidade social, apoiando-se em valores e aspirações, c) coconstruída de forma negociada e comprometida, que implica uma apropriação por parte dos atores envolvidos, d) para se afirmar necessita passar por um período de difusão para atestar a sua eficácia e ultrapassar a barreira do que Lévesque ([?] *apud* Assogba, 2010: 2) apelida de “experimentação bem-sucedida” e, por último, e) que seja institucionalizada²⁰, ou seja, que ascenda da dimensão da efemeridade a norma nova. Mulgan (2006) e Andrew e Klein (2010: 9) reforçam esta análise, ao afirmarem que a IS como processo assenta na passagem

¹⁹ *Centre de Recherches sur les Innovations Sociales*- é uma organização inter-universitária canadiana fundada em 1986, em Montreal, por Benoît Lévesque e que tem como principal foco o estudo e análise das inovações e transformações sociais. Acesso em 09 de outubro de 2009, disponível em: www.crisis.uqam.ca.

²⁰ Para a corrente de autores canadianos, a institucionalização, uma das etapas amiúde invocada no processo de IS, implica a intervenção da esfera estatal.

de uma ideia original à institucionalização da mudança social, passando a satisfação das necessidades sociais a ser maioritariamente assegurada por organizações sociais.

Assumindo que a IS decorre também da insatisfação pública face ao hiato existente entre necessidades e aspirações, que é grandemente uma fusão de perspetivas e maneiras diferentes de agir, na linha de outros autores canadianos referenciados (Petitclerc, 2003; Lévesque, 2005), Andrew e Klein (2010) ressaltam o papel dos governos na facilitação da institucionalização da IS, bem como na mediação entre articulações intersectoriais. Neste sentido, os órgãos públicos também reclamam a definição do conceito de IS, bem como o delinear dos seus processos. Complementarmente, Harrison (2008 *apud* IGOT-UL, 2013: 18) preconiza que a institucionalização da inovação favorece a sua sustentabilidade mas, concomitantemente, refere que esta somente perdura se for acolhida e apropriada pela comunidade.

Numa linha confluyente, no contexto da Suécia, Svensson e Bengtsson (2010) focam o papel da sociedade civil nos processos de mudança social a partir da articulação com o universo institucional. Analisaram a influência dos utilizadores na IS dos serviços sociais, com o intuito de explorar casos de sucesso de IS despoletados por utilizadores, que originaram a introdução de novos tipos de programas sociais. Concluíram que: a) os utilizadores com problemas sociais inovam em serviços sociais para resolver problemas sociais específicos; b) o seu *know-out* acerca das soluções amiúde é superior acerca das suas necessidades e possíveis soluções, derivando da sua experiência, na interação com a complexidade do contexto e, tratando-se de um conhecimento tácito, é difícil de transferir para as organizações; c) são importantes no desenho do protótipo e na sua difusão porque funcionam como legitimadores internos dessas inovações junto de outros utilizadores e d) os processos de IS surgem relacionados com novas formas de relações e interações sociais (Drucker, 1999 *apud* Svensson e Bengtsson 2012: 190). Referem (*Ibidem*: 210) que o papel dos utilizadores tem sido sobretudo o de ser alvo de suporte por parte de organizações sociais, numa lógica de *empowerment* e reforço das suas capacidades, e propõem que novos estudos possam avaliar a frequência da influência dos utilizadores na IS (Svensson e Bengtsson, 2010).

Paralelamente a esta complementaridade entre esferas informais e formais na formulação da IS, destaca-se outra linha de fronteira neste campo conceptual, o binómio ruturas/continuidades. Nesta sequência, as práticas inovadoras tendem a ser avaliadas por

comparação às práticas anteriores existentes, discutindo-se as especificidades onde se alicerça o carácter de novidade.

Comeau (2004), na esteira de autores clássicos, preconiza que a IS implica rutura face a processos tradicionais, sendo os processos de IS descritos como “novas formas coletivas de pensar, fazer e consumir favoráveis ao interesse geral, em descontinuidade com as práticas anteriores” (Comeau *et al.*, 2004 *apud* Tardif, 2005: 31-32). Já Gray e Braddy (1988 *apud* Cloutier, 2003: 7) focaram a IS na perspetiva dos resultados que alcança, advogando que as práticas inovadoras, de modo a contribuírem para uma verdadeira mudança social, devem obter melhores resultados do que as práticas tradicionais. Contrariamente àquela aceção, Chambon *et al.* (1982 *apud* Cloutier, 2003: 8) frisaram que não é o carácter de novidade que faz de uma prática IS; as práticas alternativas representam uma solução não esperada assumindo-se como uma outra forma de fazer que pode enraizar-se inclusivamente em práticas passadas. Mais recentemente, Phills *et al.* (2008) assumem a IS como uma nova solução para um problema social, reiterando que não tem necessariamente que ser original, mas deve ser nova para o contexto, utilizadores ou aplicação em causa.

Se, por um lado, a IS é uma construção polimórfica de iniciativas contra-hegemónicas que, do ponto de vista da afirmação e legitimação, fica mais enfraquecida pela heterogeneidade discursiva, por outro, torna-se mais interativa pelo enraizamento com a realidade contextual (Moulaert *et al.*, 2007: 196) quando se articula com agentes e processos institucionais, maximizando-se nas suas potencialidades (Martinelli, 2013).

CAPÍTULO 2 | O WELFARE MIX PORTUGUÊS

2.1. A Discussão acerca dos Sistemas de Bem-Estar

Depois de Titmuss, deve-se a Esping-Andersen a análise mais marcante acerca de regimes de proteção social, abordados a partir da identificação de diferentes formas de Estados Sociais e das interações que estes estabelecem com o mercado, no sentido de o substituir ou apoiar. Na primeira proposta, Esping-Andersen (1990 *apud* Silva, 2013) centrou a análise no “grau de desmercadorização”, entendido como a capacidade que as pessoas desenvolvem para satisfazer as suas necessidades sem dependerem diretamente dos recursos provenientes do mercado. Nessa fase, avançou com três modelos de Estado - o Liberal, o Social e o Corporativo- sendo que cada tipo de regime reflete uma constelação particular de forças sociais, que explica as diferentes configurações nacionais dos sistemas de bem-estar (Anheier e Salamon, 1999). Pese embora a análise de Esping-Andersen continuar a ser um referencial no campo dos sistemas de bem-estar, quer pela solidez teórica e empírica, quer pela reformulação a que foi sujeita, passando um dos modelos a incluir o grau de desfamiliarização- nível de obrigações de bem-estar que dependem da intervenção da própria família (Adão e Silva, 2002: 32), as suas lacunas são apontadas por vários autores.

Martin Powell postula que, ainda que a análise de Esping-Andersen envolva a discussão acerca do peso do mercado, Estado e família na proteção social, tendeu a marginalizar o contributo de outras fontes de bem-estar, negligenciando modelos híbridos e a virtualidade das suas diversas combinações nos EP. Powell (2007) procedeu ao mapeamento de diferentes fontes de bem-estar, apontando para uma lógica combinatória, onde distintos modos de proteção social se articulam num mesmo sistema. Discutiu o conceito de economia mista de bem-estar- *welfare mix*- composta por Estado, mercado, TS e bem-estar informal (suportado pelas redes familiares, de amizade e vizinhança, baseado no princípio da reciprocidade), trazendo para o centro da análise a divisão social do bem-estar.

Enquanto as políticas sociais e o campo comparativo de produção teórica acerca de regimes de bem-estar tendem a abordar as diferentes componentes isoladamente, o contributo de Powell (2007) sustenta-se na sistematização das relações que se estabelecem entre as diferentes esferas, a partir de uma tripla dimensão: a provisão, o financiamento e a

regulação. A economia mista de bem-estar é um fenómeno mutável, cujos contornos dependem de circunstâncias históricas particulares, diferentes ideologias de bem-estar favorecem diferentes misturas ao nível dos sistemas. Powell (2007) evidencia que até meados de 1945 tendiam a ser dominantes os setores para além do Estado e a sua importância voltou a crescer recentemente. É no contexto desta linha teórica que, na secção seguinte, o sistema de bem-estar português será analisado.

No âmbito deste estudo procurar-se-á analisar o caso português preconizando-se uma abordagem pluralista, na esteira de autores como Martin Powell (2007).

2.2. Idiosincrasias do Welfare Mix Português

Na análise dos sistemas de bem-estar é de assinalar a coexistência de duas abordagens relativamente à natureza de um modelo de *welfare* da Europa do Sul. Por um lado, na esteira de Esping-Andersen, que considera estes países como versões pouco desenvolvidas do “modelo corporativo”, por outro, na linha de Andreotti *et al.* (2001), que identificam uma série de especificidades que limitam a integração linear daqueles países no modelo corporativo e originam um *cluster* diferenciado, designado países familistas²¹ (Ferreira, 2013: 5). De acordo com os últimos, a produção de bem-estar na Europa do Sul enquadra um conjunto de características insuficientemente estudadas pela literatura, ressaltando como denominadores comuns o imbricamento entre Estado e sociedade civil, num cenário de mercado de trabalho rígido e segmentado, em que o papel da família, comunidade e economia informal são centrais na provisão social.

Uma das características fulcrais neste modelo é a centralidade do Estado fraco, revelando simultaneamente um baixo investimento ao nível das políticas sociais e assumindo um vasto poder regulatório (Andreotti *et al.*, 2001: 45). Nestes contextos geopolíticos, o Estado é geralmente associado à dominância de forças políticas conservadoras e culturalmente marcadas pelo peso institucional da Igreja Católica (Leibfried, 1992 *apud* Andreotti *et al.*, 2001: 46). Nesse sentido, o modelo latino-mediterrânico de *welfare* configura um sistema em que a centralidade pode ser explicada pela capacidade do Estado para ocupar e dominar – por meio de regulação política – um

²¹ Este *cluster* inclui Portugal, Espanha e Itália. De assinalar que no estudo comparativo desenvolvido por Esping-Andersen, a Itália foi incluída no Modelo Corporativo.

espaço social não homogêneo, devido à elevada heterogeneidade e fragmentação de interesses na sociedade.

Nestas sociedades, a família ocupa um papel predominante ao nível da proteção social, assegurada maioritariamente pelas mulheres, e a mobilização de estratégias privadas em detrimento de recursos públicos denotam políticas sociais perenes que tendem a reproduzir o agregado familiar como sistema promotor de bem-estar social (Portugal, 2006). A relação entre EP e SP é marcada pela persistência das solidariedades comunitárias na sombra do Estado (Adão e Silva, 2002: 47), alicerçadas no princípio da subsidiariedade, segundo o qual os problemas sociais devem ser alvo de intervenção pelos setores de maior proximidade, sendo o Estado encarado como o último recurso e somente responsável pela intervenção quando outras instituições, de natureza intermédia, se mostram incapazes (Adão e Silva, 2002: 28).

Um denominador comum na sociedade portuguesa e nas suas práticas, bem como na articulação que se estabelece entre o Estado, o TS, o setor informal da família e da comunidade e o mercado é a tendência para a configuração de um sistema de bem-estar híbrido, que historicamente tem assumido diversas *nuanças*, fruto dos contextos geopolíticos, das dinâmicas sociais e das ideologias que hegemonicamente vão permeando as racionalidades dos diferentes atores que assumem quer a regulação, quer a provisão do bem-estar social.

Este *país à beira-mar plantado*²² tem conservado nas redes de solidariedades primárias, especialmente na família, uma espécie de atavismo, atestando a literatura a sua reconfiguração na relação quer com o setor formalizado das organizações voluntárias privadas não lucrativas, com o setor público dos serviços do Estado, bem como com o setor lucrativo em que bens e serviços sociais são oferecidos por organizações do mercado (Hespanha, 2001).

No contexto europeu, Portugal é um dos países em que a institucionalização de direitos sociais e instrumentos de política social se revelou mais tardio. Para isso contribuiu, ao longo do século XX, quer a persistência de um regime ditatorial até meados da década de 70, quer o serôdio processo de industrialização, urbanização e terciarização da sociedade portuguesa (Hespanha e Portugal, 2002: 17). No pós-guerra europeu, marcado pelo casamento feliz entre o exponencial crescimento económico e a sua afetação

²² Título de um poema de Mendes de Carvalho (1966) in *Cantigas de Amor & Maldizer*.

ao desenvolvimento social, cenário favorável à expansão e sedimentação dos EP, Portugal permanecia na ditadura. Embora existissem esboços de sistemas de proteção social, sobretudo no período marcelista em que ocorreram mudanças ao nível do papel do Estado manifestas, entre outras, na criação do Ministério da Saúde e Ministério das Corporações e Segurança Social (Portugal, 2006: 34), só com a instauração da democracia em 1974, se desenvolveram os primeiros programas sistemáticos com vista à construção de um EP, que se refletiram no crescimento da despesa pública em proteção social. Porém este impulso surgiu numa fase em que a conjuntura internacional primava pelo recuo face à crise económica despoletada pelo choque petrolífero de 1973. Como ilustrou Dornelas (2013), a construção do EP em Portugal ocorreu em contexto desfavorável, marcado pelo declínio do crescimento económico, aumento da competição internacional, perda de parte da soberania dos Estados-nações democráticos, questionamento do modelo social europeu e, a nível interno, a instabilidade de sucessão de governos provisórios no pós 25 de Abril e as alterações suscitadas pelo processo de descolonização.

Para Santos (1993), apesar do programa avançado de EP no pós 25 Abril, o mesmo não se efetivou, quer pelas contingências macroeconómicas vigentes a nível global, quer pela condição semiperiférica da sociedade portuguesa²³. Neste sentido, o autor (*Ibidem*) defende que não se construiu um EP em sentido técnico porque a) “o pacto social débil entre capital e trabalho ocorreu em contexto de elevada fragmentação social” (Hespanha *et al.*, 2014: 192); b) não se afirmou um entendimento da cidadania social como direitos dos cidadãos que o Estado está obrigado a garantir; c) os gastos públicos em políticas sociais são quantitativamente inferiores à realidade europeia, excludentes de uma larga franja da sociedade e materializados em transferências ao invés “da consolidação de uma estrutura material de bens e equipamentos, capaz de prestar serviços eficazes às populações” (Mozzicafreddo, 1992, 1997 *apud* Portugal, 2006: 38). As insuficiências do EP português, tatuadas na diferenciação no acesso à proteção social pública, atestam que “o sistema de proteção gerado não passou de um arremedo dos Estados-Providência

²³ A condição semiperiférica da sociedade portuguesa no contexto europeu refere-se à posição no seio de um sistema mundial altamente estratificado, que revela a desigual distribuição de oportunidades e capacidade de resposta/resistência aos efeitos danosos da globalização económica. Pelas especificidades históricas e decorrentes da pressão para a convergência europeia, Portugal enquadra um contexto altamente vulnerável a estes impactos, pela fragilidade dos mecanismos de regulação e pela elevada heterogeneidade social (Hespanha, 2001).

avançados dos países industrializados” (Hespanha, 2001: 187; Hespanha e Portugal, 2002: 62).

Caracterizar a natureza do EP português implica, de acordo com Hespanha (2001: 189-190), observar que os direitos sociais são legitimados por princípios tão díspares como sejam o corporativismo, o universalismo e o liberalismo. O corporativismo estatal espraia-se no atual sistema público de provisão social, nomeadamente no campo da Segurança Social, estando a titularidade dos direitos arreigada ao mercado formal e às contribuições do trabalhador. O universalismo, inscrito na cidadania, espelha as aspirações mais arrojadas da Constituição de 1976, abarcando a Saúde e sendo presentemente um dos campos mais assaltados pela atual opção política de índole neoliberal, que alastra a todos os setores das políticas sociais, fazendo depender o acesso a direitos da condição de recursos. Sob influência dos princípios liberais, o atual modelo de bem-estar favorece a expansão do mercado na prestação de bens e serviços e materializa-se numa visão assistencialista e emergencialista de ação social, que assenta no ideário da “transferência de responsabilidades para a esfera privada” (Hespanha *et al.*, 2014: 212).

Como foi anteriormente enunciado, a reestruturação do papel do Estado é de inspiração *schumpeteriana* (Jessop, 1993), efetuada de acordo com imperativos económicos, pressupondo que a retirada deste de vários setores de governação dê lugar a uma pluralidade de atores não estatais (Silva, 2013: 29). Ao Estado cabe o papel de regular e facilitar a produção e distribuição de bens e serviços, implicando, a última, contrapartida para os beneficiários. O *welfare* é substituído pelo *welfare*, recaindo grandemente a resolução de problemas sociais na alçada daqueles que os vivenciam, sejam indivíduos, grupos ou comunidades (Ferreira, 2011: 4).

Se, por um prisma, a adesão europeia de Portugal contribuiu para o alargamento dos direitos sociais e se constituiu como fator de legitimação na luta por esses direitos (Hespanha *et al.*, 2014: 197), por influência de políticas supranacionais decorrentes da “europeização” (Hespanha, 2001: 187), Portugal tem adotado medidas restritivas que caracterizam a presente fase de evolução dos Estados-Providência dos países centrais. A UE concorreu grandemente para a atual configuração do modelo social português, quer através das políticas sociais e reformas, quer dos fundos estruturais e de coesão adotados, fulcrais para o incremento de áreas como a educação, emprego, habitação ou pobreza. Todavia, a influência dos padrões de decisão política daquele organismo na política

interna, por via do sistema monetário e da contingência da convergência, condicionaram decisivamente as políticas sociais (Hespanha, 2001: 192).

Estudos recentes (Hespanha *et al.*, 2014) apontam que Portugal se tem vindo a aproximar dos países da Europa Central e de Leste. De acordo com Jessop (2013 *apud* Hespanha *et al.*, 2014: 246), naqueles países o EP não eclodiu, tendo a transição do socialismo soviético- assente no pleno emprego e serviços de bem-estar público- para o capitalismo neoliberal- onde o peso das despesas em proteção social tende a ser mínimo- inviabilizado o desenvolvimento de um sistema de bem-estar efetivo. Neste sentido, as recentes políticas de austeridade em Portugal têm contribuído para agravar os índices de desconfiança social e institucional, a par com um aumento da confiança na polícia. No espetro de uma viragem neoliberal, perspetiva-se que o país possa desembocar num regime de segurança informal, na linha dos caracterizados por Wood (2004 *apud* Hespanha *et al.*, 2014: 269), marcados pela concentração do risco social nas pessoas mais pobres e predominância do clientelismo, o que se converteria num retrocesso histórico face às conquistas democráticas.

2.2.1 Sociedade Providência: entre a Regressão e as Tendências de Reconfiguração

De acordo com Hespanha (2001), Portugal apresenta um modo particular de articulação ao nível dos modos de produção de bem-estar, onde a frágil proteção social estatal se ancora em mecanismos informais como fonte de suporte efetivo, sendo o Estado e o mercado grandemente substituídos pela comunidade, sobretudo, pela família, que norteia o sistema de provisão social.

Na sociedade portuguesa, a centralidade das solidariedades informais é um legado de um passado marcado pela caridade e pelo assistencialismo, que ressoa na contemporaneidade (Alves, 2013: 3). Para Pedro Hespanha (Hespanha *et al.*, 2000: 120; Hespanha, 2001: 190), as iniciativas particulares, sobretudo as de natureza canónica, que viriam a ser integradas pelo conservadorismo corporativista, assim como traços solidarísticos e interesses de mercado deram forma à SP. Segundo Sílvia Portugal (2006), o Estado investe residualmente em serviços de proximidade, não contribuindo para a “desfamiliarização” da proteção social, veiculando a persistência da ideologia familista,

num modelo de bem-estar em que o Semi-Estado-Providência, deficitário é compensado grandemente pelas solidariedades primárias que a sociedade civil desenvolveu para se proteger dos riscos sociais (Santos, 1994).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (1993: 46), a SP refere-se a “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e vizinhança, através das quais grupos primários trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade”. Para Pedro Hespanha e Sílvia Portugal (2009), o conceito de SP²⁴ é relacional, em referência ao conceito de EP, e representa a parte da sociedade civil, quer nas modalidades informais (famílias, grupos sociais, comunidades territoriais) como nas formais (organizações) que cuida dos seus membros em complemento e/ou substituição do Estado. Os estudos têm reforçado que, no Modelo do Sul, os grandes pilares da SP são as solidariedades informais, sobretudo familiares, firmadas no cuidado prestado pelas mulheres e no papel destas na mobilização de redes (Andreotti *et al*, 2001; Portugal, 2006; Hespanha e Portugal, 2009).

Em termos de operatividade, segundo Santos (1993: 48-49), a SP, nas suas modalidades informais, permite suprir lacunas do EP, num âmbito de ação assaz distinto, na medida em que: 1) é particularista, em oposição à igualdade e universalismo veiculados pelo Estado; 2) é hostil à cidadania e aos direitos porque as relações sociais são concretas, multiformes e assentes na reciprocidade; 3) cria dependências e formas de controlo social; 4) tem tendência para criar rigidez espacial, diferentemente do princípio da equidade geográfica; 5) faz recair sobre a mulher os custos mais pesados do bem-estar social que proporciona. No âmbito de um estudo desenvolvido em 2002, por Pedro Hespanha e Sílvia Portugal, foram analisados vários fatores que explicam a regressão da SP assente neste tipo de solidariedade.

A nível da divisão social do trabalho, assinala-se a transição do sector primário para outros setores produtivos, o aumento da taxa de atividade feminina, bem como do tempo médio de trabalho de homens e mulheres com conseqüente redução do tempo livre. A nível demográfico, o êxodo rural, as mudanças nas estruturas familiares, em que a dimensão e composição dos agregados são marcadas pela tendência para a nuclearização e

²⁴ Em termos históricos, são apontados três momentos da SP: a pré-moderna, em que detinha o papel exclusivo pela proteção social até surgimento do EP; a moderna, onde reduz a sua ação, limitando-se a complementar a ação do Estado, e a pós-moderna, marcada pela crise e reformas do EP, em que é novamente convocada a (re) assumir funções (Hespanha e Portugal, 2009: 299).

monoparentalidade, a baixa taxa de fecundidade, aumento da esperança média de vida e envelhecimento demográfico. A nível social o isolamento e o agravamento do processo de empobrecimento que se constitui num obstáculo ao exercício das solidariedades. Este estudo (Hespanha e Portugal, 2002), reconhece a indispensabilidade da SP, dada a sua especificidade de atuação, e as limitações do setor público no domínio da esfera privada de proteção social, mas assume claramente que o Estado deve manter o seu papel central, “enquanto garante constitucional do princípio da cidadania” (Hespanha e Portugal, 2002: 128). Aponta que as soluções devem passar pelo reforço das “condições de atuação da SP, reduzindo os fatores de *stress* que pesam sobre ela, reorientando-a para finalidades mais universalistas de promoção de cidadania social” (Hespanha e Portugal, 2002: 127), num horizonte em que a produção partilhada de proteção social entre o Estado, as instituições da sociedade civil e os grupos primários responda à presente crise.

A literatura sobre o conceito de SP em Portugal foi alvo de um exponencial investimento na década de 90 do século passado. A súpula de artigos publicados nesse período frisa a necessidade de aprofundar este conceito, ao nível das articulações com outras esferas de bem-estar, bem como das suas reconfigurações.

Santos (1993: 239) denota a tendência para a transfiguração da SP, a partir da emergência de novas modalidades mais formais e com uma articulação mais orgânica com a providência estatal e com a mercantil, como são exemplo as Organizações do Terceiro Setor (OTS).

Evers e Laville (2004 *apud* Ferreira, 2009: 182) descrevem as OTS como “misturas, nas misturas de bem-estar”, por patentarem combinações híbridas de racionalidades do Estado, do mercado e da própria comunidade. No século XX, o EP inova ao disponibilizar a provisão de bens e serviços de forma universal aos cidadãos em articulação com as organizações pré-existentes, mas sob os princípios do Estado (Ferreira, 2011: 2). O TS ocupa assim um nicho “no núcleo do EP, o que torna o Estado dependente destes mesmos atores sociais” (Ferreira, 2013: 21).

Outros autores (Almeida, 2010) postulam que as OTS não se limitam à provisão de bens e serviços públicos, tomando parte na estrutura governativa, como atores económicos e políticos. Neste sentido, o TS ocupa um espaço próprio na sociedade, afirmando-se como “um dos nós da configuração institucional das economias”, para além

da tradicional leitura das esferas do Estado, comunidade e mercado, contribuindo para a “definição das regras do jogo” (Almeida, 2010: 134).

Num outro estudo, que reflete sobre os limites da SP enquanto mecanismo de proteção social, Arriscado Nunes (1995: 21) parte da reciprocidade, ancorada e personalizada com base em relações continuadas, para refletir sobre a solidariedade para com desconhecidos. Preconiza (*Ibidem*: 22) que:

[...] a transcodificação pós-moderna da SP pode significar duas coisas diferentes e opostas: ou uma transcodificação conservadora, acentuando e reforçando as tendências inigualitárias e exclusionárias que atravessam o fenómeno, ou uma transcodificação no sentido de um alargamento do princípio da reciprocidade aos «estranhos» e aos «distantes».

Em suma, decorrente das transformações globais, a literatura assinala dois movimentos simultâneos no seio da SP. Por um lado, uma tendência de regressão e, por outro, um alargamento do âmbito de atuação e especialização, por via de novas configurações híbridas.

Na secção seguinte, analisa-se o fenómeno do voluntariado, nas inter-relações que estabelece com as esferas de bem-estar caracterizadas.

2.2.2. O Voluntariado, um Mosaico da Sociedade Portuguesa

Profusamente referido nas agendas políticas nacionais e internacionais, a relevância atual atribuída ao tema do voluntariado é perpassada pelo importante papel que lhe é relegado no campo do desenvolvimento social e económico. A ampla mobilização por parte de diferentes estruturas sociais e a diversas escalas (Serapioni *et al.*, 2013: 15) e o investimento crescente a nível normativo traduzem o reconhecimento social do voluntariado como potenciador da participação cívica, enriquecedor para os indivíduos (adquirir competências, reforçar a empregabilidade, entre outros), complementar à atuação de organizações públicas e privadas e gerador de valor económico para a sociedade.

Constata-se uma tendência de crescimento da importância deste setor na Europa, prendendo-se com a ampliação de: a) sensibilidade para com os problemas ambientais e sociais, b) número de organizações e iniciativas promotoras de voluntariado, c) debate acerca do envelhecimento ativo (Serapioni *et al.*, 2013: 258). Embora seja um conceito

muito discutido na comunidade científica, suscita necessidade de aprofundamento, pela diversidade de configurações que assume (Marcos *et al.*, 2013: 2).

Nas sociedades ocidentais, a sua génese forjou-se grandemente no seio das práticas informais sociais e no imbricamento com a Igreja, como prossecutor do ideário cristão. Presentemente, a pressão para a formalização e institucionalização atestam o interesse que suscita em diversos setores e atores, nomeadamente o Estado e o mercado. De acordo com Suzie Robichaud (2003), o voluntariado é um campo em mutação, em que a prática contemporânea do dom é desafiada pela complexificação dos problemas sociais e pelo momento de crise do EP que convoca o voluntariado para um papel, além dos laços emocionais e das relações interpessoais, a estruturar e racionalizar os seus processos de ação.

A trajetória histórica em Portugal evidencia o caminho trilhado pelo voluntariado, que forjou dele a configuração que hoje assume, reflexo da própria sociedade portuguesa. A análise histórica de Roque Amaro (2002), assinala que a génese do voluntariado é associada às formas de assistência no âmbito das solidariedades primárias e iniciativas caritativas, esboços das primeiras configurações institucionais de proteção social na alçada da Igreja.

Perante a emergência e consolidação do capitalismo e o aumento das desigualdades sociais, assistiu-se a uma desvalorização do voluntariado em contraponto à profissionalização. Se, por um prisma, surge a necessidade das lógicas de ajuda e de solidariedade organizada com recurso ao voluntariado, adquirindo este reconhecimento e estatuto social, por outro, o trabalho assalariado transformou-se na relação de produção dominante catapultando o voluntariado, pelo seu carácter gratuito, para uma posição subalterna na relação com os profissionais. Este cenário altera-se com a Revolução Industrial e surgimento de um novo perfil de voluntariado de cariz associativo e sindical, sendo este ostracizado na vigência do regime ditatorial, que o integrou nas estruturas corporativas, na sombra do paternalismo estatal.

Com a afirmação do EP e a consagração de direitos sociais, com carácter universal, o voluntariado passa a ser vislumbrado com um papel marginal, remetido para a esfera das relações familiares, de vizinhança e comunitárias da sociedade civil. De acordo com Acácio Catarino (2004 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 138), dá-se o ressurgimento do

voluntariado com a revolução democrática de 1974, associado à participação, assente nos valores de cidadania e solidariedade.

Na linha de Amaro (2002), o crescimento exponencial do voluntariado opera-se com a escala global dos problemas sociais, aliados ao recuo do EP e a partilha de responsabilidades entre as diferentes esferas de bem-estar social, sendo fomentado enquanto política pública, e encarado como uma necessidade social, uma das forças motrizes atuais. No contexto mais recente, marcado pela crise, destaca-se a forte pressão para a institucionalização e instrumentalização do mesmo, com vista a colmatar as lacunas do EP, tendente a cooptá-lo em substituição de trabalho remunerado e das responsabilidades públicas (Serapioni *et al.*, 2013: 156).

Também as OTS, na senda da profissionalização, especificamente organizações onde profissionais empregados e voluntários desenvolvem atividades conjuntamente (Rotolo, 2003 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 51) numa lógica de fornecimento de serviços sociais em contratualização com o Estado, tendem a incorporar lógicas da *New Public Management* na sua intervenção. Nesse sentido, contribuem para a alteração da natureza do voluntariado, acentuando o pendor crescente para a sua formalização. Por um lado, a forma como integram, organizam e acompanham os voluntários é condicionada, correspondendo a modelos de gestão *top-down* (Holmes, 2003 *apud* Paine *et al.*, 2010: 99), por outro, o próprio papel do voluntário sofre alteração, consubstanciando um tipo de voluntariado executivo, tendendo a responder a uma necessidade específica, numa lógica de prestação de serviços (Paine *et al.*, 2010: 108)

De acordo com Hudson (1999 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 133), o voluntariado tem-se afirmado como um setor interventor ao nível de causas sociais, no desejo de ajudar o outro, sem que daí se retirem benesses pessoais. Na senda de denominadores comuns, patentes nas diversas abordagens e partilhados pela generalidade da literatura e entidades promotoras, o conceito atual de voluntariado debate-se com ténues fronteiras com o de trabalho remunerado, distinguindo-se deste por ser: a) não remunerado, b) gratuito, c) desinteressado, d) em prol da comunidade. Para Hardill e Baines (2011 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 17), é uma atividade livre, não remunerada e que visa ajudar estranhos, ocorre em diferentes contextos nos quais se incluem as atividades de âmbito informal e de âmbito formal.

Estabelecendo a distinção entre voluntariado formal e informal, o primeiro é levado a cabo em grupos ou organizações, com carácter institucional e pressupondo contratualização, enquanto o informal se caracteriza por práticas de ajuda mais difusas, desenvolvidas numa base interpessoal de dádiva de tempo, no contexto de relações de vizinhança, amizade ou cidadania, excluindo familiares (Onyx e Rosemary, 2002; Parboteeah *et al.*, 2004; Hardill e Baines, 2011 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 18). Para Natalie Low *et al.* (2007: 11) a grande diferença entre ambas as tipologias, é que no voluntariado informal a intervenção é individual e no formal ela é mediada por uma organização.

Comparativamente com países do Centro e do Norte da Europa, em Portugal verifica-se uma baixa taxa de participação no voluntariado regular nas duas tipologias enunciadas e concentração das atividades no setor dos serviços sociais (Serapioni *et al.*, 2013: 258). A inclusão no *cluster* da Europa do Sul é reforçada pela configuração de um Estado altamente centralizado e panótico face a uma sociedade civil deficientemente organizada e fragmentada (Shofer e Fourcade-Gourinchas, 2001 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 48). Para Henriksen (2006: 3) o tipo de regime de bem-estar em que o voluntariado tem lugar, a “ecologia organizacional”, condiciona a “estrutura de oportunidade” do mesmo. Reitera (*Ibidem*) que as taxas de voluntariado formal e informal podem não ser o melhor indicador de engajamento cívico, na medida em que remetem somente para escolhas individuais, sendo as estruturas que definem as oportunidades de voluntariado, são as configurações institucionais que podem incentivar ou restringir certos tipos de ação voluntária.

O enquadramento jurídico português especificamente direcionado para o voluntariado está expresso na Lei nº 71/98, de 3 de novembro, a Lei de Bases do Voluntariado, que plasma a promoção e o reconhecimento social do voluntariado e clarifica a esfera dos direitos e deveres de voluntários e organizações promotoras. No que concerne a campos de atuação, contempla exclusivamente o voluntariado formal, levado a cabo no âmbito de organizações. De acordo com a literatura, o carácter excludente não reflete a pluralidade das práticas sociais em Portugal, não abarcando as iniciativas espontâneas (Hadzi-Miceva, 2007 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 91).

CAPÍTULO 3 | NO ENCALÇO DO HÍBRIDISMO

3.1. Híbridismo, uma Metáfora da Contemporaneidade

São variadíssimos os campos disciplinares onde o conceito de híbridismo vem sendo trabalhado, como seja a Biologia, Genética, Antropologia, Engenharia do Ambiente (Madeira, 2010: 10), área jurídica, estudos pós-coloniais (Santos, 2003a), entre outros. No domínio das Ciências Sociais, é aludido por diversos autores, cadenciando o carácter quase de omnipresença desta gramática na academia desde finais do século XX (Bhabha, 1994; Latour, 1997; Laplantine, 2001; Bathin, 2004; Papastergiadis, 2005 *apud* Madeira, 2010).

Na perspectiva de Bruno Latour (1997 *apud* Madeira, 2010, 89), não existem épocas isentas de híbridismo todavia, na contemporaneidade, o híbrido converteu-se num paradigma invasor que atravessa os nossos quotidianos (Madeira, 2010), bastando abrir um jornal diário para constatar como a palavra híbrido aparece frequentemente para classificar todo o tipo de fenómenos vagos, imprecisos e variáveis (Latour 1997 *apud* Madeira, 2010: 8). Neste sentido, qualifica objetos, práticas ou processos, tendo em comum a mistura de ordens distintas, resultando de um cruzamento entre coisas. A “noção de híbridismo aparece como categoria onde se situam todas as exceções a uma categorização fixa, trata-se de um novo campo teórico para onde confluem as diversas leituras da contemporaneidade” (Madeira, 2010, 47).

Face ao uso generalizado e abusivo do termo “híbrido”, operacionalizado repetida e sistematicamente na descrição contemporânea de processos de mudança, transformação e inovação, afirmando-se como um paradigma para definir zonas de fronteira e de cruzamento emergentes na sociedade contemporânea (Madeira, 2010: 95), urge clarificar o seu significado.

A Biologia e a Genética contribuíram grandemente para a progressiva desconstrução do híbrido, que passou a ser encarado como algo natural, enquanto processo fundamental no incremento da variedade genética, necessária para que a evolução ocorra e para que surjam novas espécies (Madeira, 2010: 42).

Autores como Bauman ou Virilio propõem interpretar o mundo a partir de metáforas diferentes da ciência moderna. O espaço homogéneo herdado da geometria grega arcaica, o mundo fixo, plano, de regiões definidas deram lugar à heterogeneidade e atomização (Virilio, 2000), há outras coisas do mundo que são fluidas, que se misturam,

que atravessam umas e outras. Bauman (2001 *apud* Madeira, 2010: 5) encara “a globalização enquanto um processo de diversificação através de misturas” em constante devir e enfatiza a pertinência do estudo do conceito de híbridismo nas suas várias manifestações. Nesta esteira, o termo fica órfão de maniqueísmos, apela antes à desestruturação das oposições dualistas legadas da modernidade, prosélicas da lógica aristotélica e da epistemologia cartesiana.

Em termos de abordagem podem elencar-se essencialmente duas grandes correntes, a perspectiva dicotómica e a que se pauta pela erosão das dicotomias. Para a abordagem dicotómica os híbridos são encarados como formas perversas, somente formas puras seriam permitidas (Karré, 2004). Representada por autores como Verhoef e Simon (2001 *apud* Karré e Ribeiro, 2005: 6), esta corrente tende a focar-se nos efeitos negativos da combinação de culturas conflituantes, tais como papéis e responsabilidades opostas, tendências centrífugas, conflitos de lealdades devidos a vínculos duplos, entre outros.

Por seu turno, a visão crítica, acerca da abordagem *mainstream* sobre culturas híbridas, defende que a velha perspectiva dicotómica não se enquadra na norma natural, num mundo onde os híbridos sobejam (Karré, 2004). As dicotomias eram usadas para justificar a impossibilidade de combinar normas, valores e culturas (Karré, 2004: 2), contribuindo a globalização para mudar este espetro, pelo aumento e acelerado ritmo de processos e fusões culturais por todo o mundo, que produziram novas configurações de identidades (Enwezor 2002 *apud* Karré, 2004, 2). Segundo Karré (2004), a perspectiva das dicotomias baseia-se em ideais-tipo, não estabelecendo correspondência com a realidade, onde os híbridos se perfilam como ferramentas necessárias para prevenir os efeitos negativos devidos à fraqueza das formas puras.

Contrariamente à visão dicotómica, a corrente crítica vislumbra o híbridismo a partir dos seus efeitos positivos na cultura organizacional, advogando que a combinação de culturas públicas e privadas pode conduzir a sinergias, minimizando estas os efeitos negativos (Veld, 2005 *apud* Karré e Ribeiro, 2005: 6). O híbridismo pode ainda contribuir para: a) melhorar a comunicação entre setores, b) prevenir efeitos perversos como sejam a burocratização e a mercadorização, c) alargar o suporte social, favorecendo que as decisões sejam tomadas numa base coletiva e d) favorecer a identificação de necessidades das sociedades pós-modernas, pelo seu carácter multidisciplinar (Seibel, 1994; Evers *et al.*, 2002 *apud* Karré e Ribeiro, 2005: 6).

3.2. A Ubiquidade do Hibridismo nos Sistemas de Bem-Estar

A literatura sobre hibridismo no campo dos sistemas de bem-estar usada neste estudo refere-se sobretudo ao TS (Minkoff, 2002; Karré, 2004; Brandsen *et al.*, 2005a, 2005b; Karré e Ribeiro, 2005; Billis 2010a, 2010b; Paine *et al.*, 2010) e Administração Pública e governação (Skelcher, 2012).

David Billis (2010a: 11-12), na discussão sobre a emergência e aumento crescente de organizações híbridas, sugere a ubiquidade dos híbridos, referindo que as organizações dos três setores são afetadas pelos setores adjacentes devido ao esbatimento de fronteiras. Para o autor (*Ibidem*), não há retorno para as fronteiras organizacionais simples.

De um período de dominância de cerca de 40 anos do *welfare bureaucracies* assiste-se à ascensão do *welfare hybrids* (Billis, 2010a: 4). No primeiro os serviços sociais eram maioritariamente financiados e entregues pelo setor público, as *welfare bureaucracies* eram a forma organizacional dominante. Os recursos tornaram-se escassos, as burocracias públicas sofreram grandes críticas e começa a desenhar-se o conceito de “economia mista” (Webb e Wistow, 1982 *apud* Billis, 2010a: 6), que progressivamente foi dando lugar ao hibridismo no centro da discussão política.

Karré e Ribeiro (2005: 4) indicam algumas causas do hibridismo, afirmando que este tem um papel importante e crescente na sociedade pós-moderna. Por um prisma, o recuo da esfera estatal contribuiu para a erosão da autoridade pública, para a reintrodução das forças de mercado, passando o Estado a ocupar mormente um papel de regulador. Por outro lado, a velocidade da mudança tecnológica e social confronta o Estado com a contingência de encontrar outras soluções de qualidade, inclusivamente, fora da sua esfera habitual de ação, o que contribui para a transferência de funções para o TS.

De acordo com Brandsen *et al.* (2005b: 3), o conhecimento sobre o hibridismo na literatura, assim como na prática, é fragmentado e incompleto. O conceito tem sido abordado sob variadas perspetivas, cada uma enfatizando diferentes aspetos do fenómeno, originando definições diversas²⁵. A literatura é potencialmente extensa mas dispersa, sendo de assinalar que uma linha comum em todas as abordagens é a conceptualização do

²⁵ Na Gestão Pública e Administração Pública, a literatura não usa o termo, é amiúde descrito em termos de misturas entre formas de provisão pública e privada. A maior parte da literatura tece uma abordagem tendenciosa, ora contra ora a favor do conceito. No TS, a maior parte da pesquisa é relativa à Europa Continental, por ser nestes países que historicamente o setor tem estado mais envolvido na provisão de bem-estar e na transformação do Estado (Brandsen *et al.*, 2005b; Skelcher, 2012).

hibridismo em termos de uma combinação ou mistura de variados elementos. Para que o hibridismo ultrapasse o paradoxo de ser simultaneamente um termo em voga mas incapaz de cumprir uma função operacional, deve abandonar as descrições vagas e estruturar uma abordagem conceptual mais sólida, que gere impacto na prática, política e teoria (Brandsen *et al.*, 2005b; Skelcher, 2012).

Partindo da discussão consonante com as correntes que revogam a linha dicotómica, o estudo do hibridismo está na sua infância, sendo que a verdadeira natureza do fenómeno suscita uma abordagem flexível às fronteiras organizacionais (Billis, 2010a). O autor (*Ibidem*) defende que o hibridismo se define por manifestar características significantes de mais do que um setor de bem-estar, não sendo portanto uma mistura de características, refere-se a governança e princípios operacionais fundamentais e distintamente diferentes em cada setor.

Já Minkoff (2002: 382), descreve as organizações híbridas a partir da combinação de características derivadas de distintas formas organizacionais, convergindo no ponto conceptual de que elas derivam de elementos díspares- estruturais ou institucionais- que representam modos mais ou menos formais de adaptação aos contextos de incerteza e mudança. Minkoff (2002) sugere que o desenvolvimento de formas organizacionais híbridas representa um esforço reflexivo para conciliar duas formas dominantes de organização – uma nova e outra estabelecida. Neste sentido, assume relevância a legitimação, pressupondo negociação e articulação de uma identidade multidimensional, com fronteiras e recursos claros. Aponta que uma forma alternativa de conceptualizar estruturas híbridas é vislumbrá-las como estratégias-ponte que minimizam os efeitos das disrupções no meio, ao se alicerçarem na legitimidade de formas organizacionais estabelecidas, tirando vantagem do fluxo de recursos anteriormente institucionalizados e da aceitação por parte dos públicos-alvo (*Ibidem*: 383).

Taco Brandsen *et al.* (2005a) desenvolvem uma das linhas mais promissoras no campo do hibridismo. Ampliam a perspectiva, situando que o problema das conceptualizações convencionais é que tendem a descrever organizações híbridas e arranjos em termos das suas partes constituintes, conduzindo a uma ênfase na combinação de diferentes racionalidades e estruturas. Apontam como linhas a explorar na investigação a análise da forma como estas estruturas lidam com os conflitos internos e a relação de tensões internas com exigências externas. Nesta ótica, partem do seguinte conceito de

hibridismo- “arranjos heterogêneos caracterizados por misturas de puras e incongruentes origens, (ideal)tipos, culturas, mecanismos de coordenação, racionalidades ou lógicas de ação” (Brandsen *et al.*, 2005a: 750) - para questionar a formulação de mistura. Para os autores (*Ibidem*), mistura baseia-se em tradicionais ideais-tipo, considerados inadequados para descrever o fenómeno empírico corrente, perdendo o seu valor enquanto instrumentos metodológicos. Com o objetivo de trabalhar com uma nova base conceptual, avançam com uma abordagem alternativa focada na identidade distinta das formas híbridas (Brandsen *et al.*, 2005b).

De evidenciar ainda a abordagem cultural que enfatiza que o hibridismo é um fenómeno cultural, que não se limita a uma simples mistura, manifesta-se como estruturas culturalmente heterógenas, com racionalidades potencialmente conflituantes, orientações culturais públicas e privadas, que se assemelha aos padrões produzidos num caleidoscópio (Puff, 2000 *apud* Karré e Ribeiro, 2005: 22). Para estes autores, a heterogeneidade cultural é uma solução para muitos dilemas.

3.3. Desafios colocados à Teoria e Empiria

Os contextos pós-raianos, habitat dos híbridos, confrontam-nos com diversos desafios, no sentido de se “movimentarem continuamente para manter os paradoxos do mundo moderno sob controlo” (Noordegraaf *et al.*, 2004 *apud* Karré e Ribeiro, 2005: 5). No âmbito deste estudo focar-se-ão as dimensões das tensões que no seu seio se geram e a afirmação da sua identidade específica, enquanto reptos aos campos conceptual e interventivo do fenómeno do hibridismo.

As estruturas híbridas operam em múltiplos domínios funcionais (Ruef, 2000 *apud* Minkoff, 2002: 381) e estão sujeitas a mais pressões do meio comparativamente com outras que estejam claramente definidas do ponto de vista técnico e com fronteiras institucionalizadas, fator reforçado, segundo Karré (2004), pela existência de orientações culturais diversas em presença. Para o autor (*Ibidem*), a questão interessante será perceber como é que na prática as organizações híbridas lidam com as tensões que surgem pela combinação de culturas.

Para a abordagem cultural, o hibridismo não significa a mistura de orientações culturais, as diferentes culturas que compõem as organizações híbridas são reconhecidas

como tal, pela sua racionalidade própria. Neste contexto, as diferentes orientações combinadas no seio do híbridismo apresentam as seguintes características: a) são invioláveis- nenhum elemento da cultura pode ser comprometido; b) incompatíveis- as diferentes orientações culturais não se podem misturar numa só orientação unificada e c) indispensáveis- não se pode excluir uma das orientações culturais, elas são interdependentes (Albert e Adams, 2002 *apud* Karré e Ribeiro, 2005: 4). A gestão das tensões entre as diferentes culturas pressupõe, nesta aceção, 1) aceitar o híbridismo como um estado natural ao invés de discutir como é possível convertê-lo numa só orientação; 2) reconhecer as suas vantagens e 3) salvaguardar que os efeitos negativos do híbridismo sejam controlados (Karré e Ribeiro, 2005: 22-23).

Também Brandsen *et al.* (2005b: 3) reiteram que, para se compreender o híbridismo, tem que se avaliar onde é que a tensão entre as lógicas dos diferentes domínios é mais intensa. Mais do que cavar um nicho específico, com fronteiras claras, pode ser mais profícuo pesquisar fora das áreas de fronteira e torná-las tão problemáticas quanto possível, estudando as tensões entre lógicas dos diferentes domínios (Brandsen *et al.*, 2005a).

No que se reporta à identidade dos híbridos, Pieterse (2009 *apud* Skelcher, 2012: 17) discute que a forma híbrida não é diretamente rastreável de volta para os componentes das culturas a partir do qual surge, emerge num novo espaço, povoado de incerteza, na luta por reconhecimento ou validação social. Afirma-se como uma resposta criativa de resistência a uma abordagem singular, numa conjuntura em que as fronteiras são maleáveis e suscetíveis de serem transgredidas, para além das pressões para a uniformidade e rigidez. Este entendimento do híbridismo abre espaço para a crítica radical aos arranjos organizacionais, deslocando o centro da análise do híbridismo em si, que é recorrente ao longo da História, centrando-se na ideia de fronteiras e a propensão para o fetichismo das fronteiras.

Para o autor (*Ibidem*: 18), a importância do híbridismo é a problematização das fronteiras, lida como uma transgressão de fronteiras institucionais, expressando o híbridismo processos de contestação entre atores locais e forças mais amplas. Pode assumir a forma de resistência ou adaptação a estas pressões externas, de uma forma dinâmica e evolutiva, num espaço de transição institucional em que o significado, a identidade e as regras são negociados e renegociados e, como resultado desvelam a virtualidade de novas

possibilidades. Trata-se de um espaço político que não é apenas preenchido com interesses concorrentes mas é entendido como algo que é criado, aberto e moldado pelos entendimentos sociais (Fischer 2006 *apud* Skelcher, 2012: 21, 21). Complementarmente a esta abordagem, a teoria cultural entende o hibridismo como um processo através do qual podem emergir novas possibilidades no interior de uma sociedade diversa, salientando a importância de entendimentos plurais, de identidades e fronteiras.

Para Brandsen *et al.* (2005b: 7-9), a análise da identidade do hibridismo deve sedimentar-se na descrição do impacto por ele produzido e propõe que a mesma se efetue a partir de três abordagens:

1) a lógica da distribuição de produtos ou serviços- pode argumentar-se que a essência do setor público deriva das características dos bens e serviços que estão na base da sua ação, a lógica da provisão. A alternativa analítica pode passar por encarar os híbridos a partir da lógica do produto, vê-los não pelas partes que os constituem mas pela essência da entidade híbrida;

2) a construção social da identidade cultural- o aspeto cultural dos fenómenos híbridos continua largamente por explorar, mas provavelmente é nesse campo que se poderão dar maiores avanços (Karré, 2004);

3) a dinâmica de funcionamento- usando o camaleão como metáfora, os autores (Brandsen *et al.*, 2005b) procuram demonstrar que o hibridismo não é um acidente e que se deve aceitar a natureza híbrida como uma parte central da sua identidade. Assim como um camaleão é identificado pela sua estratégia de mudança de cor, mantendo uma só identidade, os fenómenos híbridos podem ser classificados pelas suas estratégias, como métodos de adaptação a exigências conflitantes. Contrariamente às leituras dicotómicas associadas a formas estáticas, a mobilidade dos fenómenos híbridos pode favorecer a transferência mútua de elementos entre esses diversos ambientes, contribuindo para a inovação.

Correlacionando hibridismo com inovação, Minkoff (2002) postula que, ao ligarem inovação com tradição, os híbridos podem agir como portadores de legitimidade para formas inovadoras e proteger formas tradicionais contra a desinstitucionalização. Por ser uma estratégia integrada, pode criar condições positivas para a expansão continuada de formas inovadoras e tradicionais, aumentando a familiaridade com formas novas enquanto

compensa a estranheza institucional através da manutenção de estruturas organizacionais tradicionais (Minkoff, 2002: 284).

PARTE II | O PERCURSO DA PESQUISA

CAPÍTULO 4 | MODELO DE ANÁLISE

4.1. Questões de Pesquisa, Conceitos-Âncora e Objetivos

Com o intuito de interrogar a realidade foi construído um modelo explicativo potencial, um quadro hipotético acerca das dinâmicas contextuais onde se desenrola o VP. Foi assim identificado um conjunto de questões e respostas abertas que funcionasse como guia para recolher material teorizável, que favorecesse a interpretação daquelas dinâmicas e processos sociais (Guerra, 2006). As perguntas e respostas provisórias foram delineadas com base na definição de conceitos, dimensões e respetiva operacionalização através de indicadores. Estas questões são as seguintes:

Pergunta de Partida: Como se produz a IS no VP dinamizado pelo Projeto NVP?

Questão Central: A IS do VP é uma estratégia híbrida no campo do bem-estar, onde se intermedeiam práticas informais (características do modelo solidário) através de mecanismos formais (típicos do modelo institucional).

Questões de Aprofundamento Específicas:

- 1 - O hiato que justifica a existência do VP resulta de fatores exógenos- transformações globais- e fatores endógenos- especificidades locais;
- 2 - A IS no VP permite colmatar lacunas do modelo institucional e do solidário;
- 3 - Na IS do VP o hibridismo manifesta-se a dois níveis - o 1º Híbrido e a re-hibridização, sendo que:
 - a) o 1º Híbrido, corresponde ao modelo organizacional desenhado pela FEA com base na metodologia EQUAL, que assume a IS com um carácter institucional;
 - b) a re-hibridização ocorre nas intermitências entre os mecanismos previstos no 1º Híbrido e o que acontece na prática do VP;
 - c) a re-hibridização, resulta da metamorfose da SP com base nas suas latências e configura a tensão entre a dádiva a desconhecidos da ajuda incondicional, típica do voluntariado, e a obrigação mútua, característica da SP.

4 - O VP constitui-se como um novo tipo personalizado de resposta social a necessidades não satisfeitas no campo da intimidade.

Conceito de Inovação Social

A literatura sobre IS tem vindo a ancorar a análise da sua gestação a partir de polos diferenciados, ora arreigada a processos institucionais, ora na orla da sociedade civil. Na atualidade constata-se uma tendência crescente para se adotar uma lente híbrida, vislumbrando a IS a partir da influência de articulações intersectoriais (Andrew e Klein, 2010), como resultado da coconstrução levada a cabo por diferentes atores e setores sociais (Osborne, 1994 *apud* Lévesque 2005: 1).

Face à complexidade dos problemas sociais da pós-modernidade, a IS tem granjeado o seu lugar no *mainstream* da intervenção social como fonte de resposta a necessidades sociais não satisfeitas e/ou cobertas (Moulaert *et al.*, 2005), obtendo melhores resultados comparativamente com estratégias tradicionais (Gray e Braddy, 1988 *apud* Cloutier, 2003: 7). Alicerça-se numa infraestrutura e num paradigma assentes em novos pressupostos e metodologias marcados pelo carácter polinizador que, numa lógica híbrida, tende a favorecer e potenciar a transferência mútua de elementos entre diversos contextos (Brandsen *et al.*, 2005b) e esferas interventivas.

Postulando-se que a IS é um tipo de resposta nova a necessidades sociais não satisfeitas, a sua potencialidade é tanto mais diferenciadora quanto a sua capacidade de fundir contributos distintos numa nova configuração. Na esteira da perspetiva dinâmica de Rosabeth Kanter (2000), os fenómenos virtualmente mais profícuos tendem a polinizar essências de diversos elementos, provenientes de diferentes contextos, contribuindo para o florescimento da IS.

A roupagem híbrida que a IS vai assumindo cinzela-se em escopos globais, influenciada por fatores que se interpenetram: a) nos ditames veiculados pela nova política macroeconómica de inspiração *schumpeteriana* (Jessop, 1993), que explicam a exponencial viragem do setor público para a IS, evidenciada na panóplia de políticas e programas direcionados para o seu estímulo e incremento (IGOT-UL, 2013); b) na penetração da racionalidade empresarial e estatal no espetro do TS, por via do *New Public Management* (Paine *et al.*, 2010) e c) pela reconfiguração social da participação

democrática de âmbito comunitário (Moulaert *et al.*, 2005; Andrew e Klein, 2010). Nesta esteira, a lente que elegemos para observar a IS foi o hibridismo, pelo modo como na contemporaneidade vem permeando o campo da intervenção social e tendo em conta as idiossincrasias do *welfare mix* português.

Conceito de Híbrido

A ideia de que a IS é um híbrido, ancora-se numa discussão mais vasta e muito atual acerca de hibridismo, transversal a vários campos do saber. O conceito de hibridismo será usado como lente para observar a IS na medida em que reflete sobre realidades e fenómenos marcados pela heterogeneidade, assumindo uma maior plasticidade como resposta à complexidade e contingências dos contextos. Assim, o conceito de hibridismo apresenta a interessante possibilidade de conjugar elementos de ordens e estruturas distintas que tendem a configurar-se em novas dinâmicas.

Revela-se, pois, pertinente analisar a IS no campo do bem-estar sob uma perspetiva híbrida, na medida em que as fronteiras entre as diferentes esferas de proteção social se esbatem, verificando-se que nesta perda de autonomia se enforma uma nova constelação. O uso do hibridismo é ainda reforçado pela ligação estreita que estabelece com o de inovação, na medida em que a mobilidade dos fenómenos híbridos pode favorecer a transferência mútua de elementos entre esses diversos ambientes (Brandsen *et al.*, 2005b), contribuindo e legitimando o desenvolvimento da inovação (Minkoff, 2002), caracterizando-se ambos pelas suas virtualidades polinizadoras.

Conceito de Bem-Estar

O conceito de bem-estar é aqui entendido em termos de regimes de proteção social que respondem a necessidades sociais, gerados na interação entre as diferentes esferas que os compõem. No âmbito do *welfare mix* português focar-nos-emos especificamente na providência civil e na estatal, partindo da operatividade, isto é, a capacidade de resposta efetiva dessas esferas no campo do bem-estar, analisada na interseção com o atual contexto, para pensar de que modo se desenvolve o hibridismo ao nível da proteção social.

No que respeita às formas de proteção social levadas a cabo pela sociedade civil seguimos a análise desenvolvida por Hespanha (2014), assente na distinção entre versões formais e informais. Neste modelo, a proteção informal abarca as solidariedades primárias assentes em redes sociais de parentesco, vizinhança, amizade e caracteriza-se pelo carácter esporádico e particularista da proteção prestada. A proteção formal refere-se a modalidades organizadas como sejam instituições voluntárias, não lucrativas e não-governamentais, comumente integradas no conceito de TS, que prestam oferta de bens e serviços de uma forma regular. As fronteiras entre ambas não são claras, sendo um campo muito propenso a fenómenos híbridos, como seja o voluntariado. No tocante à providência estatal, enquadra a proteção social levada a cabo pela esfera pública, assumindo o EP funções na provisão, financiamento e regulação do bem-estar social. Neste âmbito, o termo “modelo solidário” será usado para designar as versões informais da sociedade civil aqui caracterizadas e o termo “modelo institucional” será adotado por referência quer às práticas típicas do EP, quer ao *modus operandi* do TS. Segundo David Billis (2010b), o desenvolvimento do hibridismo no TS, enquanto nova lógica de intervenção, deriva amiúde da troca de recursos com outros setores, como seja por via do financiamento estatal e consequente introdução de procedimentos interventivos.

As diferenças entre o modelo solidário e o institucional são diversas, a começar que respondem a carências e problemas distintos (Nunes, 1995: 7). O primeiro baseia-se num conjunto de pressupostos: a) importância das formas de interconhecimento e das relações face-a-face, b) alicerça-se em relações de parentesco, vizinhança e/ou amizade, c) a estabilidade das interações, d) a igualdade relativa de todos os seus membros, e) a gestão transparente e f) o controlo pessoal (Henriques, 1993: 377). Contrariando a lógica particularista associada a sistemas patriarcais e clientelares, o modelo institucional ancora-se na equidade e universalismo, decorrentes da “atribuição de direitos de cidadania” (Hespanha e Alves, 1995: 128).

No contexto da realidade portuguesa, marcada pela condição semiperiférica (Hespanha, 2001), o impacto das transformações contemporâneas globais e locais são agudizadas pelo subdesenvolvimento do EP e crise concomitante da SP, que se vislumbram afetados ao nível da sua operatividade (Hespanha e Portugal, 2002). As transformações globais refletem-se na adoção de imperativos de flexibilidade e competitividade por parte do EP, sendo as políticas sociais reorientadas para a

redistribuição, de acordo com uma filosofia neoliberal. Sob a ótica da SP, manifestam-se a vários níveis, contribuindo para a diminuição da sua operatividade, destacando-se os fatores económicos ligados à divisão sociotécnica do trabalho. Nalguns casos, a integração massiva da mulher no mercado de trabalho e o aumento da taxa global de ocupação laboral podem ter o potencial de aprouver aumento da capacidade da SP, como seja em termos de ajuda material. Porém, no reverso, face à diminuição do tempo livre e conseqüente redução da disponibilidade para a ajuda personalizada, sobrecarga familiar, elevados custos emocionais para os elementos envolvidos, o particularismo e a rigidez espacial (Hespanha e Portugal, 2002: 124), que alternativas se vislumbram para colmatar o que Salamon (1987 *apud* Ferreira, 2013: 8) designa de *voluntary failure*²⁶?

Os desafios colocados hoje à SP têm contribuído para desvelar novos tipos de solidariedade de base comunitária, enquadrados pelo Estado, e para reconfigurar os tradicionais laços de entreajuda (Hespanha e Portugal, 2002: 21). Neste sentido, a vitalidade da SP parece arreigar-se à sua capacidade de reconfiguração na articulação com outras esferas, reforçando a literatura que:

As formas de SP não são apenas fenómenos fechados nos limites das comunidades que as originou. É certo que é aí que se encontra a sua natureza e os fundamentos dos mecanismos que tornam possível o seu funcionamento. Mas podemos estar perante fenómenos dinâmicos, capazes de se relacionarem com novas situações (Henriques, 1993: 377- 378).

A crise simultânea do EP e da SP favorece e torna emergente o desenvolvimento de modelos híbridos no campo da proteção social, identificando os estudos recentes como gérmen de futuro (Godet, 1993) a capacidade de articulação dos contributos de ambos os setores, formais e informais (Silva, 2013).

Conceito de Dádiva

No âmbito desta investigação, na linha de Godbout (1992 *apud* Portugal, 2011: 47), preconizamos que a dádiva ou dom corresponde a “toda a prestação de bem ou serviço efetuada sem garantia de retorno, com vista a criar, alimentar ou recriar vínculo social

²⁶ O conceito de *voluntary failure* refere-se à incapacidade da sociedade civil para colmatar todas as necessidades sociais emergentes (Serapioni *et al.*, 2013: 156).

entre as pessoas”, configurando uma “circulação de bens ao serviço do laço social” (Portugal, 2011: 48). Na esteira de Tremblay (2001), o dom deve ser considerado como um sistema de interações sociais tão importante como o Estado ou o mercado.

A literatura acerca da dádiva manifesta a relevância do papel social desempenhado pelo voluntariado, ao considerar que este fenómeno constitui uma forma de dom (Portugal, 1995, 2011). A discussão acerca da pertinência do paradigma do dom nas sociedades globalizadas deve incluir o fenómeno do voluntariado que, pelo seu carácter híbrido, permeia lógicas e racionalidades de diversas esferas de bem-estar, fundindo e desvelando renovadas potencialidades. Ainda que em Portugal sejam baixos os índices de participação no voluntariado, este desempenha um importante papel na esfera do nosso sistema de bem-estar. Contribui para suprimir lacunas existentes, corroborando a tese de Andreotti *et al.* (2001: 49), de que nos países da Europa do Sul as deficiências estatais são parcialmente compensadas por diversas fontes, entre as quais o voluntariado.

Na contemporaneidade a dádiva está presente nas três esferas de bem-estar social: sociedade, Estado e mercado. Afirmando-se o “EP como um substituto feliz da dádiva” (Portugal, 2011: 47), consagrando este a universalização de direitos sociais na esteira do princípio da cidadania, pressupondo esta um âmbito de solidariedade mais extensa do que as redes primárias, numa aceção redistributiva e equitativa, pode o voluntariado incorporar estes princípios na sua atuação? Nas discussões sobre a vitalidade da dádiva no universo familiar, Sílvia Portugal (2011) lança uma desafiante pista - como pode a dádiva ser pensada para além do universo familiar?

Conceito de Voluntariado de Proximidade

O voluntariado é um fenómeno complexo, cujas inúmeras metamorfoses refletem modos particulares de organização das diferentes sociedades em que se desenvolve, espelhando o modo como estas “alocam responsabilidades sociais”, bem como os níveis de participação dos cidadãos nas esferas pública e privada (Anheier e Salamon 1999: 43).

As particularidades da sociedade portuguesa no campo da proteção social tecem-se na dependência estreita das solidariedades de base comunitária, e na alçada do Estado que, embora fraco em termos de operatividade das políticas, assume protagonismo no que se refere aos mecanismos de regulação.

No âmbito desta investigação, elegeu-se o VP como estudo de caso, para analisar como se manifesta o hibridismo na IS, reconfigurando a prática do dom na articulação entre lógicas formais e informais.

O VP é caracterizado pelo foco nas comunidades locais, alicerçando-se numa intervenção organizada que, ainda que levada a cabo por voluntários, conta com a mediação profissional (Serapioni *et al.*, 2013: 213). O conceito é permeável a vários campos de atuação, salientando as discussões o paralelismo que se estabelece com as relações de vizinhança e as dinâmicas de associativismo, por favorecer a capacitação e o fortalecimento das sociabilidades primárias, num quadro de regressão devido aos processos de globalização, urbanização e dispersão geográfica (*Ibidem*).

O VP é uma prática desenvolvida no âmbito de uma política pública de estímulo à IS, o EQUAL, promovida por uma OTS com recurso a uma lógica híbrida, fundindo mecanismos formais com lógicas informais. Assume-se como uma prática nova para o contexto e utilizadores (Phills *et al.*, 2008) porque responde a um hiato, ocupando um nicho não coberto ao nível da satisfação de necessidades sociais no campo da intimidade. Nesta Dissertação considera-se que se imbrica nos modelos solidário e institucional, correspondendo a uma prática de voluntariado formal, enquadrada e mediada pela coordenação de uma OTS, cuja dinâmica de funcionamento, campo de atuação, pessoal que assegura e procedimentos assumem contornos próximos das relações de vizinhança e/ou familiares típicas da SP.

Considerando o VP uma forma de dom que atua ao nível de bifurcações no campo do bem-estar, fundindo numa mesma esfera interventiva lógicas e modos de fazer típicos do modelo institucional e do solidário e colmatando lacunas e desvantagens de ambos, pretendemos observar se, na sua dinâmica híbrida, a ajuda incondicional, característica do voluntariado, coexiste com a obrigação mútua, base da SP, favorecendo o alargamento desta a desconhecidos.

Pensar a dádiva para além do universo familiar (Portugal, 2006) e repensar as fronteiras e/ou a fusão entre a reciprocidade e a cidadania/universalismo na pós-contemporaneidade joga-se, a nosso ver, em lógicas híbridas, capazes de conjugar racionalidades e modos de intervir diversos, que se complementem nas suas limitações, ocupando o VP um lugar estratégico neste contexto.

No delinear de modelos híbridos, que articulem lógicas e/ou racionalidades dos modelos solidário e institucional é fundamental refletir a elevada predisposição dos híbridos para tensões, quer internas quer externas, em consonância com as características elencadas pela abordagem cultural- a inviolabilidade, a incompatibilidade e a indispensabilidade (Albert e Adams, 2002 *apud* Karré e Ribeiro, 2005: 4). Neste sentido, consideramos que, no VP, a formalização pode contribuir para uma maior democraticidade e uma melhoria da eficiência de resposta do modelo solidário, mas nos antípodas, pode acarretar uma ligação mais débil à comunidade e a rigidificação das respostas (Hespanha, 2014), havendo o risco de configurar uma forma de institucionalização da sociedade civil. Por outro lado, neste modelo híbrido, a definição de obrigações com próximos e estranhos constitui-se num desafio estratégico, com o potencial de neutralizar efeitos geradores de desigualdades e exclusões que cada um dos modelos, solidário e institucional, produz (Nunes, 1995: 8; Hespanha e Portugal, 2002: 21;). Na medida em que uma das grandes tensões de uma abordagem híbrida é a gestão das relações sociais, que no âmbito da SP se constrói nas bainhas do interconhecimento, enquanto o EP está orientado para a organização e regulação dessas relações “para fora”, vinculadas a um espaço de cidadania (Nunes, 1995: 7, 11), em que moldes poderá ocorrer o alargamento do princípio da reciprocidade a estranhos em modelos que conjuguem cidadania e igualitarismo, com obrigação moral, em espaços de interconhecimento reconstruídos e inclusivos? (Silva, 2013).

Neste sentido, desenvolvemos duas análises complementares: 1) descrição do modelo formal de IS do VP desenhado pela OTS promotora com base na metodologia EQUAL, para caracterizar a sua natureza híbrida e 2) análise da configuração que esta prática foi assumindo ao longo da implementação do Projeto. Preconizamos que no VP podem identificar-se dois movimentos que atestam o hibridismo desta IS: a) o 1º Híbrido, correspondente ao desenho institucional do VP, em que a IS assume um carácter sobretudo formal e b) a re-hibridização, que reflete o modo como os atores foram apropriando o modelo de IS formalizado, incorporando alterações que respondem às suas necessidades efetivas, atualizando-o de acordo com lógicas e práticas informais comunitárias, apreendidas no seio da SP. Neste sentido, a re-hibridização ilustra a metamorfose da SP, que se reconfigura com base nas suas latências, manifestando a influência dos utilizadores

na IS (Svensson e Bengtsson, 2010) e o modo como neste híbrido esta lógica se mantém em tensão com os mecanismos formais que estruturam o Projeto.

Tendo em conta os conceitos e questões de pesquisa, identificámos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Compreender o que é a IS no VP.

Objetivos Específicos:

- 1 - Caracterizar as dinâmicas contextuais que justificam o VP;
- 2 - Descrever o modelo de IS subjacente ao VP, pela especificação da sua dinâmica de funcionamento, resposta diferencial que enforma e tensões que manifesta;
- 3 - Identificar como se manifesta o hibridismo na IS do VP;
- 4 - Discutir as vantagens do VP relativamente aos modelos solidário e institucional;
- 5 - Analisar como se configura a dádiva alargada a desconhecidos no VP.

CAPÍTULO 5 | OPÇÕES METODOLÓGICAS

Esta pesquisa é qualitativa, numa perspetiva compreensiva, porque contempla a dinâmica social num período de cesura, em que as transformações se traduzem em mudanças profundas ao nível das práticas sociais, com foco para a emergência de novos fenómenos (Guerra, 2006: 8).

Considerando o parco aprofundamento teórico e metodológico em torno dos conceitos de IS e de VP, optámos por desenvolver um estudo de caso. O nosso objetivo é contribuir para a discussão e conceptualização de ambos os fenómenos, bem como ampliar o universo da investigação nestes domínios, particularmente apontando eixos de reflexão para investigações futuras, no dizer de Strauss (1987 *apud* Flick, 2005: 51), estimulando “questões generativas”.

5.1. Estudo de Caso

Como abordagem metodológica elegemos o estudo de caso para explorar, descrever e analisar, com o intuito de “proporcionar conhecimento acerca do fenómeno” (Guba e Lincoln, 1994 *apud* Coutinho, 2011: 295) e reconstruir a singularidade contextual deste campo analítico. Dada a complexidade e novidade das áreas de investigação, IS e VP, e a escassez de conhecimento urge desenvolver um estudo profundo em contexto, fortemente enraizado no trabalho de campo e no cunho descritivo, com recurso a diversas técnicas de recolha de informação (Punch, 1998 e Yin, 1994 *apud* Coutinho, 2011: 294). De acordo com a tipologia de Stake (1995 *apud* Coutinho, 2011: 296), desenvolveremos um estudo de caso instrumental, porquanto o caso será um instrumento para compreender outros fenómenos- o VP é o campo de análise para observar o hibridismo na IS.

5.1.1. Seleção do Caso - Projeto de Voluntariado de Proximidade da Fundação Eugénio de Almeida em Évora

Com o intuito de responder empiricamente à questão central da investigação, escolhemos analisar uma iniciativa que se autodescreve como aplicação de IS e é reconhecida e “autenticada”, pelos atores formais que influem na delineação desse paradigma de intervenção, por incorporar metodologias EQUAL.

O Projeto de Voluntariado de Proximidade teve início em 2006, desenvolvido pela FEA no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL²⁷, conferindo este Programa o “cunho” de IS à iniciativa. Consideramos que o VP é um bom objeto empírico pois: a) responde a necessidades não satisfeitas e/ou cobertas por qualquer das esferas de bem-estar; b) é desenvolvido por uma organização do TS, de carácter híbrido; c) envolve um leque vasto de atores, desde profissionais a voluntários; d) faz uma articulação híbrida entre lógicas formais (características do modelo institucional) e lógicas informais (modelo solidário); e) é uma resposta no campo do bem-estar que demonstra a roupagem híbrida que a IS assume, num contexto como o de Portugal, descrito como possuindo fortes elementos da SP e f) desenvolve-se num contexto em que o imaginário da SP está muito presente.

O VP é identificado com uma prática de IS porque se trata de uma atividade nova desenvolvida localmente pela FEA (Chambon *et al.*, 1982 *apud* Fontan *et al.*, 2004), uma OTS, na sequência da procura de soluções para responder a necessidades sociais não satisfeitas (Moulaert *et al.*, 2005), diagnosticadas no âmbito da candidatura do Projeto “Orientar Servir e Apoiar: promover a conciliação da vida familiar/profissional” (FEA, 2005) apresentada ao EQUAL. O referido Diagnóstico (*Ibidem*: 3) apurou que a “oferta de serviços de apoio a idosos e crianças existente no concelho não era suficiente” face às necessidades sociais, patenteando as dificuldades de conciliação entre vida familiar e profissional, tendo o Projeto desvelado como solução o VP.

O VP responde assim a necessidades sem resposta por parte do setor público ou outras organizações (Mulgan *et al.*, 2007), num cenário nacional marcado pelo Semi-EP (Santos, 1994) que investe residualmente em serviços de proximidade (Portugal, 2006) e se encontra em fase de retração, tendência transversal ao contexto europeu.

Esta solução de IS foi gerada no seio da sociedade civil, por uma OTS, com recurso a financiamento público de incentivo à IS- o EQUAL, Programa Comunitário que contribuiu para a afirmação e legitimação do conceito de IS no contexto europeu (IGOT-UL, 2013: 36). De acordo com Andrew e Klein (2010), a IS é maioritariamente difundida

²⁷ O Projeto foi desenvolvido pela FEA, em parceria com outras entidades, no âmbito do Projeto *Orientar, Servir e Apoiar: Promover a Conciliação da Vida Familiar e Profissional*. Deu origem ao produto concebido para apoiar a transferência da metodologia de criação de NVP- a *Office Box do Voluntariado - Gestão e Animação de Voluntariado de Proximidade* e recebeu em 2008 o prémio *Projetar um Novo Futuro*, que premiou a melhor solução EQUAL desenvolvida em contexto nacional.

Acesso em 16 de abril de 2013, disponível em: http://www.monte-ace.pt/site/ANEXO_3.pdf

através de agentes sociais, amplificando-se o seu potencial de disseminação por via de organizações implantadas nas comunidades (Howaldt e Schwarz, 2010).

A FEA foi fundada em 1963 por Vasco Maria Eugénio de Almeida, seu benemérito. É uma Instituição “de direito privado e utilidade pública, sediada em Évora, cujos fins estatutários se concretizam nos domínios cultural e educativo, social, e espiritual, visando o desenvolvimento humano pleno, integral e sustentável da região de Évora”²⁸. A “Fundação promove e dinamiza um conjunto integrado de iniciativas e programas próprios, em exclusivo ou em parceria [...] abrangendo um largo espectro de atividades nos diferentes domínios do seu campo de atuação”²⁹. O VP insere-se no âmbito de intervenção social da FEA, especificamente no Projeto de Voluntariado, uma das suas traves-mestras (Gonçalves, 2012: 47).

As OTS são caracterizadas pelo hibridismo (Billis, 2010a) na medida em que a sua intervenção social incorpora princípios de diferentes esferas de bem-estar, resultando este da transferência de funções do Estado para o TS (Karré e Ribeiro, 2004). De acordo com os eixos teóricos e analíticos desta pesquisa, o VP é uma prática que atesta o hibridismo da IS, sendo que o Projeto foi concebido no seio de uma organização híbrida, reiterando a tese de que o hibridismo é uma característica inevitável e permanente do TS (Smith, 2010 *apud* Skelcher, 2012: 5).

Para Billis (2010b), no atual momento de experimentalismo organizacional híbrido, há organizações que desde a sua conceção são híbridas, organicamente, explicando-se o seu surgimento pelo estabelecimento de mecanismos colaborativos entre setores e caracterizando-se pela independência estrutural. Ainda que a análise do autor (*Ibidem*) se circunscreva a organizações híbridas, pode-se estabelecer como lente para olhar para o VP e, nesse sentido, este Projeto configura um tipo de hibridismo orgânico na medida em que foi desenhado com esse propósito, incorporando contributos formais e informais dos sistemas de bem-estar. Na esteira da análise de híbridos desenvolvida por Billis (2010a), o carácter híbrido do VP é evidenciado por manifestar características de mais do que uma esfera de bem-estar, referindo-se a princípios operacionais, que se afirmam como uma

²⁸ Acesso em 19 de outubro de 2015, disponível em:
<http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/fundacao/9.htm>

²⁹ Acesso em 19 de outubro de 2015, disponível em:
<http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/fundacao/9.htm>

resposta diferencial que permite suplantar lacunas das “formas puras” (Karré, 2004), no caso, dos modelos solidário e institucional.

Na sequência da realização de um diagnóstico social em Évora, que espelha mudanças sociais transversais ao contexto português e à realidade europeia mais ampla, o Projeto partiu da identificação de um rol de necessidades sociais não satisfeitas. Atuando em complementaridade aos serviços existentes, cobrindo um domínio que não suscita uma intervenção técnica e/ou profissional, os Núcleos de Voluntariado de Proximidade (NVP) são estruturas locais de ajuda vicinal que têm como objetivo “resgatar laços de solidariedade existentes numa comunidade”, incorporando como estratégia inovadora o VP (Alentejo, 2007). De acordo com a filosofia da FEA (Alentejo, 2007), inspirado nos princípios de solidariedade e ajuda, o VP é “uma atividade desenvolvida a nível local, baseada nas relações de proximidade no sentido de prestar apoio pessoal e social a pessoas, famílias ou instituições, em contexto domiciliário e/ou institucional”, operando os NVP como uma plataforma que põe em interação a procura e a oferta de ajuda.

Num primeiro momento de constituição dos NVP, a FEA integrou-se nas redes sociais existentes no concelho a fim de identificar parceiros estratégicos enraizados em diferentes freguesias, com o fim de promover o “encontro entre instituições, pessoas, vontades, estratégias e oportunidades” (Alentejo, 2007), tendo sido implementados quatro NVP: Bacelo, Centro Histórico (CH), Malagueira e Senhora da Saúde (SS). Em cada NVP estão representados transversalmente diferentes atores sociais, dos setores público e privado, sejam escolas, centros de saúde, forças policiais, organizações sociais, bem como um grupo de voluntários que, coordenado conjuntamente pela equipa técnica da FEA e conselheiros, presta apoio diário a vários beneficiários (Gonçalves, 2012: 49). Beneficiários, voluntários e conselheiros apresentam como denominador comum serem atores ancorados previamente num mesmo território de intervenção, seja por residirem ou lá desenvolverem a sua atividade profissional.

A gestão do Projeto é da responsabilidade da FEA e a mesma consubstancia-se nos pressupostos emanados do Decreto-Lei nº 389/99 de 30 de setembro, que regulamenta os instrumentos para a consolidação do exercício do voluntariado. Em termos operativos, assenta essencialmente em três âncoras: a) comunicação- *marketing* social, promoção do Projeto e dinamização da comunicação interna com todos os intervenientes; b) formação-capacitação dos voluntários e das instituições, nas óticas da sensibilização e intervenção e

c) animação- assume-se como a componente prática direcionada a instituições, voluntários e comunidade de cada NVP (Alentejo, 2007).

5.1.2. Núcleos de Voluntariado de Proximidade do Centro Histórico e Senhora da Saúde em Évora

De acordo com o Diagnóstico Social de Évora (CLASE³⁰, 2012), o concelho de Évora, integrado no distrito com o mesmo nome, localizado no Alentejo Central, está dividido em 19 freguesias, 11 rurais e 8 urbanas, distribuídas em três grandes unidades geográficas- a área urbana, a zona de transição e a área rural. Com uma população de 56 596 habitantes e densidade populacional de 43,3 hab./Km² (Censos Provisórios 2011 *apud* CLASE, 2012: 18), a nível demográfico, apesar do ligeiro aumento da população residente entre 2001 e 2011, explicado pelos fluxos migratórios, a característica dominante continua a ser a regressão populacional, assinalada por um saldo natural negativo. O duplo envelhecimento da população, determinado pela simultaneidade do aumento da estrutura etária acima dos 65 anos e diminuição do grupo etário dos 0-14 anos, potencia todas as problemáticas associadas a um território envelhecido e em risco de desertificação humana. Segundo Luís Mergulhão (1997 *apud* Associação de Jovens Professores da Região Alentejo, 2005: 20), a fraca densidade demográfica condiciona “o potencial de diversificação económica”. Sendo os serviços e o comércio os principais setores económicos e o tecido empresarial fraco, é de salientar o elevado índice de desemprego- uma tendência continuada de aumento desde 2009- repercutindo-se, entre outros, no aumento de outras fontes de rendimento, sobretudo de carácter assistencial.

Atendendo que, em termos conjunturais, a crise económica potencia o agravamento dos contextos de dependência e pobreza, a nível estrutural, o envelhecimento populacional é o maior problema social do concelho, apresentando como principal consequência o isolamento familiar, social e pessoal, resultante de alterações profundas ao nível das redes de suporte, sejam familiares ou de vizinhança, demonstrando-se estas inexistentes ou insuficientes. São vários os fatores explicativos destas alterações, como sejam:

³⁰ Conselho Local de Ação Social de Évora.

Afastamento geracional, não raras vezes provocado pela migração dos filhos deste grupo de idosos — geração de Abril — para zonas do litoral, nomeadamente limítrofes de Lisboa, mas também da natureza competitiva das sociedades atuais e do significativo aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, para além da crise de valores que não se pode escamotear nas sociedades modernas atuais (CLASE, 2012: 141).

Paralelamente, denota-se que as estruturas institucionais de apoio são insuficientes e/ou desadequadas face ao tipo de necessidades sociais.

Dada a extensa dimensão do Projeto e os objetivos da investigação, escolhemos como foco de análise os NVP do CH e da SS, na medida em que operam em territórios que revelam uma ocupação mais antiga ao nível da cidade de Évora. Elegemos assim contextos onde é possível identificar manifestações de solidariedades locais características da SP e possibilitam uma maior perceção das transformações que interessa aqui analisar. Com a escolha de dois NVP pretendemos ilustrar aspetos comuns em dois contextos com características distintas, potenciando a transferibilidade, isto é, a validade do estudo pela virtualidade de outras realidades puderem ser compreendidas com as mesmas conclusões. Debruçámo-nos, especificamente, sobre a intervenção dos NVP no domínio de pedidos pessoais de apoio, extensível a participação em atividades de promoção e dinamização dos NVP, mas excluindo o enquadramento de voluntários de proximidade no âmbito de necessidades e/ou atividades de organizações.

5.2. Fases e Instrumentos de Recolha e Tratamento de Informação

De acordo com Strauss e Corbin (2008: 254), uma dimensão fundamental da pesquisa, que simultaneamente é um dos critérios da sua avaliação, é a descrição do processo e das componentes, para dar conta do caminho percorrido que originou aquela análise, bem como dos seus pontos fortes e limitações.

Após a fase inicial de apresentação dos objetivos do estudo e negociação, em que a FEA autorizou a realização da investigação sobre os NVP, a pesquisa dividiu-se em duas grandes fases: exploratória e de afunilamento, sendo que a primeira decorreu entre janeiro-maio e a segunda entre maio-julho, ambas no ano de 2011.

5.2.1. Fase Exploratória

Teve por objetivos estabelecer um primeiro contato com o terreno, no sentido de recolher mais informação para complementar as descrições institucionais disponíveis, afinar os instrumentos metodológicos e possibilitar a triagem de dois dos quatro NVP existentes. Procedeu-se a um levantamento preliminar sobre o contexto de Évora, Projeto NVP, especificidades dos territórios onde estão implantados os NVP. Recorreu-se a pesquisa documental, de fontes disponíveis ao público em geral como sejam o Diagnóstico Social de Évora (CLASE, 2012), teses académicas da Universidade de Évora, material produzido no âmbito do EQUAL, bem como documentação interna de fundamentação do Projeto, disponibilizada pela FEA. De salientar a *Office Box do Voluntariado* (2007) - pela sistematização de todo o referencial metodológico de criação dos NVP- e o estudo desenvolvido por Inês Gonçalves (2012), animadora social e técnica gestora do Projeto de VP, que aprofundou o modelo de gestão dos NVP. Foram realizadas reuniões institucionais com técnicos da FEA e observação direta: a) nas quatro freguesias de implantação dos NVP, b) numa sessão de encontros de voluntariado designada “Desafios do Voluntariado” e c) no âmbito de uma reportagem realizada por um canal televisivo foi possível acompanhar algumas atividades dos NVP. Foram elaborados relatórios e iniciado o diário de campo (DC).

Tendo em conta a necessidade de construir guiões de entrevista que fossem inteligíveis à população em geral, independentemente do nível de habilitações literárias, e particularmente a idosos- faixa etária representativa no grupo de beneficiárias dos NVP- optou-se por testar os guiões de entrevista de forma exploratória. Foram realizadas duas entrevistas na Alta de Coimbra (AC) (cf. Apêndice 4), centro histórico com características sócio territoriais similares ao CH de Évora, marcado pela degradação habitacional, desertificação e envelhecimento populacional. Foram selecionadas duas beneficiárias idosas de um projeto de voluntariado promovido pelo Grupo de Ação Social (GAS) pertencente ao Centro Universitário Manuel da Nóbrega. Este Projeto não se autodefinia como voluntariado de proximidade, era desenvolvido por estudantes universitários, porém denotava atributos comuns com o âmbito de intervenção dos NVP- uma atuação na lógica da proximidade no que concerne ao combate ao isolamento dos idosos, materializado em acompanhamento personalizado e regular ao domicílio.

Esta fase demonstrou-se fulcral para selecionar os NVP da SS e CH como hemisférios da investigação, bem como readaptar o guião- nomeadamente nas questões relativas à IS e à caracterização do contexto, aqui designado como “sítio”.

Nos estudos de caso, “a constituição da amostra é sempre intencional, baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos [...] buscando-se as variações máximas” (Bravo, 1992 *apud* Coutinho, 2011: 298). Neste sentido, elegeu-se entrevistar os três tipos de atores que compõem os NVP: voluntários, beneficiários e conselheiros, tendo sido criados três tipos de guiões de entrevista (cf. Apêndices 1, 2 e 3). Estes foram construídos com base na operacionalização dos conceitos desenvolvidos no modelo de análise, em função dos objetivos e dimensões que propiciassem aprofundar as hipóteses explicativas. Genericamente, abordaram as variáveis a) Sítio-vivência local e comunitária; b) Transformações Globais- relativas às mudanças que afetaram as relações sociais, especificamente as familiares e de vizinhança; c) Voluntariado na relação com NVP e d) a IS dos NVP.

Em termos de dimensão da amostra, abarcou-se praticamente o universo total dos dois NVP, preservando o critério de saturação. No total, foram realizadas dezoito entrevistas, repartidas em igual proporção por cada NVP: cinco a voluntários, três a beneficiárias e uma por conselheiro (cf. Apêndice 4). De mencionar que, no caso dos beneficiários, se usou numa situação particular a idade inferior a 18 anos como critério de exclusão. Pese embora, no âmbito do estudo de Gonçalves (2012: 87), se verifique que o número total de voluntários inscritos nos NVP fosse amplo em abril de 2011, somente 15% se encontravam ativos. No que concerne a caracterização dos entrevistados, as beneficiárias eram na sua totalidade mulheres, idosas, pensionistas, que residiam sós, com parco suporte familiar de proximidade ou mesmo ausente. De salientar que, com exceção de uma pessoa, as restantes beneficiárias possuíam habilitações literárias elevadas e eram oriundas sobretudo de classe social média/alta. Relativamente aos conselheiros, um homem e uma mulher, um reformado e outro ativo, com habilitações literárias- ensino secundário e superior. Já os voluntários, corresponderam ao perfil traçado por Gonçalves (2012), a maior parte eram mulheres, ativas, com elevadas habilitações literárias, salientando-se somente um voluntário do sexo masculino, estudante universitário. Independentemente da naturalidade, todos os voluntários, conselheiros e beneficiárias relatam uma origem consentânea com um tipo de socialização característico da SP.

5.2.2. Fase de Afunilamento

Nesta, o acesso ao campo foi intermediado pela FEA, na visita às Associações representativas em ambos os NVP e na preparação das entrevistas. A FEA contactou beneficiárias, voluntários e conselheiros a fim de informá-los acerca da investigação e de obter a sua autorização para realização de entrevistas. Depois de cedida a autorização, no caso dos voluntários e conselheiros, foi facultado o contato dos mesmos à investigadora que articulou com os próprios o agendamento das entrevistas. No caso das beneficiárias as seis entrevistas foram realizadas no domicílio das próprias, sendo que no CH os técnicos da FEA procederam ao acompanhamento/apresentação da investigadora e no NVP da SS o conselheiro assumiu esse papel, de acompanhar a investigadora no início da entrevista. Relativamente aos conselheiros, as entrevistas foram realizadas nas Associações de referência naqueles bairros, com os quais os próprios estão implicados. No que concerne aos voluntários, casos houve em que as entrevistas decorreram no local de trabalho (duas), na Associação de referência do NVP da SS (duas), nos domicílios dos próprios ou de familiares (três), em locais públicos (três) - particularmente cafés, o que neste último caso obrigava frequentemente a deslocações devido à interferência dos ruídos externos e prejuízo para a qualidade da gravação em áudio. A diversidade dos locais de entrevista revelou-se uma riqueza para a investigação, favorecendo um conhecimento mais aprofundado dos territórios e das suas dinâmicas. Como referiu a VCH5, aquando de uma interrupção forçada e mudança de local para uma casa típica do CH, sede de um clube recreativo- “já fica a conhecer o CH por dentro” (DC, 44).

As entrevistas foram semiestruturadas porque aportam maior flexibilidade ao processo e possibilitam obter informação distinta e complementar àquela resultante da observação direta e da análise documental. As questões do guião foram sendo lançadas no contexto similar ao de uma conversa informal e, sempre que necessário, colocadas perguntas adicionais, nomeadamente para clarificar determinadas afirmações pouco conclusivas ou confirmar reflexões formuladas *in loco*. No caso da temática da IS, foi frequente a verbalização, por parte dos diferentes atores, da complexidade em objetivar as respostas. Na maior parte dos casos, não haviam refletido e sedimentado representações acerca desse tema, denotando alguma dificuldade de se distanciarem da sua prática e emitirem juízos sobre a mesma, discorrendo o pensamento densamente, havendo necessidade de uma sistematização final. Uma das vantagens desta técnica, pelo tipo de

interação suscitada, foi o favorecer de questões inesperadas, sobretudo associadas às tensões híbridas geradas no VP. De referir que a grande maioria dos atores, com ênfase nos idosos, se alongavam assaz na temática das transformações, tendendo a contar histórias vivenciadas com grande detalhe, prolongando grandemente as entrevistas e retornando amiúde aos mesmos lugares, a revisitar películas antigas inscritas afetivamente na sua memória. Na interação em contexto de entrevista:

As pessoas iam buscando pontos de contacto [...] senti que fomos negociando a reconstrução deste espaço de relação e informação (DC, 11) [...] em que a entrevista não se resume ao que se diz, mora na proxémia, sustém-se nas emoções com que fala, que me ajudam a conhecer mais desta realidade e como as pessoas a vivem. (DC, 27)

No início das entrevistas foram explicadas as condições de confidencialidade/gravação em áudio, o objetivo e tema, focando a temática da IS do Projeto NVP, bem como a sua dinâmica de funcionamento, na relação com outro tipo de práticas sociais, de forma a suscitar a inter-reflexividade. Todas as entrevistas foram gravadas em suporte de áudio, transcritas e posteriormente sujeitas a análise de conteúdo. Com o intuito de gerar categorias, que permitissem “nomear uma realidade presente no material recolhido”, precisando o seu conteúdo (Maroy, 1991 *apud* Albarello, 1997: 131) e buscando o sentido social subjacente à descrição dos fenómenos, rearticulando as variáveis, ligando-as aos fenómenos estruturais, num movimento de “construção interpretativa da realidade para estabelecer «ilhas de inteligibilidade»” (Passeron, [?] *apud* Guerra, 2006: 85).

Complementarmente à realização de entrevistas, que favorecem a entrada no mundo das representações e valores patentes na lógica discursiva, as técnicas que implicam observação favorecem a triangulação de perspetivas, ao criarem condições para se observar a “racionalidade contextual” (Caria, 2003: 14), confrontando o discurso dos atores com a sua práxis (Coutinho, 2011: 209). A observação direta- nos territórios dos NVP, como seja em associações locais, ruas, estabelecimentos comerciais, casas dos entrevistados e no entorno da cidade- foi intercalada com conversas informais com os atores e outros moradores das freguesias. Esta técnica foi usada como processo introdutório à realização de entrevistas e complementar no seu decurso, possibilitando uma maior profundidade analítica, pela forma de envolvimento e de interação em tempo real com o contexto dos fenómenos em estudo (Mendes, 2003: 18). Neste sentido, contribuiu para a identificação

de causas das diferenças encontradas ao nível dos dois territórios, favorecendo o potencial de transferibilidade dos resultados, tão importante dado tratar-se de um estudo de carácter exploratório. O diário de campo converteu-se num matizado de descrições do caso estudado e das experiências vividas durante o seu estudo, na dialética constante do vivido ao pensado, “estar dentro para compreender mas, simultaneamente, tem de se estar fora para racionalizar a experiência e construir legitimamente um objeto científico.” (Caria, 2003: 13).

A pesquisa documental esteve presente ao longo de todo o processo, acompanhando a intensificação da observação direta e os registos em diário de campo. A análise da literatura- sobre as temáticas da IS, hibridismo, sistemas de bem-estar, com enfoque no voluntariado, e acerca de metodologia qualitativa, com incidência nalguns estudos sobre experiência etnográfica em Ciências Sociais- sistematizou os pressupostos teóricos que guiaram o trabalho de campo. Em termos de operacionalização do conceito de IS, a bibliografia mais significativa foi a relativa a Moulaert *et al.* (2005) e André e Abreu (2006), e de hibridismo, em especial os artigos publicados por Brandsen *et al.* (2005a, b). No referente à caracterização do Projeto de VP, dada a diversidade de documentação disponível, atribuiu-se preferência: a) ao diagnóstico de necessidades da candidatura EQUAL, disponibilizado pela FEA, b) a demais informação produzida e disponível de carácter oficial, associada ao Programa EQUAL e políticas de IS na EU e c) ao estudo de Gonçalves (2012), por traçar a visão institucional da FEA, correspondente ao modelo de gestão do voluntariado nos NVP à data em que o trabalho de campo decorreu, permitindo delinear um paralelismo entre ambas as análises.

A entrada no campo foi orientada pelo quadro teórico que guiou a investigação, tendo o campo respondido a algumas perguntas e suscitado novos questionamentos, funcionando o trabalho empírico como retroação, *boomerang* para a teoria. Nesse sentido, na linha de Peirce (Fann, 1970), a construção do conhecimento foi mediada por uma estratégia abductiva em que o empírico desvelou factos inesperados que suscitaram novas hipóteses explicativas, não contidas nas premissas iniciais. A questão de partida circunscrevia-se à análise do híbrido desenvolvido pela FEA, procurando aprofundar o modelo e características do VP. Nas primeiras entrevistas realizadas em Évora, decorrente do tipo de relações descritas pelos atores, desvelam-se indicadores de que aquele Projeto configuraria não um mas dois movimentos distintos de IS- o deliberadamente desenhado

pela FEA aquando da candidatura ao EQUAL e o resultante das interações entre os diversos atores em contexto. A literatura acerca da dádiva foi suscitada nessa sequência, por ter sido uma questão que emergiu na pré-análise de conteúdo efetuada, ampliando o espectro explanatório, levando à suposição de que no VP a obrigação mútua poderia coexistir com a ajuda incondicional.

Procurando responder e testar as novas hipóteses relativas à tensão entre a ajuda incondicional e a obrigação mútua, no processo de dádiva, os guiões de entrevista foram alterados e, no período final do trabalho de campo, foram realizados dois *shadowing* (um por NVP). O *shadowing* é uma metodologia de pesquisa “que espelha a mobilidade da vida contemporânea”³¹ (Czarniawska, 2007: 58), complementar às observações e diário de campo. Favorece um conhecimento mais aprofundado e detalhado em contextos de inovação por “fornecer uma abordagem compreensiva sobre os padrões da ação, interdependência e motivações dos atores”, com o objetivo de “capturar o que as pessoas fazem e não o que eles dizem que fazem”³². Os critérios para a seleção dos dois casos prenderam-se com a amplitude das tensões híbridas, isto é, em cada território escolhemos as relações voluntário(s)/beneficiária que apresentavam uma tendência maior para confirmar as hipóteses em causa. Consistiu no acompanhamento de voluntários em duas visitas a beneficiárias, uma das quais convertida em jantar. Ao longo do processo a investigadora foi questionando os atores para clarificar o sentido que aportavam à sua ação, solicitando breves comentários sobre o seu comportamento e escolhas. Depois de cada imersão, todo o processo foi detalhadamente registado. No pós-*shadowing* foi efetuado contacto telefónico com as voluntárias a fim de confirmar as observações.

A conjugação das diversas ferramentas de recolha de informação enunciadas favoreceu a triangulação metodológica e a validação do estudo, permitindo captar diferentes contornos do mesmo fenómeno e fortalecer as conclusões que se viram reiteradas em múltiplas corroborações (Coutinho, 2011: 300), contribuindo para a multiplicação do campo dos possíveis, facilitando o acesso a diferentes dispositivos discursivos e práticos (Mendes, 2003: 1).

³¹ Tradução livre da autora. No original “that mirrors the mobility of contemporary life” (Czarniawska, 2007:58).

³² Acesso em 22 de novembro de 2015, disponível em:
<http://designresearchtechniques.com/casestudies/shadowing/>

5.2.3. A Investigadora-atora, a Vivência Raiana

De evidenciar que um dos grandes desafios no decorrer do trabalho de campo foi gerir a proximidade e a distância (Flick, 2005: 61), a vivência raiana.

A escolha deste Projeto prendeu-se, tal como foi anteriormente clarificado, com o reconhecimento desta iniciativa premiada de IS e da sua especificidade híbrida. Todavia, para além das técnicas e meios usados no percurso da pesquisa, a narrativa deste estudo foi tecida ainda com recurso a um imaginário comum, partilhado com os atores que entrevistei e observei.

Também eu fui criada e socializada nos laços da SP, no contexto de uma vila alentejana próxima de Évora. Não tive contacto regular com a cidade porque pertença a outro distrito, mas a minha ligação a este contexto é afetiva. A minha vivência no seio da SP, marcada pelas fortes redes familiares e de vizinhança, está tatuada na minha memória presente, também ela povoada por películas...o ir ler e escrever cartas à vizinha Maria Augusta, o ir com o meu pai buscar água para a conserva das azeitonas ao poço da vizinha Constância, o vizinho Custódio que nos vinha enxertar a laranjeira, a vizinha Antónia Rosa que sempre que ia apanhar me presenteava com carrasquinhas, o “pé dentro, pé fora” na casa da Toinha, o sentarmo-nos ao fresco...

Pensar-me enquanto pessoa ou enquanto investigadora é indissociável deste imaginário, referências e significações, que são um recurso para olhar para esta realidade, em que também me procuro reconfigurar perante estas profundas transformações sociais. O modo particular como observo e me movimento está intimamente ligada à minha visão do mundo, que se reatualiza na relação com o outro(s). Nesse limbo, olho-me como sendo parte da realidade e fenómenos que investigo, o meu mundo referencial- o *Umwelt*- é a janela que me desvela o mundo - *Welt* (Ricoeur, 1987).

Importa, pois, refletir sobre as subjetividades presentes na investigação. Se, por um lado, a minha integração no campo foi em muito facilitada pelo acolhimento da minha amiga Susana, que fez de Évora a sua cidade adotiva desde os tempos de Universidade, juntas mapeamos o território, tivemos interessantes trocas de impressões, na medida em que ela é socióloga e conhecedora enraizada daquele contexto. Por outro lado, havia o risco de enviesamento, que procurei contornar pela disciplina dos registos diários, que me permitia uma maior objetividade pela memória fresca dos acontecimentos.

Como vantagem, o referencial cultural vislumbrava-se como uma legenda e reportório, que me permitiu aprofundar determinadas questões que iam surgindo, com base nessas referências comuns. A familiaridade com o discurso dos atores favorecia uma abordagem mais informal, próxima da linguagem e vivência das pessoas como, por exemplo, na interação com uma idosa de 80 anos, perguntar se “costuma ir à da vizinha pedir coentros?” para aferir do tipo de redes existentes.

Ainda que o contexto me fosse em parte familiar, a atitude de que tenho sempre a aprender, com cada pessoa e a sua história, instigou a curiosidade sociológica e de facto aprendi imenso sobre as causas da crise da SP, nomeadamente sobre a menor disponibilidade da mulher para o cuidar, por contraponto às rotinas quotidianas das famílias que dominavam a ruralidade no período fascista. Terminei o trabalho de campo, num processo de interpretação e coconstrução de uma nova realidade, transformada em texto (Flick, 2005: 177), pelo olhar (Heisenberg³³) de quem investiga, marcado pela sua forma particular de ver e interagir com o mundo, como diria Ricoeur (1987), a fusão dos mundos.

Saio levando [...] a genuinidade das pessoas, este sentir-me em casa de outra maneira que nunca tinha experimentado. A informalidade, a proximidade das pessoas, as expressões dum vocabulário comum... «mandados, bradar, balhar, acarear», este ser alentejana... o que amiúde me é familiar agora vivido como fronteira [...] experimentando esta pele raiana, palpando os lados, aprendendo outros sentidos, para lidar com o que me é próximo mas, devido ao meu distinto papel, tornado distante. (DC, 14).

³³ Werner Heisenberg foi um físico teórico alemão, Prémio Nobel de Física em 1932. Considerado um dos precursores da mecânica quântica, desenvolveu o Princípio da Incerteza que reflete o efeito do observador no que observa. As suas conclusões influenciaram indelevelmente o modo de se fazer ciência, contrariando o paradigma cartesiano, assente na ideia da neutralidade do investigador no processo científico.

PARTE III | A INOVAÇÃO SOCIAL COMO HIBRIDISMO: O CASO DO VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE DA FUNDAÇÃO EUGÉNIO DE ALMEIDA EM ÉVORA

CAPÍTULO 6 | O VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE, NA TRANSIÇÃO ENTRE A SOCIEDADE DO CONSUMO DE MASSAS E O ESTADO-PROVIDÊNCIA

No âmbito desta investigação, a caracterização das dinâmicas contextuais justifica-se pelo duplo requisito de: a) validação do estudo de caso, a descrição pormenorizada do contexto em que se insere (Coutinho, 2011: 302) e b) pelo aprofundamento do campo conceptual e empírico suscitado pelas teorias sobre hibridismo (Brandsen *et al.*, 2005b; Skelcher, 2012).

A descrição das dinâmicas que enquadram o campo de intervenção dos NVP, remete para um diagnóstico prévio avançado pela FEA, de fundamentação do Projeto, aquando da candidatura ao EQUAL. Este diagnóstico (FEA, 2005: 3) refletiu as dificuldades que as famílias enfrentavam no apoio a familiares dependentes, como sejam crianças e/ou idosos, colocando a tónica no conflito entre papéis produtivos e papéis providenciais. O Projeto traduziu, por um lado, o enfraquecimento da SP e das redes de relações comunitárias que lhe aportam densidade e, por outro, a incapacidade da rede institucional responder a todas as necessidades pessoais e sociais suscitadas. O VP assumiu-se como uma atividade que, inspirada em princípios como a *entreejuda*, procura a revitalização de relações de vizinhança, características da SP (Alentejo, 2007).

O que justificou o surgimento dos NVP?

O nicho ocupado pelo VP, no campo do bem-estar, foi gerado na confluência entre fatores exógenos, que se prendem com transformações globais que afetam transversalmente a sociedade, e fatores endógenos, relacionados com especificidades do território de Évora, aqui designadas como transformações no sítio.

6.1. As Transformações Globais

Em termos globais as mudanças apontadas, simultaneamente por beneficiárias, voluntários e conselheiros, podem ser enquadradas em dois grandes hemisférios: a)

reflexos da emergência da sociedade do consumo de massas e b) reflexos do desenvolvimento do EP, convergindo ambos para alterações no âmbito da operatividade da SP, num cenário marcado pela passagem do *fordismo* para o *pós-fordismo* (Harvey, 2000).

O eclodir da industrialização e conseqüente alteração dos padrões produtivos, que caracterizou o capitalismo moderno, assentou no alargamento da esfera do mercado, transferindo-se mormente a satisfação de necessidades do domínio comunitário, sustentado no autoconsumo e entreajuda, para uma dimensão supralocal, baseada na função comercial (Silva, 2002: 123). Esta separação entre produção e consumo (Navarro, 1987 *apud* Silva, 2002: 124) foi ainda possível graças à divisão técnica e social do trabalho e à inovação tecnológica e organizacional. A produção *fordista*, caracterizada pelo fabrico em série de produtos estandardizados suscitou um consumo de massas, decorrendo a sociedade de consumo de alterações no âmbito dos processos produtivos e comerciais que impulsionaram transformações ao nível da vida privada (Silva, 2002: 126).

Na modernidade ocidental, as economias e sociedades centradas na produção e no consumo de massas sedimentar-se-iam no período pós Segunda Guerra Mundial, marcado pelo crescimento económico exponencial, associado à melhoria dos níveis de rendimento e alteração dos padrões de consumo das populações. No contexto das especificidades da Europa do Sul, marcada por uma fase prolongada sob a égide de regimes ditatoriais (Andreotti *et al.*, 2001), este eclodir seria mais tardio e, pese embora seja patente o desenraizamento das sociedades de base agrícola com o alastrar de processos industriais e urbanos, paulatinamente persiste a coabitação das novas tendências da sociedade do consumo de massas com imaginários rurais. No âmbito do nosso estudo, o espetro axiológico corrobora esta tendência, ao manifestarem as beneficiárias esse imaginário rural, a que continuam arreigadas, por oposição à constatação de que as gerações recentes optam pela desvalorização de bens familiares de tipo patrimonial, passando a segurança económica das famílias a não assentar na propriedade da casa e da terra (Piselli, 1995: 110), traço característico da fragmentação da ruralidade.

Sob a ótica da produção, as sociedades de consumo desenvolveram-se tendo por base transformações de âmbito económico relacionadas com dinâmicas no mercado de trabalho, nomeadamente: a) aumento da taxa de atividade feminina, b) aumento do tempo médio de trabalho de homens e mulheres, c) aumento da taxa de escolarização, tendência acentuada nas gerações mais novas e d) independência/autonomia financeira. Na linha do

descrito por Hespanha e Portugal (2002), genericamente os atores enfatizam que a redução de tempo livre, destinado a atividades produtivas, se reflete no desinvestimento nos papéis providenciais.

Face às contingências do capitalismo cognitivo (Vercellone, 2003 e Serfati, 2003 *apud* Lévesque, 2005: 14), é acentuado o papel central ocupado pela mulher enquanto sustentáculo da SP e móbil da rede de cuidados prestados a dependentes, sobretudo idosos e crianças (Portugal, 2006), recorrendo os voluntários a memórias sociais para traçar a cesura entre as práticas anteriores à regressão da SP (Hespanha e Portugal, 2002). A diminuição da disponibilidade para cuidar contribui, de acordo com estes, para alterações significativas ao nível do tipo de relações e laços que se estabelecem e para a reconfiguração do tempo livre, que, no caso das crianças, passa a ser ocupado com atividades extraescola ou recurso a novas tecnologias, que também cumprem a função de substituição do tempo familiar.

Nessa época era assim, as nossas mães estavam em casa, chegava à noite tinham vagar de nos ter dado já o banhinho, de ter tudo orientado para fazer esse tipo de vida, era bonito, havia mais, até mesmo entre os pais e os filhos havia um laço diferente de amizade, os pais estavam mais presentes na vida dos filhos. (VCH1)

A minha mãe sempre esteve em casa mas eu, por exemplo, já fui educada e a minha perspetiva e a minha geração todos estudaram para ter uma profissão, para ter um trabalho, para não estar em casa. (VCH3)

As mudanças descritas evidenciam a centralidade que o trabalho ocupa nas sociedades contemporâneas, enquanto motor do sistema capitalista, situando no seu reverso o consumo. Sob a ótica do consumo, constata-se que o aumento do tempo livre dos indivíduos e famílias se associa a: a) uma maior disponibilidade de rendimentos que se refletem numa melhoria do nível de vida, visível em indicadores como o poder de compra, os chamados “rendimentos discrecionais”, que ultrapassam o imprescindível para prover a necessidades básicas e b) uma grande oferta de bens e serviços ligados a atividades de lazer e entretenimento (Silva, 2002, 127). Nesse sentido, verifica-se, na atualidade, que a mercantilização das atividades de lazer, consideradas por Veblen (1975 *apud* Silva, 2002: 129) um “consumo não produtivo de tempo”, deriva em grande medida da diminuição média do tempo de trabalho e da difusão de eletrodomésticos que tendem a libertar tempo de tarefas caseiras.

O aparente paradoxo do tempo, por um lado, a diminuição do tempo livre dedicado à esfera providencial, pela maior integração no setor produtivo e, por outro, o aumento do tempo não produtivo para efeitos de consumo explica-se também pela mudança axiológica que permeia as sociedades contemporâneas - o espaço para o desenvolvimento e realização individual.

Hoje as pessoas são mais egocêntricas, não sei como lhes hei de chamar, são mais centradas na vida delas, nelas próprias e acabam por vezes por esquecer um pouco os familiares, umas vezes é porque não têm tempo realmente, outras vezes é o abandono. (VCH4)

A análise de Gershuny (1983 *apud* Cloutier, 2003: 18), centrada em mudanças tecnológicas e no modo como estas contribuem para a IS, considera que o progresso técnico favorece a oferta de produtos domésticos mais “produtivos” e a um preço mais baixo, possibilitando aos indivíduos satisfazerem por si mesmos as suas necessidades, adquirindo produtos ao invés de comprar serviços finais. No âmbito desta investigação, o que o autor (*Ibidem*) designa de vantajoso, é tido pelos voluntários como um fator negativo, na medida em que a afetação de tempo produtivo para a aquisição destes bens tem como consequência a redução do tempo livre disponível para os papéis providenciais.

Havia mais tempo porque não havia tantas modernices e essas modernices que o homem inventou, de facto são para nosso benefício, são para nos pouparmos mas em contrapartida, também, para as comprarmos temos que gastar mais tempo a lutar para comprar. Depois não nos fica tempo disponível para a família. [...] Mas isto tudo, estas inovações todas também têm algum impacto e o impacto é que não têm tempo para a família, nem para os filhos. (VSS4)

A sociedade do consumo de massas alimenta-se de um imaginário que cria novas delimitações temporais, marcadas pela noção de velocidade (Virilio, 2000), nas palavras de uma voluntária, “A evolução da vida agora está tudo no prático, no acelera, no tudo acelerado, quer tudo viver muito e depressa” (VSS5). O consumo de lazer tem implícita a noção de “mediação”, no sentido em que o prazer é obtido através de uma experiência ou bem, como seja o recurso a novas tecnologias, adquirindo grande relevância os relacionamentos mediados por máquinas, como exemplificam as televisões, computadores ou telemóveis, que tendem a substituir grandemente a relação marcada pelo encontro.

Antigamente havia mais amor, as famílias reuniam-se mais, havia aqueles serões de famílias, era tudo diferente. Quando eu era gaiata não havia televisão, a primeira vez que eu vi televisão tinha 7 anos, não havia televisão, o que é que a

gente fazia? Eu lembro-me de ser miúda e ir fazer visitas aos serões, íamos fazer visitas às pessoas, juntava-se grupos grandes, as senhoras, os miúdos, os filhos e os maridos jogavam às cartas, depois fazia-se um chá, iam às casas uns dos outros, as famílias, havia uma amizade, havia uma relação mais próxima das pessoas umas com as outras. (VCH1)

Neste contexto, é incontornável a esfera axiológica que retroalimenta o sistema de acumulação capitalista e o mercado de consumo, tal como descrito por Harvey (2000) e Baudrillard (1981), que enfatizam a dimensão do consumo como linguagem. Esta manifesta-se no acentuar da apologia da privacidade e maior fechamento social, sendo a casa encarada mormente como o reduto central da sociabilidade, verificando-se uma tendência crescente para o isolamento, focado na sua relação com o consumo. De acordo com os atores, as “pessoas isolam-se em supermercados” (VSS5), sendo notória a crise de valores, com maior incidência na solidariedade e amizade. As alterações no âmbito da sociabilidade são sublinhadas por diversos voluntários e beneficiárias, que tendem a demonstrar como a aquisição de bens é um meio usado socialmente para vincar a diferenciação e estatuto social, numa lógica de competição típica da sociedade do consumo, designada por Baudrillard (1981 *apud* Silva, 2002, 132) como *standing*, e que contribuiu para avolumar o fosso do distanciamento social.

Está tudo cada vez pior, ninguém fala a ninguém, tudo se sente superior...aí a outra pôs um ar condicionado, eu também ponho, aí aquela tem um carro, eu tenho dois. Tudo o que querem é grandeza. Subi, para quê? (BCH2)

O meu pai contava que nos montes, por exemplo às vezes, quando ia para o trabalho, iam a cantar e depois juntavam-se rapazes e raparigas e cantavam e brincavam. E hoje é quase uma competição, esta é boa, ou é um alvo a abater ou eu quero ser melhor que ela. (VSS4)

Na sequência do exposto, é de salientar que, para os entrevistados, o reflexo mais marcante do desenvolvimento da sociedade do consumo de massas se prende com o modo como este interfere na operatividade da SP, no sentido de limitar a sua ação. É de assinalar ainda que vários entrevistados, de várias gerações, referenciaram que, de acordo com a sua experiência, a inclusão na esfera produtiva desvelou fontes de suporte mais efetivas do que propriamente a rede vicinal. Este aspeto reforça a tese de Durkheim (1977), de que o trabalho assumiria nas sociedades uma dimensão integradora, e as conclusões de Lilian

Linders (2010), de que as relações individuais tendem a constituir uma fonte de suporte informal mais relevante na atualidade comparativamente com a coesão vicinal. “Nós às vezes, nos locais de trabalho, temos muito mais percepção das pessoas do que a nível da vizinhança”. (CCH)

Na vida ativa, as colegas com quem a gente se dá são muitas vezes confidentes e dizem e aconselham, ou faz assim ou faz assado, isso era muito bom. Quando eu tinha a vida de trabalho, essas pessoas são sempre muito importantes na vida da gente... as colegas de trabalho. (BSS1)

De um modo geral, as mudanças anteriormente descritas exibem reflexos significativos nas estruturas sociais, com redução dos papéis providenciais da família e comunidade, espelhados em vários indicadores. A dispersão geográfica das famílias e a recomposição de papéis expressa-se na tendência para um maior afastamento relacional e enfraquecimento de laços, quer pela redução da dimensão média das famílias, com prevalência da nuclearização dos agregados familiares em contraponto à coabitação da família alargada, quer pela diminuição da solidariedade intergeracional. Os entrevistados referem que o maior recurso a apoios formais, como seja a integração precoce de crianças em equipamentos escolares ou de tipo residencial para idosos espelha a menor capacidade de acolhimento por parte de familiares, mas no caso dos últimos, reflete ainda uma alteração do entendimento sobre o idoso e o seu papel, retirando a proeminência aos valores associados ao patriarcado, tão característicos dos países da Europa do Sul (Andreotti *et al.*, 2001).

Havia a avó, havia o avô, aquilo eram pessoas que ali estavam, parecia que era ali o patriarca da família. Estava ali e respeitava-se e não se punha em lares. Com a evolução dos tempos ou poem-nos em lares ou eles estão nas suas casas sozinhos e cada um vai à sua vida e acabou. [...] Quando eu era jovem, o avô e a avó eram uma peça de antiguidade que fazia falta, estava ali na casa. Era uma pessoa que se respeitava, o avô ou a avó dizia, aquilo era sagrado. Dantes não se abandonavam tanto os velhos. (VSS3)

Historicamente, o desenvolvimento do EP nas sociedades ocidentais caminha a par e passo com a sedimentação da sociedade do consumo de massas e reflete quer a melhoria dos padrões de bem-estar social, quer o surgimento de novos consumos associados a essa esfera. A ampliação do espetro de intervenção dos Estados-Providência, conducentes à prestação de serviços com carácter universal e gratuitos e/ou a preços

reduzidos, conflui para uma maior disponibilidade para gastos “pós-básicos” (Silva, 2002: 128). O que se verifica, no contexto da sociedade portuguesa, é que a memória tão presente da SP no discurso dos atores atesta o tardio desenvolvimento da sociedade do consumo de massas e, em paralelo, o subdesenvolvimento do EP que, para além de tardio se demonstra insuficiente (Santos, 1993). O subdesenvolvimento do EP é acentuado pela dominância de forças políticas conservadoras e culturalmente marcadas pelo peso institucional da Igreja Católica que, a par com outros países da Europa do Sul, ocupou em Portugal um papel histórico central em termos da providência social (Andreotti *et al.*, 2001).

As consequências do desenvolvimento do EP e da sociedade do consumo de massas articulam-se com fenómenos mais específicos, de carácter endógeno, afetos ao contexto de Évora, que serão discutidos na secção seguinte.

6.2. As Transformações no Sítio

No que concerne à caracterização do sítio, introdutoriamente, importa referir que a perceção apresentada por cada entrevistado acerca do universo que para si circunscreve “o sítio” varia entre os espaços casa, rua, bairro, cidade e região e decorre do grau de mobilidade e abrangência que contingencialmente podem abarcar. A maioria das beneficiárias entrevistadas, sendo idosas, representa o sítio como a casa ou a rua.

A realidade dos NVP espelha o êxodo da grande maioria dos familiares das idosas acompanhadas pelo Projeto. Residindo os filhos fora de Évora, verificando-se uma distância física acentuada, não se trata de conciliar o trabalho e o cuidar porque os filhos não têm possibilidade efetiva de assegurar o suporte necessário. O campo converge para um quadro comum de défice/lacuna a nível do suporte familiar, que é a base da SP (Portugal, 2006). Face ao crescimento do índice de desemprego e debilidade das estruturas de oportunidade no interior do país (CLASE, 2012), os entrevistados focam o contributo do êxodo rural e conseqüente diminuição da população residente, bem como o acentuar da desertificação, fatores demográficos na origem da dificuldade das famílias assumirem um papel mais ativo ao nível da provisão social.

Este cenário é agudizado pelo envelhecimento populacional e tendência para o isolamento social, sendo que no caso dos idosos desta geração, tal como refere uma

beneficiária, a tendência corrente é que “Os filhos casam e em geral não ficam aqui, vão para fora.” (BSS1).

Évora é uma cidade que tem falta de emprego, há pouco emprego, então as pessoas acabam por se deslocar e a cidade começa a ficar um pouco desertificada, as pessoas acabam por ficar longe das famílias e por sofrer de solidão. (VCH2)

6.2.1. Centro Histórico

Pela sua posição estratégica, desde a Antiguidade que, no território que atualmente compreende Évora, se espalharam diversas civilizações, que marcaram profundamente o imaginário da cultura portuguesa, refletindo o polo urbano esse legado. Miguel Torga, na obra *Portugal* (2010: 89), referindo-se a Évora, escreveu que:

[...] nela se documenta inteiramente a génese do que somos, o que temos de lusitanos, de latinos, de árabes e de cristãos, e se encontra registado dentro dos seus muros o caminho saibroso da nossa cultura- se estivesse nas minhas mãos, obrigava todo o português a fazer uma quarentena ali (Torga, 2010: 89).

O CH, a par com a Cidade Extramuros, constitui a unidade geográfica da Área Urbana do concelho e é composto pelas freguesias de Sé e São Pedro, Santo Antão e São Mamede. Em 1986, o Centro Histórico da cidade de Évora foi declarado Património Mundial pela UNESCO por acolher essa herança, sendo que presentemente a cidade apresenta um parque habitacional urbanisticamente degradado, com estruturas habitacionais devolutas, em mau estado de conservação e habitabilidade e com preços elevados. Este é o cenário dominante em Évora e exacerbado no CH, pelo abandono e envelhecimento do mesmo. O estudo realizado por Manuel Santos (2003b) ilustra que o CH tem vindo a registar um decréscimo na sua população residente desde 1940, sendo que este fenómeno sociodemográfico se acentuou nas últimas décadas do século passado. Para o autor (*Ibidem*), o problema não resulta de uma causa isolada, destacando-se as questões relacionadas com os problemas habitacionais (falta de condições, obras, rendas elevadas) e também com o normal evoluir das sociedades, como sejam, o aumento do trânsito, as novas dinâmicas de vivência nas cidades e sobretudo, a expansão dos serviços da Universidade de Évora que provocou um aumento significativo do número de estudantes, que se refletiu de forma acentuada no mercado de arrendamento local. As consequências

mais evidentes são o abandono dos residentes, o envelhecimento demográfico acentuado, a degradação da qualidade de vida e descaraterização do local com a quebra acentuada nas relações de vizinhança. Regista-se também um crescente sentimento de insegurança e insatisfação por parte dos moradores de gerações mais antigas em face de novas condutas protagonizadas pelos mais jovens, como sejam hábitos de deambulação noturna (Simplício, 1999).

Atualmente o CH perde e recebe efetivos: a população residente que maioritariamente habita nos fogos mais degradados e que mantém contratos de arrendamento de longa data a valores bastante baixos, diminuiu; a população presente, o número de efetivos que utilizam ou frequentam o CH periodicamente, seja em períodos temporais longos, curtos ou mesmo diariamente, aumentou. Outro fator que tem igualmente confluído para alterações na estrutura do CH foi a classificação atribuída pela UNESCO, marcada pelo maior afluxo de turistas. Nesta esteira, Mariana Cascais (1993) defende que o CH se foi esvaziando devido à lógica de recuperação, a qual encareceu o processo de reabilitação e/ou reconstrução das habitações no interior da muralha.

A tendência de desvitalização do espaço urbano, que tanto interesse tem suscitado no âmbito de investigações realizadas na Universidade de Évora, é reiterada pelo Diagnóstico Social (CLASE, 2012) que aponta para um grande número de casas devolutas, envelhecidas e em mau estado de conservação e habitabilidade, em paralelo com a forte especulação dos valores de arrendamento e venda dos fogos. Os indicadores mencionados encontram ressonância nos resultados desta investigação.

Para o universo do nosso estudo, a desvitalização do parque habitacional do CH é uma das grandes desvantagens do mesmo. A grande especulação imobiliária, as más condições habitacionais, as deficientes acessibilidades e as políticas urbanísticas locais desadequadas convergem para a desertificação e êxodo populacional para a periferia extramuros. A desertificação agudiza o fenómeno do envelhecimento demográfico, contribuindo para o gerar de dinâmicas de isolamento e exclusão social.

O que tem de pior, e isso preocupa-me muito, é o CH estar muito envelhecido. A população que vive dentro do CH é uma população muito idosa e é preocupante saber que há muitos idosos que vivem em casa sem este acompanhamento. Há muitos que estão completamente sozinhos e eu, acompanhando a [BCH3], faz-me pensar nos outros. Eu acho que esse acompanhamento a cidade não está a dar a tempo a esta população que tem e que é preocupante. (VCH3)

Este fenómeno é reforçado pelo enfraquecimento das redes de suporte familiar e de vizinhança que, num âmbito mais geral, confluem para o desestruturar de relações sociais de sentido comunitário, como foi anteriormente descrito.

De acordo com os entrevistados e com a observação direta, são contudo de assinalar algumas dinâmicas que favorecem a manutenção de relações de tipo comunitário no CH, nomeadamente, a persistência do comércio local e de mecanismos informais de identificação de necessidades sociais, bem como da vitalidade das redes em presença. Como refere uma voluntária:

Ainda há o lugar de hortaliça pequenino, ainda há a mulher que vende as coisas da retrosaria...e as pessoas, enquanto ainda mexem, ainda são capazes de dar assim a volta [...] E eu costumo dizer lá no lugar de hortaliça que eu uso, a minha vizinha já está preparada, quando ouve alguém dizer que tem problemas disto: -Vão ali à da [VCH5] que ela ensina-lhe onde é que se devem dirigir...apoios domiciliários, para os lares. (VCH5)

Também a investigadora, em observação direta anotada em diário de campo, refere:

Ao lado da casa de [BCH3] uma avó alimentava o neto, servindo o parapeito da janela para sentar a criança e para pôr em contacto as vizinhas que, dentro e fora do não lugar, foram criando lugares de relação.” (DC, 17)

Em contraponto aos inconvenientes apontados acerca do CH, os entrevistados tendem a salientar como vantagem do “sítio” a qualidade de vida. Por se tratar de uma cidade de pequena dimensão, em que no traçado radiocêntrico, o CH apresenta uma localização central, facilmente acessível a pé, sobretudo para os idosos, imerso no património histórico e complementado pela diversificação ao nível do comércio.

O melhor, aquela ambiência histórica, com os edifícios antigos, há sempre qualquer coisa para ver. É uma cidade pequena, está-se perto de tudo, acaba por ser uma cidade agradável de se viver, é uma cidade calma, sem grandes azáfamas. (VCH2)

6.2.2. Senhora da Saúde

Por seu turno, a freguesia da Senhora da Saúde situa-se no nível “Nascente” da Zona de Transição do concelho de Évora e, de acordo com as conclusões do estudo de

Mariana Cascais (1993: 361), o bairro começa a desenvolver-se em 1930 através de construção clandestina, à época designado “Poço-entre-as-Vinhas”.

Concretizou a primeira tentativa de instalação contígua à cidade de alguns habitantes provenientes de freguesias rurais e teve um *boom* a partir de 1940/50 (*Ibidem*). Na zona extramuros, alojou uma população rural que, sem trabalho no campo, procurava na cidade os empregos que principiavam a surgir. A heterogeneidade materializada na “coabitação” de diferentes camadas sociais, estilos de vida, que muitas vezes só tinham em comum a partilha dos espaços, sendo que mesmo ao nível da percepção dos espaços o bairro não denota unidade, variando entre o quintal aberto e o portão fechado com muro (Cascais, 1993: 396-397).

Os bairros constituem o elemento fundamental de ligação material da cidade com o campo, são parcelas de um território que foi campo e cuja função não é necessariamente de cidade. A SS constituiu-se como palco vivencial do binómio rural-urbano que transcende largamente a dimensão física desse território, refletindo, para além dos fluxos populacionais, imaginários rurais, alicerçados em trocas de valores e simbolismos vários (Santos, 2003b: 466).

A observação direta e as entrevistas atestam esta dialética entre as estruturas muito enraizadas com características rurais (comércio local, controlo social) e a dinâmica de cidade (especificidades de bairro dormitório, como sejam a ausência de serviços ou a escassez de espaços de lazer). As notas da observação direta descrevem:

Numa ruela muito castiça, ladeada de laranjeiras de um lado e outro, passei-me olhando as casas de telhal baixo, bem juntinhas, como a falar-me da proximidade entre as gentes que ali vivem. Um passeio que pensei exterior levou-me ao coração do bairro. As pessoas que falavam às portas, as hortinhas e as galinhas à solta nos quintais, os gatos pela rua, os carros estacionados de vidros abertos, as crianças sozinhas a pé para a escola, no jardim um velhote que “aparava” as unhas com uma navalha, por entre as casas inda bem não avista-se o campo. (DC, 12)

Esta dupla vivência é corroborada nas entrevistas a duas voluntárias:

Melhor é o sossego, até agora não houve violência, como se vê por aí, e podemos ter um quintal grande. Ali, eu quero lavar qualquer coisa, vou ao tanque, lavo, estendo. Tenho muitas flores que eu gosto muito de flores...sentada ou descontrair ou trabalhar qualquer coisa manual. É quase estar no campo, mas estar na cidade. (VSS4)

O bairro em si não oferece muitas infraestruturas onde as pessoas possam conviver, basicamente é um bairro de moradias e apartamentos. Pensando na cidade de Évora e pensando neste bairro mais periférico, podemos considerar um bocadinho como bairro dormitório..., mas também temos muitas pessoas que vivem e fazem a vida aqui no bairro, vai havendo algum comércio, não é um bairro totalmente reservado às pessoas saírem e virem dormir. Está ali no meio-termo. (VSS2)

Tal como descrito por uma voluntária, a coexistência de diversas lógicas de ocupação do espaço- simultaneidade da persistência de moradores antigos e rotatividade de novos moradores- é geradora de lógicas antagónicas ao nível das relações sociais, persistindo proximidades de entreajuda com pouco contacto social.

Este é um bairro até de pessoas já mais antigas, pessoas já de uma certa idade, aqui as pessoas mais novas, como lhe digo, está mais a rotatividade de casas, de mudanças, aparece mais gente nova. Quanto às pessoas mais antigas [...] a maioria delas estiveram sempre em casa, são muito mesquinhas, são muito saber a vida desta, saber a vida daquela [...] aqui lida-se muito com a vida alheia. [...] Eu digo que isto é uma aldeia grande, é uma aldeia, sabe que nas aldeias todos se conhecem, todos sabem da vida uns dos outros, todos comentam, todos falam, isto aqui é assim, muito parecido [...] O pessoal mais novo também é aquele pessoal que se deita de manhã e sai à noite [...] Pouco se fala, pouco se conversa. (VSS5)

A localização “do sítio” tanto é interpretada como vantagem ora como desvantagem, estando diretamente correlacionada com o grau de mobilidade/acessibilidade de cada indivíduo. As beneficiárias, com mobilidade mais condicionada e impossibilitadas de efetuar deslocações a pé consideram como desvantagem, por oposição às voluntárias.

É um bocadinho longe do centro, eu dantes ia lá com muita facilidade, mas agora sinto, com desgosto, mas tenho que me conformar, que já não vou com tanta facilidade.” (BSS2)

É um sitio que fica fora do centro da cidade, dá aquela calma a nível de descanso e sossego e, quer vá de carro ou a pé, fica-me acessível e perto de tudo. Está muito bem localizado, a nível de localização é excelente. (VSS2)

Em suma, as transformações globais manifestam-se na descrição do sítio, que ilustra a coexistência de resquícios do imaginário rural com tendências convergentes, que atestam a influência de processos de urbanização, num cenário marcado pela acumulação flexível capitalista, patente nas alterações de âmbito económico, demográfico, social e cultural referidas.

Nos dois contextos analisados, as mudanças nas estruturas sociais e comunitárias são permeadas pela secularização, consequência da dissolução de vínculos éticos baseados na interdependência e solidariedade, do declínio da entreatada, do associativismo e mutualismo, que se traduzem igualmente nas relações de vizinhança. Os entrevistados contrapõem as relações viciniais atuais, maioritariamente marcadas por contactos esporádicos, superficiais, desconhecimento e alguma desconfiança, àquelas características de uma SP forte, em que a rua era identificada como espaço central na sociabilidade comunitária, assente no convívio intergeracional, e em que o interconhecimento equiparava a vizinhança a uma rede de tipo familiar. É de mencionar que este registo convive com resquícios de uma sociedade fechada, onde a intromissão entre vizinhos é uma forma de controlo social, fator mais evidente no bairro da SS, onde os entrevistados revelam uma maior persistência do imaginário rural, acentuado pela própria geografia do espaço.

O CH denota-se mais permeável à incorporação de influências globais, quer pela classificação atribuída pela UNESCO, visível na quantidade de turistas que deambula pelo núcleo urbano da cidade, quer pela expansão e proximidade com os serviços e principais polos da Universidade de Évora, verificando-se uma reconversão imobiliária, como foco de alojamento para estudantes.

No campo do bem-estar, é, todavia, de salientar a identificação de uma tendência emergente e análoga nos dois contextos analisados, imigrantes naturais do Brasil e Roménia que se constituem como suporte efetivo para três beneficiárias do Projeto NVP.

Olhe, uma brasileira que mora aqui em frente, é como se fosse minha filha. Já me acudiu três ou quatro vezes, com os edemas pulmonares agudos. Chego além, levanto o coiso da caixa do correio, ela ainda tem luz: - Eu estou mal. Veste-se, num instante ela se põe aqui. Chora agarrada a mim, aí o que é que eu faço?

A [vizinha brasileira] já mora aqui há três anos [...]. Ela vem do trabalho, já eu estou deitada, quando eu andava melhor que não tinha estas crises grandes, deixava isto tudo cheio de toalhas turcas do salão: - [BCH2], vê lá se chove, que elas estão boas quase para tirar. - Vai-te embora, deixa lá as toalhas. Eu

apanhava-lhe isso. De manhã levantava-me, dobrava tudo. Muito educada para as pessoas de idade, muito, muito, trata-as muito bem. (BCH2)

CAPÍTULO 7 | O MODELO DE INOVAÇÃO SOCIAL DO VOLUNTARIADO DE PROXIMIDADE

No âmbito desta investigação, como contraproposta à lógica dicotómica de espartilhamento dos híbridos, na esteira de Brandsen *et al.* (2005b), delineamos a identidade do VP através da sua dinâmica de funcionamento, analisando os seus procedimentos, campo de atuação e pessoal que assegura. O seu diferencial como prática inovadora é descrito, por referência aos modelos solidário e institucional, a partir da perspetiva institucional da FEA e da visão dos atores que protagonizam o VP-beneficiárias, voluntários e conselheiros.

7.1. O Modelo Organizacional do Voluntariado de Proximidade desenhado pela Fundação Eugénio de Almeida

O modelo de IS do Projeto de VP foi desenhado pela FEA de acordo com a metodologia EQUAL, conforme o descritivo apresentado no Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu³⁴. A constituição de quatro NVP's em Évora foi uma ação experimental que procurou responder ao diagnóstico de necessidades realizado a nível concelhio, nomeadamente, a identificação de constrangimentos ao nível da conciliação da vida familiar e profissional, num cenário em que os dependentes (crianças e idosos) são os mais afetados. Partiu da constatação de que nem todas as respostas para os problemas sociais passam pelas OTS, pelo mercado ou pela intervenção do Estado, assumindo o voluntariado como uma solução inovadora para determinadas necessidades sociais, potenciadora do exercício da cidadania ativa e complementar ao trabalho profissional e atuação das instituições.

Respondendo ao requisito de criação de produtos em suportes tangíveis e dissemináveis, criou a *Office Box do Voluntariado*- uma ferramenta para a capacitação das organizações, públicas e privadas sem fins lucrativos. A validação desta foi efetuada por utilizadores (beneficiários, voluntários e instituições), gradativamente ao longo da implementação do Projeto, e por peritos, numa sessão de validação do produto, tendo sido

³⁴ Acesso em 20 de janeiro de 2016, disponível em:
https://siifse.adcoesao.pt/asp/directorioProdutos/eqDetallePBS.asp?LineId=76_PBS

incorporadas no Projeto as recomendações daí decorrentes. Após esta fase, com recurso a técnicas como *coaching* e *mentoring*, procedeu-se à disseminação dos recursos técnico-pedagógicos e práticas associadas ao produto para outros contextos, como sejam Távira e Arraiolos, onde foram implementados NVP's. Concomitantemente, desenvolveu-se um conjunto de atividades de divulgação junto de outras instituições potencialmente incorporadoras, como Bancos Locais de Voluntariado e diversas IPSS's.

O *modus operandi* do VP foi alvo de uma caracterização exaustiva no estudo de Inês Gonçalves (2012), técnica gestora do Projeto de VP, que aprofunda o seu modelo de gestão, circunscrevendo a perspetiva institucional da FEA. No âmbito do acompanhamento técnico, a gestora efetua a coordenação, planeamento, monitorização e avaliação de resultados do Projeto, tendo para o efeito do estudo, incorporado a análise de relatórios de monitorização do Projeto e recorrido à observação participante nos vários processos que à sua função se referiam (Gonçalves, 2012: 39, 53). De acordo com a própria (*Ibidem*: 53), a dualidade de papéis desempenhados gerou dificuldade no campo da investigação devido ao “conhecimento tácito” dos processos a estudar. Por nosso turno, centrar-nos-emos na análise dos mecanismos institucionais formais e no modo particular como neste modelo se intermedeiam com lógicas informais, atestando o seu caráter híbrido.

A estruturação do VP ancora-se em três grandes planos: a) a comunicação, b) a formação e c) a animação. A comunicação pretende consolidar a identidade do Projeto de VP, através da difusão dos valores que o caracterizam, com o intuito de potenciar a sua eficácia e fomentar o envolvimento dos intervenientes (Gonçalves, 2012: 55). Nesta esteira, é de salientar dois aspetos observados no decurso do trabalho de campo: 1) que o discurso dos diferentes atores- beneficiárias, voluntários e conselheiros- genericamente veicula uma visão comum acerca da identidade e valores subjacentes ao Projeto e prática do VP, no tocante ao entendimento de que o VP procura revitalizar relações típicas da SP, reforçando a estratégia de comunicação levada a cabo pela FEA; 2) a participação dos conselheiros na delimitação do plano de comunicação explica a incorporação da retórica institucional, tendendo os mesmos a referir-se ao Projeto na 3ª pessoa, “os NVP foi nós conseguirmos caracterizar uma certa quantidade de voluntários e dividi-los por núcleos [...] (CCH). Quanto ao plano da formação, é alinhado com base nos objetivos estratégicos do Projeto e encarado pelos atores como uma componente fulcral, que atesta a qualidade da intervenção levada a cabo pelos voluntários. No que concerne ao plano da animação, onde

se incluem as restantes ações do Projeto, pretende fortalecer a proximidade com a rede de instituições dos NVP, a bolsa de voluntários e a comunidade envolvente e que será seguidamente recorrido.

O VP corresponde, na aceção de Brudney (1999 *apud* Paine *et al.*, 2010: 99), a um modelo de gestão formal do voluntariado, na medida em que inclui coordenação de voluntariado, enquadramento escrito, descrição de papéis e tarefas, recrutamento, entrevista de seleção, programa de integração para novos voluntários, formação, supervisão e avaliação. O autor (*Ibidem*) frisa que a existência destes princípios pode não conduzir necessariamente à formalização mas a evidência sugere que, na prática, tem contribuído para abordagens mais formais.

Os mecanismos institucionais formais derivam de um conjunto de normativos que estipulam os procedimentos a adotar, espelhados num compromisso de voluntariado- o contrato- que está em contraponto à lógica particularista das práticas de entajuda, baseadas na troca e em relações de reciprocidade (Nunes, 1995). Neste sentido, embora o Projeto assumo o VP como uma atividade desenvolvida a nível local, baseada nas relações de proximidade (Alentejo, 2007), em termos de esquisso dos NVP, a hibridização é institucionalizada, decorrendo de um conjunto de pressupostos e regras de atuação que são o *framing* para o desenvolvimento das atividades.

Pese embora o modelo de funcionamento dos NVP se apoiar no trabalho institucional em rede e contar com a mediação de conselheiros, assenta na coordenação institucional por parte da FEA, materializada na figura do gestor que presta acompanhamento técnico. Esta função de gestão e animação cumpre-se no estabelecimento do contrato de voluntariado com os intervenientes, na presidência do plenário dos NVP ou no registo e atualização da base de dados, entre outros (Gonçalves, 2012), como refere um conselheiro (CSS), “a parte mais técnica isso é mais a FEA”. Nesta sequência, é a FEA que define o que compete aos NVP, os papéis dos diferentes atores, bem como as modalidades formais de funcionamento.

De acordo com os papéis adscritos: a) os beneficiários são particulares e/ou organizações públicas ou privadas de interesse público da freguesia do NVP, que realizem um pedido de apoio voluntário por escrito, para apoio na satisfação de determinadas necessidades pessoais e/ou sociais; b) os voluntários são pessoas que se disponibilizam para prestar voluntariado pontual ou contínuo, que residam ou trabalhem na área

geográfica do Núcleo onde se inscrevem; c) os conselheiros são pessoas voluntárias, nomeadas por consenso pelas entidades representadas no Projeto, às quais compete dinamizar o funcionamento do Núcleo, conjuntamente com a equipa técnica da FEA (Gonçalves, 2012: 51-52). De acordo com esta estruturação, os NVP funcionam como uma plataforma que articula a oferta e a procura de VP.

Os voluntários tendem a ancorar o dinamismo do Projeto, na fase de implementação, na ação institucional que procede à intermediação entre a procura e a oferta, refletindo as limitações com que a SP se depara face às anteriormente descritas transformações globais que a afetam.

Eu acho que aqui o problema é que muitas vezes não se sabe que as pessoas precisam, a única maneira de saber que as pessoas precisam é através da FEA. Se não fosse a FEA eu não sabia que as pessoas precisavam de ajuda ou que podia ajudar de alguma maneira. (VCH2)

Desenvolvendo frequentemente ações de divulgação e sensibilização em locais estratégicos como sejam mercados, atividades informativas em escolas, junto de atores significativos no seio das freguesias, como sejam cabeleireiras ou mercearias - com o objetivo de credibilizar o Projeto e potenciar um aumento das inscrições e pedidos de apoio- os NVP procedem à identificação de potenciais beneficiários e voluntários.

Com base num processo integrado, a FEA acolhe a inscrição de candidatos a beneficiários e voluntários. Após um período inicial, de triagem de pedidos de apoio de beneficiários e realização de visita técnica por parte do gestor ou conselheiro para levantamento de necessidades e esclarecimentos acerca da potencial capacidade de resposta do NVP e, da parte dos voluntários, receção da ficha de inscrição, realização de entrevista e formação, juntamente com a equipa de conselheiros a FEA procede à seleção e encaminhamento de voluntário/beneficiário.

Alicerçada em pressupostos formalizados, a relação a estabelecer entre voluntário e beneficiário, é previamente contratualizada, em conformidade com a legislação enquadradora do voluntariado em Portugal. No caso do apoio a particulares com carácter regular, os voluntários têm o direito a um cartão de identificação e a um seguro de acidentes ou doença contraídos no exercício do trabalho voluntário, ficando o mesmo a cargo da FEA. É ainda entregue aos voluntários uma ficha de registo, para monitorização

da sua atividade, que funcionará como meio de acompanhamento e avaliação do processo (Gonçalves, 2012: 66).

O VP tem início quando os conselheiros do respectivo NVP, autonomamente ou juntamente com o gestor, procedem à apresentação de beneficiário e voluntário. Nesse momento são estabelecidos e registados os moldes em que decorrerá o acompanhamento, nomeadamente o tipo de apoio e calendarização prévia da prestação, “para que, do processo do beneficiário, conste o tipo de atividades que vão sendo desenvolvidas e outras ocorrências inerentes às mesmas” (Gonçalves, 2012: 69-70).

Com o intuito de motivar, avaliar o processo e as eventuais necessidades formativas ou desvios que possam ocorrer, no sentido de reorientar a prática, a atividade é seguida regularmente pela FEA, a título individual ou grupal, e por conselheiros (Gonçalves, 2012: 67). O papel híbrido desempenhado pelos conselheiros reflete-se na intermediação do processo entre beneficiários e voluntários e a articulação com a equipa técnica da FEA, numa lógica de acompanhamento e supervisão, essencialmente nas fases de análise de pedidos de apoio, acolhimento, integração, acompanhamento dos voluntários e identificação de situações-problema, como descrito pelos próprios.

Temos sempre o cuidado de estar em contato com o voluntário, para qualquer dúvida, qualquer situação que aconteça, estamos sempre prontos a auxiliar, a ir lá, a alterar o voluntário porque não está de acordo com o beneficiário [...]. O conselheiro tem que coordenar os voluntários [...] a nossa parte é mais escolher, encaminhar e apresentar ao beneficiário, temos uma parte mais de orientação, no fundo, somos o que estamos de base para o voluntário e fazemos sempre a ligação, a corrente entre o beneficiário e o voluntário e é aqueles a quem eles podem recorrer caso alguma coisa não esteja a correr bem. (CCH)

Paralelamente realizam-se ações de animação com o objetivo de fortalecer as relações entre os diferentes atores e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do VP.

Nesta sequência, a dimensão formal do VP é especialmente caracterizada por voluntários e conselheiros, que tendem a descrever com maior precisão os momentos que enquadram e delimitam a sua intervenção, espelhando o seu discurso uma intervenção grandemente marcada por pressupostos de modelos de gestão *top-down* (Holmes 2003 *apud* Paine *et al.*, 2010: 99).

Pese embora o caráter formal descrito, o modelo do VP inclui, ao nível da sua conceção, lógicas distintas que contrabalançam alguns efeitos perversos da formalização

da prática do voluntariado. Guirguis-Younger *et al.* (2005 *apud* Paine *et al.*, 2010: 103) denotam que a formalização pode significar a perda do “processo humano” em detrimento das *guidelines* e *standarts*. Esta erosão da faceta social do voluntariado e do seu lado informal, bem como da sensibilidade dos voluntários para identificar necessidades dos beneficiários tem vindo a ser constrangida pelo aumento do hermetismo na definição do seu papel (Bondi, 2004 e Guirguis-Younger *et al.*, 2005 *apud* Paine *et al.*, 2010: 105). Verificamos pois, que, no seio dos NVP, uma das vertentes que contraria esta tendência é a inclusão no Diagnóstico da FEA (2005: 35) do objetivo de “apoiar e promover o encontro entre os prestadores e os beneficiários de voluntariado” e a consequente dinamização de encontros periódicos, denominados “Desafios do Voluntariado”. Os mesmos fomentam a partilha e a troca de experiências entre voluntários, beneficiários, conselheiros e instituições locais, numa ótica de prática reflexiva, favorecendo o envolvimento e reconhecimento de todos os atores.

Foi uma reunião até com alguns utentes [...] gostei porque eles fizeram a nossa avaliação, o que achavam. [...] E acho que essa partilha com os utentes também é importante, nós assim temos *feedback*, sabemos se as pessoas estão realmente satisfeitas. (VCH3)

Por outro prisma, os entrevistados ilustram que, ao nível do processo de diagnóstico de necessidades, convivem procedimentos formais e estruturados, como seja a articulação interinstitucional, com a integração da perspetiva dos voluntários. O diagnóstico foi encetado com base na metodologia EQUAL e é um processo contínuo, reatualizado de forma triangulada, sendo cada ator chamado a intervir, fornecendo suporte de diferente ordem, criando condições para que problemáticas como sejam o isolamento social de idosos ou a ausência de redes de suporte social possam ter uma resposta efetiva no seio da comunidade territorial. De acordo com a avaliação da FEA, corroborada por um conselheiro (CCH), a principal fonte de identificação de beneficiários é institucional- “Normalmente temos as instituições e temos o hospital, o hospital tem sido assim o nosso polo de identificação de casos, ou centros de saúde”. Este encaminhamento é efetuado por organizações que buscam complementar os serviços que prestam aos seus utentes, justificando Gonçalves (2012: 96) que um fator crítico do sucesso dos NVP é o tipo de resposta ser concebida “à medida das necessidades” dos beneficiários, não havendo respostas padronizadas. Já na perspetiva dos voluntários, o diagnóstico é entendido numa

linha contínua, de aproximação e aprofundamento das necessidades efetivas dos beneficiários.

Eu quando fui não conhecia a [BCH1] e possivelmente na FEA também conheciam parte das necessidades dela, mas as outras necessidades, eu e as minhas colegas fomos conhecendo à medida que fomos conhecendo a senhora e fomos nos apercebendo de determinadas coisas importantes e sempre que havia alguma coisa mais importante eu falava com a [gestora do Projeto NVP]. Sempre que eu percebia, que se podia tentar fazer algo para melhorar, normalmente, quando eu não era capaz, falava com a [gestora do Projeto NVP]. (VCH4)

Nesta secção pretendemos refletir aquilo que designamos como o 1º Híbrido, isto é, o primeiro momento de IS no VP- o modo como a configuração dos NVP incorpora o hibridismo explicitamente assumido pelo Projeto, configurando a IS um carácter sobretudo institucional.

Na secção seguinte, delineamos a natureza híbrida do VP a partir das relações e tensões com outras esferas.

7.2. A Inovação Social do Voluntariado de Proximidade a partir da sua Natureza Híbrida

Em termos funcionais, a grande maioria dos entrevistados correlaciona a inovação do VP com a dimensão de satisfação de necessidades não cobertas (Moulaert *et al.*, 2005; André e Abreu, 2006). Identificam que a procura, por parte dos beneficiários, indicia a lacuna existente no contexto social, tal como descrito por um conselheiro - “A necessidade destes NVP e atividade que nós exercemos neste campo acho que é extremamente útil e é importantíssima porque isto é uma lacuna que há.” (CSS); quadro reforçado nas palavras de uma voluntária, que avalia a qualidade do Projeto através deste indicador- “Acho que é um projeto muito bom porque tem a ver com as necessidades que há, reais; se fosse alguma coisa que não fosse tão importante não havia se calhar procura.” (VCH4).

Genericamente, tal como descrito pela FEA e reiterado pelos voluntários, o VP atua ao nível do acompanhamento personalizado em atividades como sejam o acompanhamento a idosos, crianças e/ou pessoas com deficiência em deslocações, em cuidados de saúde, aquisição de bens e serviços, apoio na toma de refeições e/ou

medicação, realização de visitas- necessidades derivadas em grande medida do isolamento social e lacunas ao nível da rede de suporte social.

O reconhecimento social do voluntariado como complementar à atuação de organizações públicas e privadas (Serapioni *et al.*, 2013) foi assumido como premissa pela FEA, que partiu da constatação de que nem todas as respostas para problemas sociais passam necessariamente pela intervenção do Estado ou das OTS, assumindo o VP como uma solução inovadora para determinadas necessidades sociais, potenciadora do exercício da cidadania ativa e complementar ao trabalho profissional e atuação das instituições (Gonçalves, 2012). Nesse sentido, no contexto das freguesias de Évora aqui estudadas, o VP inova ao destacar-se das respostas existentes a necessidades sociais: a) no campo institucional, seja por via estatal ou do TS, b) na esfera da SP, pelas transformações que diminuem a sua operatividade, c) no campo do voluntariado, face às várias configurações que tem assumido. Dada a natureza híbrida do VP, interessa aqui discutir as relações e tensões que o permeiam, por atuar num campo gerado simultaneamente pelo hiato e pela bifurcação.

7.2.1. A Relação com o Terceiro Setor

A natureza do voluntariado tem sido grandemente influenciada pela reconfiguração do TS- enquanto distribuidor de bens e serviços públicos- e consequente pressão para a incorporação de normas e procedimentos tradicionalmente associados aos setores público e privado, gestão e formalização dos seus processos interventivos (Billis, 2010a; Paine *et al.*, 2010). No seio destas organizações, o lugar e o papel ocupado pelo voluntariado tece-se na articulação com o trabalho assalariado e com a contingência da profissionalização com que ambos se confinam. Esta nova forma de gestão, centrada na standardização e formalização, patente no enquadramento legislativo e infraestrutura do voluntariado (Serapioni *et al.*, 2013), tem como objetivo substituir o convencional *modus operandi* voluntário, considerado mais informal e menos burocrático (Zimmeck, 2001 *apud* Paine *et al.*, 2010: 99). Ainda que esta tendência não seja exclusiva de configurações híbridas, parece ser mais pronunciada no seu seio, sendo que a presença destas estruturas formais de gestão é, segundo Zimmeck (2001 *apud* Paine *et al.*, 2010: 100), indicador de hibridização.

No caso do VP, a solução institucional é uma Fundação que estruturou um modelo interventivo para prestar apoio, que identifica necessidades, que se mobiliza para dar respostas, sendo que a diferença é que quem presta acompanhamento são voluntários, supervisionados por profissionais. A casuística dos NVP seria difícil de encaixar numa resposta tipificada porque amiúde não há valências para muitas destas atividades. Por outro prisma, se o acompanhamento fosse assegurado por pessoal profissional especializado e com qualificações para esses objetivos a atuação assumiria um contorno mais técnico.

Ainda que o voluntariado responda a uma necessidade específica, numa lógica de prestação de serviços (Paine *et al.*, 2010: 108), distingue-se do trabalho assalariado por ocupar um nicho grandemente delimitado por aquilo que as instituições não fornecem (Catarino, 2004). Contudo, para que este modelo funcione, é necessário um certo grau de institucionalização, do ponto de vista da organização promotora. Na esteira de Robichaud (2003), já não basta ser ajudado por alguém que tenha boa vontade, se disponibilize gratuitamente de alma e coração, existe uma certa limitação ao campo do voluntariado que é a própria exigência das pessoas, no que concerne à qualidade dos serviços. Quem presta apoio deve ser competente e qualificado, aliar o coração e a razão.

Fruto também da universalização de direitos sociais e avanços no campo de conhecimento nas diversas áreas, numa lógica de capitalismo cognitivo (Vercellone, 2003 e Serfati, 2003 *apud* Lévesque, 2005: 14), a institucionalização e formalização do voluntariado contribuíram para uma maior exigência por parte dos beneficiários, em termos da qualidade das respostas asseguradas, situação evidenciada pelas beneficiárias dos NVP, que vislumbram a formação dos voluntários como uma mais-valia para o desempenho da sua atividade.

As pessoas têm que ter preparação para isso, porque há pessoas que não têm. Não é que eu tenha pejo de estar com pessoas que não sejam como eu, mas ouvia às vezes certas conversas que eu não estou habituada e isso a mim custava-me.
(BCH3)

Onyx e Rosemary (2002), concluíram que a maior legitimidade aportada ao voluntariado organizacional formal se deve à mediação que ocorre entre a autoridade do profissional e o papel complementar desempenhado pelos voluntários, demiurgos entre a organização e a comunidade, fomentando o aumento da confiança.

Os estudos recentes em Portugal (Hespanha *et al.*, 2014) evidenciam os baixos níveis de confiança social, apontando que este índice amiúde se correlaciona com a abrangência e qualidade dos sistemas de proteção social. De acordo com Stolle (2002 *apud* Hespanha *et al.*, 2014: 258), a confiança entre estranhos é fundamental, pela virtualidade que enceta de redução de incerteza face ao futuro. Numa sociedade fragmentada como a portuguesa, qual será o potencial amplificador de confiança social de um modelo de voluntariado híbrido, que alie imaginários e práticas características da SP a uma configuração de intervenção formal, mediada por profissionais?

Hutter (2005 *apud* Paine *et al.*, 2010: 101) assinala uma lacuna na literatura acerca da abordagem à formalização do voluntariado, referente à avaliação sistemática do valor e efetividade desta a partir da perceção dos voluntários e das organizações. Este estudo contribui para esta análise, ao perspetivar os benefícios da formalização neste modelo híbrido, aqui entendidos a partir da mediação profissional que enquadra o modelo de intervenção do VP.

Numa linha convergente de pensamento, Minkoff (2002), acentua que a inovação que se desenvolve no seio de estruturas híbridas também funciona como amplificadora da garantia institucional, aumentando as probabilidades de aceitação/legitimação do tipo de resposta criado. Uma forma alternativa de conceptualizar estruturas híbridas é vislumbrá-las como estratégias-ponte que ligam inovação com tradição e minimizam os efeitos das disrupções no meio, ao alicerçarem-se na legitimidade de formas organizacionais estabelecidas, tirando vantagem do fluxo de recursos anteriormente institucionalizados e da aceitação por parte dos públicos-alvo (Minkoff: 383). Por ser uma estratégia integrada, pode criar condições positivas para a expansão continuada de formas inovadoras e tradicionais, aumentando a familiaridade com formas novas enquanto compensa a estranheza institucional através da manutenção de estruturas organizacionais tradicionais (*Ibidem*: 384).

7.2.2. A Relação com o Voluntariado e a Sociedade-Providência

De acordo com os entrevistados, a natureza do VP diferencia-o de outras tipologias de voluntariado por vários fatores. É considerado inovador por se demarcar da esfera tradicional de intervenção, grandemente direcionada para situações de pobreza numa

vertente caritativa (Serapioni *et al.*, 2013: 204), como refere uma voluntária (VCH4), o que o VP “[...] tem de novo é que não é um voluntariado para ajudar só os pobrezinhos”. Por outro lado, o seu campo de atuação remete mormente para atividades que têm lugar na esfera do universo privado das beneficiárias, envolvendo o seu quotidiano.

O VP é um voluntariado em que se pode estar mais próximo às pessoas e fazer qualquer coisa, lidar diretamente com as pessoas, consegue-se ter um contato direto com as pessoas e ajudar as pessoas no dia-a-dia. (VCH2)

Com base nessa peculiaridade, o VP foi relacionado por uma beneficiária com uma prática anterior, também ela afeta ao universo privado, designada por “damas de companhia”, reprodutora do sistema de classes, em que o apoio decorria da capacidade económica daquele que contava com esse suporte, diferentemente do carácter universal que caracteriza o voluntariado.

Outro dos aspetos salientados como inovação comparativamente a outros tipos de voluntariado conhecidos pelos atores, refere-se à prática de voluntariado numa ótica de proximidade. A mesma enquadra-se no conceito de voluntariado, mas trata-se de um modelo emergente na realidade portuguesa (Serapioni *et al.*, 2013) e associa-se à filosofia interventiva da FEA, no sentido de reforçar as redes de solidariedade informais, as relações e vínculos de sociabilidade locais, através da implantação territorial nas freguesias (FEA, 2005: 10).

Novo...o facto de serem pessoas da zona a ajudar vizinhos e pessoas que vivem na mesma área, na mesma zona, vivem ali perto, ou seja, estou a ajudar as pessoas que vivem ao pé de mim e os meus vizinhos, pessoas que se calhar não sabia que precisavam de ajuda e acabo por conseguir ter aquele contato mais próximo através do voluntariado. (VCH2)

A atuação numa lógica de proximidade está na base do questionamento transversal por parte dos três tipos de atores entrevistados acerca da distinção entre voluntariado e das suas fronteiras com a entreajuda. Nesta sequência, a natureza híbrida do VP está patente no discurso dos atores que expressam a semelhança desta prática com a entreajuda, espelhando que esse universo é reconfigurado numa nova roupagem, protagonizado por estruturas institucionais. Num estudo desenvolvido por Onyx e Rosemary (2002), as autoras constataram que, na construção da perceção da prática do voluntariado, os voluntários denotaram dificuldades na especificação de práticas informais,

verificando-se na retórica e na figuração da prática a tendência para que a dimensão formal do voluntariado colonizasse o seu próprio imaginário, alicerçado em vivências informais concretas. Neste sentido, alguns voluntários consideram que este tipo de apoio substitui as práticas de *entrajuda* da SP, mas numa ótica diferente, na medida em que inclui uma dimensão que ultrapassa o particularismo, no sentido de hermetismo característico da SP, alargando o âmbito de proximidade das “vizinhas da porta do lado” (VCH1) e sedimentando-se em procedimentos estruturados, como seja a formação de voluntários. É frisada como novidade conceptual a formalização de uma atividade como visitar as famílias, sendo causador de perplexidade aos atores o facto de, na contemporaneidade, haver instituições especializadas na oferta de voluntariado como resposta às problemáticas sociais, incorporando princípios e modos de fazer característicos da SP. A literatura assinala que a especialização ao nível da oferta de voluntariado se patenteia no aumento substancial do número de organizações e iniciativas promotoras de voluntariado, que nomeadamente é um dos fatores que contribui para o crescimento do setor na Europa (Serapioni *et al.*, 2013: 83).

Isto é uma pergunta muito difícil...o que é velho? ...Isto não é totalmente novo, as pessoas e independentemente de haver instituições e núcleos, as pessoas não começaram de repente a ajudar-se só porque há uma instituição ou há um núcleo. É algo que nós já sabemos de comunidades e de pessoas que já tinham a iniciativa de ajudar, sem ter necessidade de serem abordados por um núcleo de voluntariado ou por uma instituição [...]. Foi um conceito que o voluntariado trouxe, que as instituições...ao fim ao cabo, não foram as instituições de voluntariado que determinaram que a partir de agora ia haver uma *entrajuda*. Isso já existia, o espírito de comunidade e o espírito de *entrajuda* já existiram, foi uma coisa que as instituições adotaram para poder realizar projetos e intervir diretamente nas comunidades, portanto isso é velho. (VSS2)

[...] Toda a vida houve pessoas que ajudavam as outras [...]. É novo serem instituições [...] hoje há estas instituições abertas precisamente para isso. Há mais conhecimento, os tempos evoluíram depois criaram-se essas coisas, arranjaram-se mais uns postos de trabalho. É novo a forma como se faz agora porque antigamente fazia-se, as pessoas ajudavam-se umas às outras também. Os tempos hoje isto expandiu, há muito curso, há muito conhecimento e criaram-se estas coisas todas na base dos conhecimentos. O voluntariado é uma atividade

dos tempos modernos porque aí há uns anos atrás ninguém falava de voluntariado, isto é que tem tido uma grande expansão. (VCH1)

Em termos conceptuais, o voluntariado formal caracteriza-se por ser mediado por uma organização (Natalie Low *et al.*, 2007: 11), referindo-se o informal a práticas de ajuda desenvolvidas individualmente, e de forma espontânea, no contexto de relações de vizinhança, amizade ou cidadania, excluindo familiares (Onyx e Rosemary, 2002; Parboteeah *et al.*, 2004; Hardill e Baines, 2011 *apud* Serapioni *et al.*, 2013: 18). Já a entreajuda, respeita a relações de vizinhança, parentesco e amizade, características da SP, constituindo um tipo de solidariedade entre iguais, fundamentada na obrigação mútua (Santos, 1993; Hespanha e Alves, 1995), contrariamente ao voluntariado que se define pela ajuda incondicional, na medida em que não assenta na expectativa de retorno.

A visão institucional veiculada pela FEA assumiu o VP como uma atividade que, inspirada em princípios como a entreajuda e a solidariedade, procura a revitalização de relações de vizinhança, características da SP (Alentejo, 2007). O que se verifica na prática do VP é que, entre voluntários e beneficiárias, não existe relação prévia de interconhecimento sedimentada na obrigação mútua e na troca assente em redes de reciprocidade pré-existentes, típicas da SP. Nesse âmbito, o modelo dos NVP corresponde a voluntariado e não a entreajuda, e afirma-se como prática de voluntariado formal porque é estruturado pela FEA, sendo a hibridização mais institucional do que informal. Os voluntários prestam acompanhamento numa lógica de ajuda incondicional a estranhos, distinta da ajuda expectável dos membros da comunidade no âmbito da SP, como seria o caso da vizinhança. Mesmo nos casos em que voluntário/beneficiária são vizinhos, denota-se que não havia relação de proximidade e/ou reciprocidade, na lógica da SP.

Ainda que o Projeto almejasse que as atividades pudessem ser prestadas numa ótica de vizinhança, procurando promover e revitalizar essas relações (FEA, 2005), os voluntários balizam a distinção clara entre voluntários e vizinhos, marcando a fronteira entre o voluntariado formal, mediado institucionalmente, situando o VP neste eixo, e as relações características do universo da entreajuda, assentes na troca.

O voluntário tem um intermediário a fazer a seleção das pessoas que precisam de ajuda, um vizinho não, acaba por ajudar...ajuda muitas vezes sem pensar nisso. (VCH2)

Na zona em que os meus pais vivem, os vizinhos [...] não precisam de pedir porque as coisas acontecem naturalmente, faz parte do modo de vida lá abaixo. Se temos a horta cheia de produtos, feijão-verde, tomate, disto, daquilo, não ficamos com aquilo para nós, para ir vender ou estragar e mandar para o lixo que é o que acontece aqui. Distribuímos pelos vizinhos todos. É natural, esta tarde vamos apanhar o tomate [...] e no fim do dia aquilo divide-se tudo em baldinhos e é um balde para cada vizinho. E no outro dia é o vizinho que apanha as batatas e faz o mesmo, aquilo é espírito de troca, e aqui isso é impensável. (VSS1)

Por outro lado, referem que o compromisso e o papel adscritos aos voluntários são garante de disponibilidade e regularidade de apoio por parte destes- “Uma pessoa que está no voluntariado, logo à partida, se se inscreveu tem que assumir aquela ajuda para que se ofereceu para ir prestar” (VCH1). Por oposição, fruto das mudanças contextuais anteriormente explanadas, a relação com os vizinhos pauta-se na atualidade pelo distanciamento e anonimato, que condicionam o tipo de relação a estabelecer.

Vizinhos nem todos são amigos de ajudar, alguns metem-se em casa. Alguns nem os conheço, há ali uns que eu nem nunca os vi. Só vejo luz acesa ou apagada, os estores mais para cima ou mais para baixo, eu se os vir na rua não sei quem são. Não há convivência assim nenhuma uns com os outros. (BSS2)

A questão do desconhecimento também se verifica no VP, na medida em que, por definição, o voluntariado se atém a uma dimensão universalista, que extrapola o hemisfério do pequeno mundo conhecido da SP, no dizer de uma voluntária (VCH4), “o voluntariado é próximo de quem tem necessidades, de quem precisa, não é só do vizinho, é de todas as pessoas que possam precisar”. É referido todavia que, pese embora a relação no VP poder pautar-se pelo desconhecimento inicial, tende a evoluir, com a continuidade dos contatos, para o estabelecimento de uma relação de confiança.

Na perspetiva dos voluntários, no VP esta relação de confiança tende a consolidar-se pelo facto de se tratar de um tipo de voluntariado organizado, que conta com a estrutura e mediação da FEA, tanto mais necessária no caso do estabelecimento de relações com estranhos, pelo aportar de legitimidade e retaguarda face a riscos inerentes ao desempenho da atividade voluntária.

Se for como voluntário de uma instituição a pessoa sabe que é aquela instituição, que nós vamos lá através da instituição, é capaz de a pessoa estar mais à vontade do que qualquer pessoa estranha entrar ali em casa e dizer: -Eu venho cá...porque muitas vezes as pessoas também duvidam e hoje infelizmente como

está tudo, não se pode bater à porta de qualquer pessoa. Se for através do voluntariado, portanto, qualquer instituição, é diferente, a pessoa sabe que vai a [gestora do Projeto NVP], entra em contacto com as pessoas. Dá mais garantia, é diferente. Porque as pessoas coitadas, ouve-se tanta coisa na comunicação social e as pessoas muitas vezes também já têm medo de abrir as portas. Se for através da instituição é tudo diferente, já é a instituição que se responsabiliza. (VCH1)

Eu, se quiser fazer voluntariado por minha conta, eu posso fazer mas eu não vou, por exemplo, a uma vizinha ali de baixo da rua, que eu não conheça [...] Eu posso fazer isso mas às vezes a pessoa tem um bocadinho de receio de fazer, não sabe se é bem recebida ou se não é...não tenho lidação...e se tiver uma instituição por trás de mim é diferente, não sou eu que lá vou, é a instituição que vai lá e que diz: - Nós somos isto e isto assim [...]. Mas a pessoa, com a instituição é capaz de receber com mais confiança do que me receber a mim porque não me conhece. (VSS3)

Em suma, entre os diversos atores entrevistados é unânime que a incorporação de uma lógica de entreajuda, sob uma reconfiguração de voluntariado formal, operada no VP é sinónimo de IS.

7.2.3. A Relação com a Sociedade-Providência e o Estado-Providência

O VP move-se num caleidoscópico atribuído historicamente a práticas informais, asseguradas sobretudo pela SP e que, de forma progressiva, tem vindo a ser parcialmente coberto pelo modelo institucional. Os entrevistados atribuem o surgimento do VP como resposta à crise simultânea e diminuição de operatividade de SP e EP (Hespanha e Portugal, 2002), como forma de colmatar as lacunas daí decorrentes. Esta leitura encontra ressonância nas conclusões de Karré (2004) acerca dos efeitos positivos dos híbridos, que tendem a suplantar hiatos de formas puras.

Os Núcleos tentam dar resposta a esta falha da sociedade no acompanhamento às famílias. As famílias às vezes têm uma necessidade e nem sempre a sociedade consegue dar resposta. (VCH3)

O Estado já não assumia esta parte e agora se não assumiam não é daqui para a frente, se calhar até vão precisar de mais voluntários. (VSS4)

O VP ocupa assim uma posição de bifurcação entre aquilo que era atribuível à esfera da SP e o atual campo de intervenção do modelo institucional, sendo esta geradora de ambiguidades, materializadas na confusão denotada por potenciais beneficiários, que tendem a encarar a atividade dos NVP numa lógica de prestação de serviços, como descrito por um conselheiro.

Às vezes as pessoas quando recorrem ao voluntário não sabem ainda muito bem o que é que querem, há uma certa confusão sobre a Cáritas e a Misericórdia, sobre o tipo de atividades que eles desenvolvem com o VP. Nós fartamos de dizer que nós não prestamos serviços, nós fazemos é o acompanhamento da pessoa, mas é a nível pessoal. (CCH)

O discurso dos próprios atores reflete o modo como o imaginário institucional vai povoando a prática do VP, seja pela via dos voluntários considerarem e designarem as beneficiárias por “utentes”, seja por condicionar a reconfiguração do autoconceito das beneficiárias: “A gente, por exemplo vai, à [BSS3] ou outras senhoras assim que são utentes”. (VSS3)

Eles não me dão prendas, mas a vinda deles é uma prenda todos os dias. Sinto que há troca de amizade entre uns e outros, elas como voluntárias, eu como utente do voluntariado, acho que nos completamos. (BSS3)

Todavia, o VP configura um novo tipo de “resposta”, atípico face ao que é assegurado pelo modelo institucional, cobrindo uma esfera de necessidades não satisfeitas, gerando uma nova solução que não tem encontrado resposta ao nível das organizações instituídas (Moulaert *et al.*, 2005; André e Abreu, 2006).

O modelo de funcionamento do VP enquadra um tipo de voluntariado formal, mediado pela coordenação institucional de uma organização, mas não se compadece com o peso dos constrangimentos burocráticos característicos do modelo institucional. Pelo contrário, o VP apresenta um expediente de celeridade, flexibilidade e personalização (Sousa *et al.*, 2007), desenvolvendo soluções desenhadas para necessidades específicas identificadas em cada situação, “não sendo estanques as respostas aos problemas que surgem” (Gonçalves, 2012: 51), como evidencia um conselheiro.

Noutro tipo de voluntariado não existe a coordenação que está por trás, feita pela FEA. Essa coordenação é muito importante nos passos todos que são feitos entre o beneficiário e o voluntário. [...] a possibilidade das pessoas acederem mais facilmente a quem faça alguma coisa por elas, sem passar pelas instituições, uma

série de processos, que levam certo e determinado tempo. Enquanto aqui a pessoa recorre e têm uma resposta mais rápida e mais acessível àquilo que precisa e uma melhor caracterização, como beneficiário, do que é que lhe faz falta. E é também um voluntariado mais virado para a raiz pessoal da pessoa, para aquilo que a pessoa precisa e não para os serviços que são prestados, é pessoal, é uma coisa que a pessoa precisa...é ir à missa com ele, ir ao cemitério...e as pessoas não tinham essa resposta antigamente. (CCH)

Apesar do campo de atuação dos serviços de apoio domiciliário (SAD), por definição, pressupor desde a prestação de higiene até ao acompanhamento da pessoa no quotidiano, na prática há uma parcela substancial que não é executada. O VP atua assim num campo elencável no âmbito da personalização das políticas sociais, conquanto se demonstra pouco exequível para as instituições sociais pelos diversos constrangimentos com que se debatem, como sejam o excesso de trabalho, escassez de recursos humanos e financeiros (Sousa *et al.*, 2007). Mesmo nos casos em que as instituições penetram nesse campo, como o exemplo dos SAD, não o cobrem transversalmente, verificando-se que a abrangência e o tipo de relação que se desenvolve no VP assumem contornos distintos, característicos em certa medida do modelo solidário.

Aquilo que eu faço passa muito pelo papel da família e pelo papel dos vizinhos, são as pessoas que mais proximidade... eu não vou lá só para fazer a minha visita e vir embora, acabo por participar e por saber as situações, acabo por saber o dia-a-dia dela, as vivências dela. Acaba por ser uma relação que ela pode ter com um vizinho e pode ter também com alguns familiares, é um bocadinho semelhante, mas com limites. (VSS2)

Por outro lado, algumas das necessidades a que o VP responde são difíceis de tipificar, escapando assim ao campo de respostas cobertas pelo universo institucional.

Eu acompanho já algum tempo uma senhora ao cemitério [...]. Na vida, para ela, uma das coisas mais importantes é ela poder ir ao cemitério lavar a campa do marido e levar flores frescas [...] ela diz que para ela é tudo. No início nós ficamos sempre...cemitério, é um pouco negativo. (VCH4)

Uma vez a [gestora do Projeto NVP] pediu-me para eu tomar conta de um casal porque ela ia de férias e tinha assim um pedido urgente, era uma referência do hospital. [...] E era tão urgente tão urgente que eu num Domingo à tarde resolvi ir lá ver o casal e ver o que é que era preciso. E cheguei lá, eu quando cheguei

reconheci quem era [...] vejo um homem acamado e uma mulher com um AVC que não mexia as pernas. -Venho cá para combinar o que é que têm mais falta, o que é que é preciso eu fazer, amanhã venho cá com mais tempo. E a mulher olha assim numa grande descontração, os dois quase 90 anos. -Olha, sabes o que é que eu preciso que tu me faças? É que vás ali à gráfica comprares-me uma coroa aqui para a minha Nossa Senhora de Fátima. [...] Eu toda aflita, o que é que eles precisavam, de comer, ou de arranjos, ou de se lavarem, [...] a prioridade dela era ir comprar a coroa para a santa, era isso que ela precisava. (VCH5)

No espetro do EP tentaram incluir-se todas as formas de proteção, sob a égide da tipificação de respostas sociais, mas o que se verificou é que há uma área muito forte, relacionada com o cuidar, com práticas baseadas em relações de intimidade, de proximidade efetiva, em que o Estado não penetra. Na esteira da discussão de Laville (2011: 112) - acerca da distinção entre economia solidária e economia social- o EP estabelece direitos, padrões de proteção social e face ao hiato entre meios disponíveis no quadro das políticas sociais e o crescente volume de necessidades, tendeu a subvencionar os serviços sociais como contrapartida pela definição dos seus modos de ação. Os serviços sociais que o EP fomentou não dão uma resposta total, podendo mesmo comprometer a dimensão afetiva e interpessoal, característica do domínio dos serviços de proximidade (Laville, 2011: 114). O que acabou por se verificar é que esse tipo de ação que é promovida, quer pelo Estado diretamente, quer pelas organizações sociais, não se assume como uma resposta efetiva no campo das relações de intimidade. No centro da análise da economia solidária está uma dimensão política, a preocupação pela emancipação das pessoas, que não se imiscui a criar somente uma resposta, pretende significar mais autonomia na resolução dos seus problemas. Neste sentido, o domínio da intimidade pressupõe o estabelecer de laços de confiança para se tratar de determinadas questões pessoais, configurado num tipo de resposta menos tipificada que vá ao encontro de necessidades não passíveis de padronizar.

A configuração híbrida do VP pode deste modo ser analisada sob diversas óticas. Partindo do reconhecimento das tensões geradas entre bifurcações com várias esferas e conceitos no campo do bem-estar, a IS do VP alicerça-se na ocupação de um nicho não coberto, constituindo-se como um novo tipo personalizado de resposta social a necessidades não satisfeitas no campo da intimidade. Na senda de Martinelli (2013), a IS

aqui explanada, ao fundir lógicas formais e informais de proteção social, conjuga o universalismo *top-down* com uma perspectiva concretizada de democracia *bottom-up*.

Na secção seguinte, ensaiaremos uma abordagem ao que apelidamos de re-hibridização, em que procuraremos olhar a IS no VP como resultado da metamorfose da SP e as possibilidades desta se reconfigurar com base nas suas latências, bem como os seus reflexos na dádiva a desconhecidos.

7.3. A Re-Hibridização do Voluntariado de Proximidade

Contrariamente às leituras dicotómicas associadas a formas estáticas, a mobilidade dos fenómenos híbridos pode favorecer a transferência mútua de elementos entre diversos ambientes, contribuindo para a inovação (Brandsen *et al.*, 2005b). Esta característica dos híbridos amplifica a propensão para tensões internas, entre lógicas e princípios díspares, constatando-se que a pressão entre estas forças é simultaneamente potencialidade e risco.

Tendo em conta a dinâmica de funcionamento do VP anteriormente descrita, um dos grandes riscos que se colocam no âmago da sua intervenção é que o Projeto possa vir a alargar-se no sentido de uma “ipsização”, ou seja, que a prática do voluntariado, procurando qualificar-se por via da formalização, se institucionalize, derivando numa resposta especializada de carácter tipificado. Neste sentido, o que está também em causa é o risco de institucionalização da sociedade civil, apontando-se como questão específica neste estudo que, para além da IS explicitamente desenhada pelo Projeto da FEA- aqui designada como “1º Híbrido”-, no VP se gera um segundo movimento de IS- aqui nomeado como re-hibridização. Esta permite observar a vitalidade da SP e como esta se metamorfoseia, bem como em que condições poderá configurar-se a dádiva neste contexto.

Com base nos atributos estruturais, o VP enquadra uma solução institucional onde os atores são voluntários ao invés de profissionais e, pese embora procure revitalizar relações de vizinhança, a condicionalidade típica da entreatajuda é ultrapassada pelo alargamento do apoio a estranhos, típica do voluntariado. Nas fronteiras conceptuais que separam voluntariado e entreatajuda estão a ajuda incondicional, no caso do primeiro, e a obrigação mútua, no caso do segundo.

A ajuda incondicional inclui estranhos, sendo considerada dádiva incondicional por a ajuda não estar sujeita a uma contrapartida; já a entreaduda sustenta o campo da SP, afirmando-se como um tipo de ajuda condicional, baseada em redes de reciprocidade e troca. O que especifica a SP é o facto de existirem redes de entreaduda, que caracterizam os próximos, sendo essa sociabilidade fundada em laços de parentesco, de vizinhança e/ou de amizade- podendo a amizade desenvolver-se no quadro da comunidade ou fora dela. Na medida em que este tipo de apoio não é benévolo, depende de condições de reciprocidade e baseia-se na confiança e no interconhecimento, a inclusão de estranhos neste modelo depara-se com a fronteira da proxémia que caracteriza o interconhecimento.

O voluntariado é uma noção que tem uma outra origem, reportando-se a pessoas que têm disponibilidade para ajudar e que o fazem de uma forma gratuita, incondicional, sem expectativa de retorno equiparado. A filosofia, valores, motivações da ação voluntária podem ser confessionais (valores oriundos da religião, ajuda ao próximo), políticos (reconhecimento de que existem desigualdades e que tem de haver uma ação proativa para as enfrentar), cidadania social (uma obrigação de contribuir para uma sociedade mais justa, cidadania intergeracional), entre outros.

De uma forma quase espontânea, por razões de proximidade, desenvolvem-se as solidariedades primárias baseadas na entreaduda, a complexidade reside na tentativa de envolver pessoas que sejam estranhas ou que sejam parte dessas redes, como no caso dos NVP, em que os voluntários não são membros da comunidade, numa lógica de interconhecimento, o seu envolvimento é voluntário e incondicional, ligando pessoas que não têm uma rede prévia. Nesta sequência, que características assumem as relações que se desenvolvem entre voluntários e beneficiárias no seio do VP? Em que moldes se gera a metamorfose da SP neste contexto? E como se configura a dádiva a estranhos?

Svensson e Bengtsson (2010: 210), partindo da ótica do papel da sociedade civil nos processos de mudança social, propõem que a investigação possa avaliar a influência dos utilizadores na produção da IS, dimensão grandemente descurada pela literatura. Para os autores (*Ibidem*: 192), o conhecimento dos utilizadores, embora complementar, é distinto e difícil de transferir para as organizações que desenvolvem projetos sociais. É um conhecimento tácito sobre a natureza, causas e mecanismos dos problemas, fundado na sua experiência e na relação com o contexto, e manifesta-se amiúde em novas formas de interação social (Drucker 1999 *apud* Svensson e Bengtsson 2012: 190). Nesta

convergência, confirmando a tese de Onyx e Rosemary (2002) de que a prática do voluntariado tende a favorecer o alargamento das redes pessoais de amizade, o que se verifica no VP é que as relações entre beneficiárias/voluntários tendem a configurar novos tipos de interação. “Neste momento eu já nem me considero voluntária da [BSS3], já sou uma amiga.” (VSS2)

Com a [BSS3], quando nós começámos, quando eu e a [VSS2] começámos, eram só as visitas, à terça-feira eu, à quinta-feira a [VSS2] e aquilo ficava por ali. Depois com o tempo começámos a combinar jantares com a [BSS3], pronto, as coisas vão tomando outros contornos porque nos vamos familiarizando mais. Acho que já somos amigas, já não somos voluntária e beneficiária. (VSS1)

Contudo, o que tende a predominar no VP é o entendimento de que o acompanhamento continuado favorece o desenvolvimento de relações caracterizadas pela maior intimidade, conotadas pelos atores como relações de tipo familiar numa lógica “substitutiva”, face às lacunas atuais com que a SP se confronta.

O que define [o VP] é este, é como criar-se uma relação familiar com as pessoas e ao mesmo tempo fazer este acompanhamento para que as pessoas não se sintam sozinhas. Para mim, esta relação com a [BCH3], é como se fizesse parte já da família e estes núcleos de voluntariado acho que é isso que pretendem também, criar esta proximidade entre as pessoas quando a família está distante ou a família não pode acompanhar. (VCH3)

Eu acho que nós tentamos sempre fazer tudo aquilo que um familiar fazia e acho que é assim também que eles olham para nós, como se nós fizéssemos parte da família deles. As pessoas passam a fazer parte da nossa vida e nós fazemos parte da vida delas e isso é uma relação familiar para mim, embora não seja de sangue.

Acho que ela olha para nós como se fôssemos netas dela, um prolongamento da família dela. Eu gosto muito dela e tenho um carinho muito grande por ela e também é isso que vejo nela, é os avós que não tenho, recordo-me sempre dos avós que já não tenho e daquilo que gostava que eles me transmitiam e que ela também agora transmite-me um pouco, esses conhecimentos, essa sabedoria que eles têm e gosto muito. (VCH4)

Aprofundando as vivências, experiências e representações (Santos, 2003a: 49) das beneficiárias e voluntários do VP, constata-se uma tensão entre o universo da formalização e a lógica da informalidade. Este facto é visível na tendência para a subversão de alguns

procedimentos a adotar na atividade voluntária e, nesta linha, consideramos que a re-hibridização, o segundo momento de IS, ocorre nas intermitências entre os vários mecanismos que o Projeto previa e aquilo que está a acontecer na prática do VP.

A prática demonstra que a transposição de limites formais traduz um resgatar, por parte dos atores, de uma espacialização e temporalização do domínio privado, que extrapola a delimitação veiculada pelo Projeto. No discurso destes é patente algum desconforto, pela consciência de que a sua prática ultrapassa limites determinados pela estrutura institucional que coordena o funcionamento do VP, porém persistem nessa dinâmica. As tensões, que se geram entre aquilo que são as diretrizes da FEA a nível de papel, regras e limites interventivos do voluntário e o que na prática ocorre, ilustram o carácter híbrido do VP, contendo em si lógicas conflituantes (Karré e Ribeiro, 2005).

No estudo de Gonçalves (2012: 93), é identificado um “desfasamento entre a metodologia proposta aquando da criação dos NVP e a prática diária do Projeto”, ao nível do recrutamento e seleção de voluntários. Neste caso, a autora (*Ibidem*), ilustra a dificuldade ao nível da comunicação célere entre FEA e conselheiros, no respeitante a seleção de novos voluntários para os NVP, na medida em que a primeira triagem é efetuada ao nível do Banco de Voluntariado da FEA. Em termos de desenho do Projeto, este procedimento remete para um maior peso da dimensão formal, sendo que no âmbito do nosso estudo, verificamos uma tendência informal ao nível do encaminhamento de voluntários, efetuado pelas próprias beneficiárias, facto confirmado por um conselheiro.

Disponibilizou-se para fazer voluntariado e nos precisávamos dela para uma beneficiária e quando demos por ela, a [VSS5] já estava com duas beneficiárias e uma das beneficiárias já tinha duas voluntárias e ficou com uma terceira. A [VSS5] dá apoio também à [BSS1] e que a [BSS1], também por sua vez, já estava a procurar que ela fosse para a [BSS2] mas a [VSS5] achava que já era fruta a mais. (CSS)

Para além da seleção de voluntários, é de referir outros exemplos que ilustram a incorporação de lógicas informais no VP: a) estabelecimento de horários para prestação do apoio- que deve ser calendarizada aquando da apresentação de voluntário/beneficiário (Gonçalves, 2012: 69) e b) preenchimento de uma ficha de registo da atividade, após a realização da mesma, (Gonçalves, 2012: 67). No âmbito da animação de voluntários, está estipulada a metodologia de acompanhamento dos mesmos, numa lógica de orientação e seguimento, permitindo “aconselhar e corrigir algumas atitudes” (Gonçalves, 2012: 67) e

na base desta está a análise desse documento. Na prática, os voluntários relatam que estas contingências dão lugar a uma dinâmica mais informal, salientando que, embora entendam a importância da comunicação à entidade gestora, o tipo de mecanismo burocrático estipulado se assemelha a uma lógica de trabalho profissional, uma das desvantagens apontadas pela literatura no campo da formalização do voluntariado (Paine *et al.*, 2010).

[Horário de visitas] Neste momento já só informo a [BSS3]. Relativamente à FEA, esta questão do voluntariado, tem sido uma coisa muito informal. Eu estou em falta, devo confessar, eu já lá devia ter ido assinar um contrato ... e de facto nós temos umas folhas para preencher em que devíamos dar *feedback* das nossas visitas, pronto, um pequeno *feedback* e documentar as visitas que fizemos, também nunca o fiz [...]. Porque lá está, quando falo de voluntariado, uma coisa, as visitas não me custa nada, mas eu se calhar, se tiver que chegar de uma visita e me sentar e fazer um relatório da visita, já é mais penoso para mim porque relatórios faço eu no trabalho e acaba por parecer assim um trabalho porque começa a haver certas obrigações. Agora é óbvio que eu entendo que isso é muito importante para a FEA e de facto nós voluntários devíamos fazê-lo porque para eles é extremamente importante. [...] Há essa lacuna ainda por preencher. De facto, faço as visitas, faço o voluntariado, mas depois falta aquela parte de dar o *feedback* à FEA e de estar mais em contacto também com a FEA. (VSS2)

A tendência para transpor as margens definidas pelo Projeto reflete a transição das relações para o campo da intimidade e é geradora de tensões entre as necessidades sentidas pelos atores e a salvaguarda da imagem institucional da entidade promotora do voluntariado, visível ao nível dos riscos associados à prática do voluntariado.

O que a [gestora do Projeto NVP] nos está sempre a alertar é: -Não metam os beneficiários nos vossos carros, não os transportem. Quando vamos jantar com a [BSS3] obviamente que ela vai no nosso carro, há situações... Porque se acontece alguma coisa as famílias não vão perceber que é com boa intenção, ainda que achem isso, ficam sempre arestas por limar e é sempre a imagem da FEA e a nossa que fica em causa. O beneficiário pode não ficar chateado, mas as famílias ficam chateadas de certeza. (VSS1)

Nalguns casos, a relação tende a configurar um modelo de dádiva que assume contornos próximos da SP, marcados pela interdependência na troca, como exemplificam as transcrições seguintes, que respeitam a um caso paradigmático voluntária/beneficiária selecionado para *shadowing*: “A [VCH3] em indo à quinta vem-me trazer laranjas.”

A [VCH3] às vezes telefona-me. Olha, há bocadinho o telefone era capaz de ser ela. Eu hoje, antes de me ir deitar ainda lhe telefono...eu já ontem esqueci-me, queria-me meter com ela, que o marido agora foi aos Açores e queria que ela fosse; -oh senhora, porquê é que não foi com ele? - Ai não, não me apetecia. - Aproveite, olhe que a vida passa depressa. E agora era para me meter com ela, se já tinha matado as saudades. Ela disse-me quando ele vinha, mas eu não me lembro. Olhe, sabe o que ele me fez? Entrou o bicho aí com a minha mesa da casa-do-jantar e ele tratou-ma, pôs-lhe uma ripa...e depois eu perguntei-lhe quanto era evidentemente, o senhor tem uma casa aberta para trabalhar, e ele disse-me: “- Olhe, que eu lhe desejo o dobro daquilo que eu lhe levava a si”, foi a resposta que ele me deu. (BCH3)

Por exemplo, ela como é muito religiosa e depois tem a família acho que não professa da mesma fé dela, então está sempre preocupada e depois tinha lá um rosário grande e eu até tinha um, e ela: -Ai não, tem que levar porque senão depois elas deitam fora. Eu disse assim: -Eu não posso, eu não venho aqui para que me esteja a dar coisas. Eu até falei com a [gestora do Projeto NVP] no momento porque fiquei preocupada, ai se faz gosto...A [gestora do Projeto NVP] disse que não havia problema mas eu fiquei assim...mas pronto aceitei, ela fez muita questão [...]. Mas estas coisas a gente fica...isto porque nós às vezes, não é estar a duvidar da [BCH3], mas é mais em relação à família, eu não conheço a família da [BCH3] e por qualquer motivo eles pediam, eu não me sentia bem e tento sem dar a conhecer a alguém que tinha porque isto da visita eu com a [BCH3], eu vou ali, até mesmo as vizinhas viam-me a sair com um saco...o que vem aqui fazer não é? É assim, eu por exemplo, eu levo à [BCH3], levo laranjas mas é assim só estas coisitas que não... -Eu não venho aqui para que me esteja a pagar, -Ah, está bem mas isso já sabe, elas depois deitam fora. - Pronto, se é isso assim, eu faço gosto e fica lá. Depois disse à [gestora do Projeto NVP] também, pronto e ficámos assim.

Depois há aquelas coisinhas às vezes que a [BCH3] se recorda muito do filho, por exemplo, no dia de Nossa Senhora da Conceição, -Ah, ele vinha, trazia-me sempre um bolinho. Depois são estes miminhos: -Então amanhã eu venho cá, fazemos um chazinho e comemos um bolinho, ela fica toda contente. Faço para ir nesse dia. (VCH3)

Henrique Araújo (2009), discutindo a pertinência do paradigma do dom nas sociedades globalizadas, denota que no TS circulam bens e serviços como formas de dádiva em redes de solidariedade entre desconhecidos, como exemplifica o voluntariado.

Encarando o trabalho voluntário como a dádiva de tempo, de forma livre e desinteressada, o autor observa que, no âmbito da Economia Social, a dádiva ocorre sem expectativa de retorno ou retribuição, sendo mediada por instituições organizadas, privadas, não lucrativas, autogovernadas e voluntárias.

Para Godbout (1994), as associações que enquadram o voluntariado apresentam grandes vantagens como sejam a detecção precoce dos problemas sociais, a flexibilidade para desenvolverem soluções *ad hoc*, que aplicam rapidamente. O funcionamento em rede, típico deste setor, aporta-lhe uma capacidade de adaptação e inovação superiores ao aparelho estatal, denotando o autor (*Ibidem*) que se trata de um setor que reúne condições para se especializar na experimentação prática de novas ideias sociais. Postula que este setor não pode substituir o Estado, no garante da universalidade de acesso a bens e serviços, mas aponta as potencialidades do voluntariado aplicado ao dom entre estranhos com contornos distintos da configuração que assume no quadro da esfera das relações primárias. No voluntariado, a circulação de coisas entre desconhecidos, não é mediada pela equivalência monetária, configurando um tipo de relação de dádiva. Refere ainda que, pode-se contrapor que o voluntariado pode ser motivado por razões utilitárias, como sejam a procura de prestígio social, aumentar experiência profissional, mas que essas motivações não esgotam o fenómeno, fato corroborado pela literatura (Serapioni *et al.*, 2013), que centra a análise na motivação altruísta, relacionada mais com a pessoa a quem se dirige a ação.

Ao refletirmos o alargamento da dádiva com extensão a desconhecidos, do hemisfério característico do voluntariado para a obrigação mútua da SP, identificámos alguns indicadores que podem corroborar essa tendência. A complexidade da realidade revela-se no fechamento característico da SP, na qual a inclusão de novas relações de amizade ou outras implica a interdependência necessária e a existência de simetria ao nível dos poderes, manifesta num tipo de relação que ultrapasse o que seria típico exigir a um voluntário, evoluindo esse alargamento de esfera até à reciprocidade.

Todavia, o que ocorre no VP é a retribuição entre desiguais, o tipo de relação entre beneficiária/voluntário é marcada pela assimetria, característica do voluntariado. Neste sentido, quanto maior a horizontalidade, maior a probabilidade de os voluntários serem reconhecidos como iguais e dar lugar a um tipo de troca de dom e contra-dom, passando do altruísmo puro para a troca. Por outro lado, a SP funda-se no

interconhecimento e na confiança, sendo que no caso dos estranhos a confiança tem que ser construída na base de valores, sejam valores religiosos ou de cidadania social, mas é necessária uma ideologia para agregar as pessoas que não se conhecem. Por seu turno, o voluntariado é personalizado, estabelece-se uma relação com uma pessoa em concreto, que passa a ser um elo da rede, assentando a construção de novos laços de confiança na personalização. Neste sentido, os estranhos podem ser incluídos se se tornarem íntimos, dando lugar a relações particularistas, que incorporem a rede de amizade, um dos três laços que configuram a *entrajuda*. A relação que se estabelece pode ser forte, ultrapassar a dimensão meramente contratual, mas ainda assim distingue-se das relações da SP porque não há garantia de permanência. Um dos entraves à transfiguração da SP funda-se no facto da centralidade da rede de parentesco na provisão do bem-estar se alicerçar na garantia de permanência no tempo, perenidade das relações (Portugal, 2011), sendo o voluntariado atravessado pela incerteza da continuidade, como espelhado nas palavras de uma beneficiária, que reflete a inconstância do acompanhamento por parte de estudantes universitários.

São boas pessoas, para mim são muito importantes, mas cada uma tem a sua vida, cada uma abalou para seu lado. [...] Agora tenho pena de não as ver todas e naquela altura via-as e agora só vejo a [VCH4]... A [voluntária anterior] morava cá mas outro dia telefonou-me que já mora no Porto. [...] A diferença que acho é que tenho saudades delas e antes de as ver não tinha porque não as conhecia, depois comecei-lhe a criar amizade e tive pena delas abalarem. (BCH1)

Não obstante, perspetivamos que se desvelam pistas auspiciosas no que concerne à metamorfose da SP, nomeadamente no potencial do VP para expandir o dom “seletivo” na base de princípios de afetividade e afinidade (Portugal, 2011: 50). Lilian Linders (2010), analisando o âmbito das solidariedades informais, identificou que, no âmbito dos cuidados informais, as relações individuais são um fenómeno muito relevante como fonte de suporte social, comparativamente com a coesão vicinal.

Vislumbra-se que, na linha do que postulou Arriscado Nunes (1995: 21), a necessidade de estabelecer relações sociais continuadas, ancoradas em experiências partilhadas, podem ser viabilizadas através do que Josepa Cucó i Giner (2000) designou por ativação de “*links* de proximidade”. Para a autora (*Ibidem*), o dom de proximidade tem uma interessante virtude, a sua grande capacidade para gerar confiança face a riscos, multiplicados pela globalização. Sendo a confiança indispensável no campo da intimidade

e adquirindo maior relevância em contextos mais amplos, marcados pelo carácter formal e de anonimato (Stolle 2002 *apud* Hespanha *et al.*, 2014: 258), estes “*links* de proximidade” podem ser usados noutro tipo de contextos, são ferramentas adaptativas.

O fenómeno da prestação de voluntariado numa perspetiva de envelhecimento ativo, que na literatura atesta a tendência para o aumento crescente da prática de voluntariado (Serapioni *et al.*, 2013: 258), no âmbito desta investigação é identificado pelos atores como inovação e conotado como latências reativadas. Na nossa ótica, o relato destas experiências vividas por parte dos atores demonstra a vitalidade da SP que, pela ativação de recursos pessoais aprendidos comunitariamente, com base em memórias dessas práticas, se reconfigura num novo contexto de atuação, contribuindo para a composição do híbrido que é o VP.

O que é novo é o estar a surgir este grupo de pessoas que já trabalharam e agora estão disponíveis e que antes não o podiam fazer porque estavam ocupadas. Em relação aos voluntários, a maior parte são reformados, estão já aposentados, eles vão buscar às suas experiências que também tiveram em miúdos para transportar agora para os utentes, esta relação de amizade. O velho é o ir buscar as experiências antigas. O novo é o surgir de uma nova comunidade dentro das comunidades, uma comunidade que está disposta a ajudar aqueles que estão mais isolados. Porque o que eu estou agora a fazer não é nada mais nada menos do que aquela experiência que eu já vivi, o ajudar uma idosa. Isso houve algum tempo que não se falava em voluntariado e apesar das pessoas, lá está, era a vizinhança que se ajudavam umas às outras. A vizinhança começou a trabalhar já não tinha disponibilidade para isso. Agora surge isto para vir substituir essa vizinhança que fazia o acompanhamento e que, por motivos vários já não o pode fazer. Eu acho que se pode considerar assim, estes núcleos de voluntariado, ser também esse grupo que vem substituir a vizinhança. (VCH3)

Nesse sentido, o VP foi o *framing*, o contexto, que criou condições favoráveis para a ativação desses “*links* de proximidade”. De acordo com os voluntários, esse modo de fazer que caracteriza o VP foi aprendido no âmbito da SP, no seio da família e da vizinhança, no contexto comunitário de origem, identificando-se que uma das motivações comuns para fazer voluntariado é a socialização anterior na entreajuda, no dizer de uma voluntária- “Nós temos esses princípios e quem tem esse bichinho é incapaz de não ajudar o outro.” (VSS4). Em termos de perfil, é de referir que a maior parte dos voluntários entrevistados foi criado em localidades rurais, tendo-se fixado em Évora sobretudo por a

cidade funcionar como polo urbano no contexto do Alentejo. Mesmo no caso dos entrevistados oriundos de outros distritos, que permanecem na cidade por motivos profissionais ou de estudo, também relatam origem rural.

Isso vai também da formação da pessoa e da maneira de encarar a vida. Eu fui criada num meio pequeno e ensinam-nos a fazer o bem, ajudar os outros, a comunidade. A comunidade houve sempre, não é? Ajudar o próximo...e isto foi incutido em mim, por isso, isto vem das minhas raízes, que agora, isso não está em ação. (VSS5)

Eu lembro-me quando era miúda, ia para a escola e ia sempre almoçar à da minha tia que morava lá ao pé da escola e ela estava numa cadeira de rodas e dava de comer à gaiatagem toda que lá aparecia, nem que fosse uma açorda, mas havia sempre. E agora essa parte faz-se de outra maneira mas, no fundo, o sentido é quase o mesmo porque é dar o que se tem em prol do outro. (VCH5)

A presença de redes informais noutras esferas desafia as regras impostas, tendo efeitos subversivos, tornando-se estas numa economia de oposição. Ainda que o dom seja vivido com maior intensidade no espaço doméstico e que seja aí que é realizada a sua aprendizagem, centrado na família (Portugal, 2011), importa aprofundar se, perante a expansão das trocas informais, das redes de proximidade e interpessoais nos setores formais das sociedades contemporâneas, a informalidade responde às deficiências da formalidade (Lomnitz, 1994b *apud* Cucó i Giner, 2000: 320), num cenário em que os híbridos se perfilam como ferramentas diferenciais para prevenir os efeitos negativos devidos à fraqueza das formas puras (Karré, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tela pós-moderna em que a pressão do espectro neoliberal tende a gargantuar o revivalismo *keynesiano*, no *mainstream* da intervenção social, o *welfare* híbrido (Billis, 2010a) tem pincelado a IS como uma estratégia colaborativa intersectorial (Alpkvist, 2009). Em face da popularidade que vem grassando a IS, enraizada no universo das práticas, pretendemos com esta investigação aprofundar o significado empírico do conceito de IS, tomando como referência um caso estruturado de acordo com os requisitos das políticas públicas promotoras, nomeadamente, a Iniciativa Comunitária EQUAL. O caso selecionado para estudo- um projeto da FEA de VP - intersecciona diferentes aspetos da sociedade portuguesa: a relação entre EP e SP, a relação entre estes e as inovações sociais do TS.

No percurso da investigação foram construídas teoricamente e exploradas de forma empírica, várias questões. Enquanto questão central formulámos a seguinte: a IS do VP é uma estratégia híbrida no campo do bem-estar, onde se intermedeiam práticas informais (características do modelo solidário) através de mecanismos formais (típicos do modelo institucional). Esta questão desdobrou-se em várias questões específicas, a saber: 1) O hiato que justifica a existência do VP resulta de fatores exógenos- transformações globais- e fatores endógenos- especificidades locais; 2) A IS no VP permite colmatar lacunas do modelo institucional e do solidário; 3) Na IS do VP o hibridismo manifesta-se a dois níveis, de um primeiro híbrido correspondente ao modelo organizacional desenhado pela FEA e de um segundo híbrido, ou re-hibridização, resultante da metamorfose da SP com base nas suas latências e configura a tensão entre a dádiva a desconhecidos da ajuda incondicional, típica do voluntariado, e a obrigação mútua, característica da SP; 4) O VP constitui-se como um novo tipo personalizado de resposta social a necessidades não satisfeitas no campo da intimidade.

Considerando que a IS resulta da articulação entre práticas informais e mecanismos formais, afirma-se como uma estratégia híbrida no campo do bem-estar. Elegemos como objeto de estudo o VP, por refletir as idiosincrasias do *welfare mix* português, onde se fundem lógicas e imaginários dos modelos solidário e institucional.

Na realidade portuguesa, a SP ocupou um lugar central na esfera do bem-estar em consequência do tardio e subdesenvolvimento do EP, tendência refletida na lembrança tão vincada desta no discurso dos atores. A esta recorrência associa-se a factualidade que

conflui para a diminuição da sua operatividade, explicada em grande medida pela compressão impelida pela sociedade do consumo de massas. O quadro atual no campo do bem-estar deve-se assim a uma panóplia de transformações mais vastas que perpassam a sociedade, matizadas por influências de âmbito local que, conjuntamente se refletem nas esferas pessoal e social, concorrendo para que o VP ocupe um espaço anteriormente adscrito às solidariedades primárias, sobretudo às práticas familiares e de vizinhança.

O VP resulta assim de um hiato de necessidades sociais não cobertas pelos modelos solidário e/ou institucional, produzindo-se em dinâmicas bifurcacionais, rendilhadas nas relações com o TS, a SP, o EP e outras práticas de voluntariado, como mostrámos. O carácter híbrido da IS no VP é manifesto na adoção dos pressupostos da metodologia EQUAL no desenho do modelo organizacional, na incorporação de procedimentos de gestão de voluntariado de tipo *top-down*, centrados na coordenação de todo o processo por parte da FEA, e numa abordagem que tem como base uma diversidade de atores, propiciando e permeando o que designamos aqui de re-hibridização. Enquanto virtualidade, a re-hibridização adquire textura nas intermitências entre os mecanismos previstos no 1º Híbrido- o modelo organizacional desenhado pela FEA- e o que acontece na prática do VP. A re-hibridização, resulta da metamorfose da SP com base nas suas latências e configura a tensão entre a dádiva a desconhecidos da ajuda incondicional, típica do voluntariado, e a obrigação mútua, característica da SP. Foi, aliás, a identificação de sinais destas tensões durante o trabalho de campo que nos levou a formular o segundo movimento de hibridização, transformando este processo de investigação num processo interativo entre teoria e empiria.

Em suma, pensando o modelo comunitário contemporâneo, perante a polissemia de teorizações e concretizações sociais, e a sua articulação com o paradigma do dom, Vibert (2004: 354) aborda a nostalgia da comunidade como uma tendência proeminente no campo social. O Projeto NVP reproduz esta tendência, foi construído no horizonte de retorno à SP, em que esta transição foi almejada e assumida pela FEA e esperada pelos atores. Procurámos evidenciar que este retorno à SP não se concretiza e, no nosso entender, é profícuo que assim seja, na medida em que este híbrido- o VP- desvela potencialidades que ultrapassam a lógica particularista e inigualitária que caracteriza a SP, ou seja, é o carácter híbrido desta IS que gera a sua própria virtualidade. Esta investigação demonstra assim a vitalidade da SP, não no sentido da melancolia, mas da sua metamorfose face às

novas exigências contextuais. No VP, a SP reconfigura-se na articulação com lógicas formais, confirmando um segundo movimento de IS, a re-hibridização. Nesta, o que se verifica é a tensão entre lógicas antagónicas que acabam por se potencializar nas suas diferenças, contribuindo para gerar uma intervenção de proximidade numa perspetiva de cidadania ativa, bem como aumentar a confiança entre estranhos, pela garantia de retaguarda institucional e pela ativação de “links de proximidade” (Cucó i Giner, 2000). Nesta ótica, a IS patente neste híbrido desafia a reflexão sobre as virtualidades da comunidade/SP/entrepajuda para além da ligação ao mundo rural. Preconizamos que, face às mudanças contextuais globais e locais, esta hibridização da IS cria condições para que mecanismos institucionais formais favoreçam a ativação desta história, que é um recurso para o tipo e especificidade de relações geradas no VP. Os “links de proximidade” (*Ibidem*) ativam esta história/memória latentes de socialização comunitária que é reatualizada e sustentada pela SP através do dom de proximidade. O desenvolvimento tardio do EP contribuiu para que estas memórias de práticas da SP estejam muito presentes no imaginário vivencial dos atores, ajudando a compor esse híbrido que é o VP.

No panorama do Alentejo, a cidade de Évora revela um binómio demográfico. Por um prisma, converteu-se num microcosmos atrativo para migrações e fixação de população oriunda de localidades rurais, fosse em maior amplitude no passado por via do êxodo rural, seja presentemente para frequência universitária. Por outro lado, a par com outras regiões interiores do país, a partir do pós 25 de Abril de 1974, assistiu à saída de uma grande fatia populacional jovem. Ambos os contextos estudados, o CH e a SS, sofrem influência destes contingentes populacionais, sendo que, na SS, o facto de os contingentes rurais estarem na origem da constituição do próprio bairro tem contribuído para uma configuração mais coesa ao nível da presença de imaginários e lógicas comunitárias no território. No CH, marcado sobretudo pela ocupação crescente por parte de estudantes e a pressão imobiliária associada ao turismo, é de salientar que coexistem paralelamente micrológicas de interação comunitária com hemisférios onde tende a predominar o anonimato. Como denominador comum, seja no CH seja na SS, o híbrido VP desenvolve-se num contexto urbano vinculado à presença de contingentes rurais.

Nesta esteira, o VP constitui-se como uma forma de dom no campo do bem-estar que, ao fundir lógicas típicas do modelo institucional e do solidário, contribui para

fomentar a confiança entre estranhos. Enquanto prática, configura um novo tipo personalizado de resposta social a necessidades não satisfeitas no campo da intimidade.

Retomando a importância de perceber o caráter híbrido como elemento chave da IS, sublinhamos a importância de associar utilizadores, profissionais e voluntários em redes de trocas que favoreçam o diálogo, geradoras de “espaços públicos de proximidade”, onde questões privadas se possam converter em objeto de abordagem conjunta, tal como também Laville (2011: 51) havia identificado, nas características da economia solidária. O hibridismo que caracteriza a IS do VP apresenta como grande vantagem, face ao modelo institucional e ao solidário, situar-se entre o universalismo *top-down* e a democracia *bottom-up* (Martinelli, 2013). Numa perspetiva de cidadania arreigada a direitos universais, contraria o particularismo característico do modelo solidário, contribuindo para aumentar a igualdade de acesso, sem se ater à configuração rígida da provisão pública, característica da lógica de “ipsização” patente no modelo institucional. Consideramos, pois, que o TS, dado o lugar que ocupa na arena do bem-estar, forjado pela sociedade civil e reconfigurado na articulação com o EP, se assume como um campo de tensão, sinapse propícia para o desenvolvimento de inovações sociais híbridas.

Como possíveis lacunas deste estudo, dada a análise circunscrever-se ao universo somente deste Projeto e, contabilizando o número de voluntários que estão a atuar no terreno, consideramos que pode não ser óbvia a generalização acerca da metamorfose da SP, suscitando aprofundamento da investigação neste campo. Procurando potenciar a generalização destes resultados, consideramos pertinente a realização de um estudo comparativo com os NVP implementados noutros contextos, como Arraiolos ou Tavira, com base na transferibilidade do modelo analítico e da metodologia desenvolvidos nesta Dissertação, para perceber se as lógicas identificadas são atributos do Projeto ou do contexto.

As exigências conflitantes em presença nos híbridos caracterizam-se por ténues fronteiras e riscos latentes, nomeadamente no VP, de tipificação e de pressão para a formalização. A ocorrer a colonização da dimensão informal e relacional pela dominância de um modelo de atuação que acentue os procedimentos institucionais dissolverá o híbrido na medida em que o atingirá na sua identidade. Reforçamos por isso, a importância de vislumbrar a permanência desta tensão como uma virtude porque é nela que a hibridez reside. Por outro lado, no sentido de fortalecer a dimensão de confiança anteriormente

descrita, entendemos como vantajoso o criar de condições para a permanência e continuidade dos voluntários/beneficiários, evitando tanto quanto possível a quebra dessas relações. Este quadro é tanto mais premente no tocante a população idosa na relação com estudantes universitários, dada a inconstância das relações. Verificámos que o tipo de relação que configura a metamorfose descrita é potenciada com voluntários residentes na cidade que, ainda que possam ser oriundos de outras localidades, apresentam como denominador comum o facto de se terem fixado em Évora.

Na esteira de Isabel Guerra (2006: 87), esperamos contribuir para que este estudo se converta numa sociologia da ação, na medida em que os conhecimentos produzidos pela pesquisa aumentem a reflexividade coletiva e a capacidade de compreensão e mudança social de todos os implicados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albarello, Luc (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 117-155.
- Alentejo, O. S. (2007) *Office Box do Voluntariado. Gestão e Animação de Voluntariado de Proximidade*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida.
- Almeida, Vasco (2010) *Governança, Instituições e Terceiro Setor. As Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Tese de Doutoramento em Economia. Universidade de Coimbra.
<http://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13315/1/Tese%20Vasco%20Almeida.pdf> [12 de fevereiro de 2016].
- Alpkvist, Catharina (2009) “A Inovação Social e a Integração da Perspetiva de Género constituem Condições Idênticas para o Desenvolvimento de Base Territorial” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 153-166.
- Alves, Joana P. (2013) “«A (cui)dar está obrigado, aquele a quem hão (cui)dado»: Uma análise do cuidado familiar a partir do paradigma da dádiva” *Oficina do CES*. 397, 1-22.
http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/7937_Oficina_do_CES_397.pdf. [17 de outubro de 2015].
- Amaro, Rogério R. (2002) *O voluntariado nos projetos de luta contra a pobreza*. Voluntariamente Seja. Lisboa: Fundação Aga Khan.
- André, Isabel; Abreu, Alexandre (2006) “Dimensões e Espaços da Inovação Social” *Finisterra*. XLI, 81, 121-141. http://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2014/01/As-dimens%C3%B5es-inova%C3%A7%C3%A3o-social_Andr%C3%A9eAbreu.pdf. [16 de Novembro de 2011].
- Andreotti, Alberta; Marisol Garcia, Soledad; Gomez, Aitor; Hespanha, Pedro; Kazepov, Yuri; Mingione, Enzo (2001) “Does a southern European model exist?” *Journal of European Area Studies*. 9 (1), 43-62.

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10862/1/Does%20a%20Southern%20European%20Model%20Exist.pdf> [04 de abril de 2011].

Andrew, Caroline; Klein, Juan-Luis (2010) “Social Innovation: What is it and why is it important to understand it better” *Cahier du CRISES*. ET1003, 1-45. <https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/ET1003.pdf>. [17 de novembro de 2010].

Anheier, Helmut K.; Salamon, Lester M. (1999) “Volunteering in cross-national perspective: Initial comparisons” *Law and Contemporary Problems*. 62(4), 43-65. <http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1146&context=lcp>. [08 de janeiro de 2011].

Araújo, Henrique L. G. de (2009) “A Dádiva, o Tempo e o Trabalho Voluntário” *Cadernos de Pedagogia Social*. 3, 133-139.

Associação de Jovens Professores da Região Alentejo (2005) *Estudo Diagnóstico sobre a Situação Socioprofissional e Áreas de Interesse dos Jovens no Concelho de Évora*. Évora: Projeto INclusão, 1-31.

Assogba, Yao (2007) “Innovation Sociale et Communauté. Une Relecture à partir des Sociologues Classiques” *Recherches*. 5, 1-17. http://classiques.uqac.ca/contemporains/assogba_yao/innovation_soc_communaute/innovation_soc_communaute.pdf [10 de novembro de 2010].

Assogba, Yao (2010) “Théorie Systémique de l’Action Sociale et Innovation Sociale” *Recherches*. 31, 1-14. <http://www4.uqo.ca/aruc/Fichiers/Cahiers%20Recherche/S%C3%A9rie%20recherches/No%2031%20ASSOGBA,%20Yao%20%20Th%C3%A9orie%20syst%C3%A9mique%20de%20l'action%20sociale%20et%20innovation%20sociale/Cahier%20Yao%20Assogba%20-%20Innovation%20sociale.pdf> [09 de novembro de 2010].

Baudrillard, Jean (1981) *Simulacres e Simulation*. Paris: Galilée.

- Billis, David (2010a) “From welfare bureaucracies to welfare hybrids” in Billis, David (ed.) *Hybrid Organizations and the Third Sector. Challenges for Practice, Theory and Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 3-24.
- Billis, David (2010b) “Towards a theory of hybrid organizations” in Billis, David (ed.) *Hybrid Organizations and the Third Sector. Challenges for Practice, Theory and Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 46-69.
- Brandsen, Taco; Ribeiro, Teresa C.; Van Hout, Eelco; Putters, Kim (2005b) “Hybridity: a distinct identity (you cannot fly on one wing only)” in *Third Setor Study Group Conference of the European Group of Public Administration*. Bern, 31/8 – 2/9 2005, [?].
- Brandsen, Taco; Van Donk, Wim; Putters, Kim (2005a) “Griffins or Chameleons? Hybridity as a Permanent and Inevitable Characteristic of the Third Sector” *Intl Journal of Public Administration*. 28, 749-765.
- Caria, Telmo H. (2003) “A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras” in Caria, Telmo H. (ed.) *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 9-20.
- Carvalho, Mendes de (1966) “País à beira-mar plantado” in *Cantigas de Amor & Maldizer* [?].
- Cascais, Mariana (1993) *A Urbanização dos Homens e a Urbanização dos Espaços – o Caso Particular do Alentejo*. Tese de Doutoramento em Sociologia Rural e Urbana. Universidade de Évora.
- Catarino, Acácio (2004) “Voluntariado- uma leitura da experiência” in *Sociedade e Trabalho*. 19/20, 7-15.
- Catroga, Fernando (2009) *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo, Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina.
- CLASE (2012) *Diagnóstico Social Évora 2013/2015*. Évora: CLASE- Câmara Municipal de Évora. <http://www2.cm-evora.pt/redesocial/documentos%20pdf/2013/diagn%C3>

%B3stico%20social_clase_2013(1).pdf [12 de Agosto de 2015].

Cloutier, Julie (2003) “Qu’est-ce que l’innovation sociale?” *Cahier du CRISES*. ET0314, 1-46. https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0314.pdf [14 de setembro de 2011].

Comeau, Yvan (2004) “Les Contributions des Sociologies de L’Innovation à L’Étude du Changement Sociale” *Cahier du CRISES*. ET0418, 29-44. <https://depot.erudit.org/bitstream/001618dd/1/ET0418.pdf>. [17 de janeiro de 2011].

Coutinho, Clara P. (2011) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.

Cucó i Giner, Josepa (2000) “Proximal Paradox, Friends and Relatives in the Era of Globalization” *European Journal of Social Theory*. 3(3), 313-324.

Czarniawska, Barbara (2007) *Shadowing: and other techniques for doing fieldwork in modern societies*. Malmö: Liber; Herndon: Copenhagen Business School Press; Oslo: Universitetsforlaget.

Dornelas, António (2013) “Portugal: a construção do Estado-Providência em contexto desfavorável” in Carreira, Filipe da Silva (ed.) *Os Portugueses e o Estado-Providência- Uma Perspetiva Comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 45-83.

Durkheim, Émile (1977) *A Divisão Social do Trabalho*. Lisboa: Editorial Presença.

Esping-Andersen, Goasta (1999) *Les trois mondes de l’État-providence. Essai sur le capitalisme moderne*, Paris: PUF.

Fann, K. T. (1970) *Peirce’s Theory of Abduction*. [?]: The Hague. <http://www.dca.fee.unicamp.br/~gudwin/ftp/ia005/Peirce%20Theory%20of%20Abduction.pdf> [05 de maio de 2016].

- FEA (2005) *Candidatura ao PIC EQUAL do Projeto Orientar Servir e Apoiar: Promover a Conciliação da Vida Familiar/Profissional*. Évora: FEA, 2004/EQUAL/A1/IO/314, 3-38.
- Ferreira, Sílvia (2009) “A invenção estratégica do terceiro setor” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 84, 169-192.
- Ferreira, Sílvia (2011) “Scaling Social Impact Under Different Modes of Welfare Governance: an Analytical Proposal” in *3rd EMES International Research Conference on Social Enterprise*. Roskilde (Denmark) July 4-7, 2011. <http://emes.net/publications/conference-papers/3rd-emes-conference-selected-papers/scaling-social-impact-under-different-modes-of-welfare-governance-an-analytical-proposal/> [19 de novembro de 2015].
- Ferreira, Sílvia (2013) “O terceiro setor e o Estado-Providência em Portugal” in Carreira, Filipe da Silva (ed.) *Os Portugueses e o Estado-Providência- Uma Perspetiva Comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 161-196.
- Flick, Uwe (2005) *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Fonseca, Manuel da (1993) “O Largo” in *O Fogo e as Cinzas*. Lisboa: Editorial Caminho, 23-30.
- Fontan, Jean-Mark; Klein, Juan-Luis; Tremblay, Diane G. (2004) “Innovation and Society: broadening the analysis of the territorial effects of innovation” *Research Note*. 2004-07A, 1-14. <https://www.teluq.quebec.ca/chaireecosavoir/pdf/NRC04-07A.pdf> [24 de março de 2013].
- Godbout, Jacques T. (1994) “La sphère du don entre étrangers: le bénévolat et l’entraide” http://www.uqac.ca/Classiques_des_sciences_sociales [20 de setembro de 2015].
- Godet, Michael (1993) *Manual de Prospectiva Estratégica: Da Antecipação à Ação*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

- Godin, Benoît (2012) “Social Innovation: Utopias of Innovation from c.1830 to the Present”. *Project on the Intellectual History of Innovation Working Paper No. 11*. Montréal, Quebec. file:///C:/Users/Proprietario/Downloads/SocialInnovation_2012%20(1).pdf [17 de novembro de 2015].
- Gonçalves, Inês (2012) *Gerir um Projeto de Voluntariado: a organização e as pessoas*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Gestão, Especialização em Recursos Humanos. Universidade de Évora.
- Guerra, Isabel (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncípia Editora.
- Harvey, David (2000) *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Henriksen, Lars S.; Nielsen, Inger K.; Rosdhal, David (2006) “Formal and informal volunteering in a state friendly society” in *CINEFOGO conference*. [?] 15-17 de dezembro de 2006. Copenhagen: The Danish National Institute of Social Research. http://cinefogo.cuni.cz/index.php?&id_result=130791&l=0&w=15&id_out=312. [01 de abril de 2011].
- Henriques, Adosinda (1993) “Mútuas de seguro de gado: uma forma de Sociedade-Providência em meio rural” in Santos, Boaventura de Sousa (ed.) *Portugal: um Retrato Singular*. Porto; Edições Afrontamento, 373-403.
- Henriques, José M. (2009) “Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária EQUAL em Portugal” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 187-210.
- Hespanha, Pedro (ed.) (2000) *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das instituições de proteção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto.
- Hespanha, Pedro (2001) “Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social” in Santos, Boaventura de Sousa *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento, 163-196.

- Hespanha, Pedro (2008) “Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios” *Revista de Ciências Sociais*. [?]: Universidade Federal do Ceará. 39, 1, 5-15.
- Hespanha, Pedro (2014) "Tema 2 - O papel da sociedade na proteção social", Sumário desenvolvido das aulas de Políticas Sociais e Cidadania.
<https://infordocente.uc.pt/nonio/ensino/detalhesMaterialApoio.do?idMaterialApoio=367358> [23 de outubro de 2015].
- Hespanha, Pedro; Alves, Ana I. (1995) “A construção da habitação em meio rural: Um domínio da Sociedade-Providência” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 42, 125-153.
- Hespanha, Pedro; Ferreira, Sílvia; Pacheco, Vanda (2014) “O Estado Social, Crise e Reformas” in Reis, José (ed.) *A Economia Política do Retrocesso. Crise, Causas e Objectivos*. Coimbra: Almedina, 189-281.
- Hespanha, Pedro; Portugal, Sílvia (2002) *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*. Porto: CCRN- Comissão de Coordenação da Região do Norte, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- Hespanha, Pedro; Portugal, Sílvia (2009) “Sociedade-Providência” in Cattani, A. D.; Laville, J.- L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (eds.) *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 299-304.
- Howaldt, Jürgen; Schwarz, Michael (2010) *Social innovation: Concepts, research fields and international trends*. Dortmund: Sozialforschungsstelle Dortmund, 1-83.
- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território- Universidade de Lisboa (IGOT-UL) (2013) *Inovação Social no Terceiro Setor | O Distrito de Évora*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida. <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/files/4d1acecbf892736a2c8d066846ac2914c3be7ffc.pdf> [25 de outubro de 2015].
- Jessop, Bob (1993) “Towards a Schumpeterian Workfare State? Preliminary remarks on post-Fordist political economy” *Studies in Political Economy*. 40, 7-39.

- Jessop, Bob; Moulaert, Frank; Hulgård, Lars; Hamdouch, Abdelillah (2013) “Social innovation research: a new stage in innovation analysis?” in Moulaert, F.; MacCallum, D.; Mehmood, A.; Hambouch, A. (eds.) *The International Handbook on Social Innovation. Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Lmted, 110-130.
- Jouen, Marjorie (2009) “Experimentação Social na Europa – Rumo a uma Gama mais Completa e Eficaz de Ações Comunitárias pela Inovação Social” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 31-62.
- Kanter, Rosabeth M. (2000) “When a Thousand Flowers Bloom: Structural, Collective, and Social Conditions for Innovation in Organization” in Swedberg, Richard (ed.), *Entrepreneurship: the social science view*. Oxford: Oxford University Press, 167-210.
- Karré, Philip M. (2004) *Kaleidoscopes of Organizations. How to look at hybrid organizations – A research plan*. [?] Netherlands School for Public Administration, 1-12.
- Karré, Philip M.; Ribeiro, Teresa C. (2005) “The ‘Social’ Profit of Hybrid Service Delivery” in *EGPA-conference 2005*. Berna. [?].
- Laville, Jean-Louis (2011) *Agir à gauche, l'économie sociale et solidaire; suivi de Propositions pour une politique en faveur de l'économie sociale et solidaire*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Lévesque, Benoît (2005) “Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social: approches théoriques et politiques publiques” *Cahier du CRISES*. ET0507, 1-72.
- Linders, Lilian (2010) “What has neighbourhood cohesion to do with informal care?” in *ESPAnet Social Policy Research*. Amsterdam: University of Amsterdam 22-23 Abril 2010. Eindhoven: Fontys University of Applied Sciences.
- Low, Natalie; Butt, Sarah; Paine, Angela E.; Smith, Justin D. (2007) *Helping Out: A national survey of volunteering and charitable giving*. [?] Cabinet Office of the Third

- Sector, 1-133. http://www.volunteering.org.uk/NR/rdonlyres/BFC9C41E-7636-48FB-843C-A89D2E93F277/0/OTS_Helping_Out.pdf [10 de setembro de 2011].
- Madeira, Cláudia (2010) *Híbrido, do Mito ao Paradigma Invasor?* Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Marcos, Vanessa; Parente, C., Amador, C. (2013) “O voluntariado no terceiro setor português: uma perpetiva gestionária”. *Empreendedorismo Social em Portugal: As políticas, as organizações e as práticas de educação/formação (PTDC/CS-SOC710018672008) Work in Progress*. Porto.
- Martinelli, Flavia (2013) “Learning from case studies of social innovation in the field of social services: creatively balancing top-down universalism with bottom-up democracy” in Moulaert, F.; MacCallum, D.; Mehmood, A.; Hambouch, A. (eds.) *The International Handbook on Social Innovation. Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing Lmted, 346- 360.
- Martinho, Ana (2009) “A Inovação Social, um Instrumento contra as Repercussões Sociais da Recessão” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 17-24.
- Mendes, José M. (2003) *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1- 27.
- Minkoff, Debra (2002) “The Emergence of Hybrid Organizational Forms: Combining Identity-Based Service Provision and Political Action” *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. Vol. 31, no. 3, 377-401.
- Mishra, Ramesh (1995) *O Estado Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras: Celta Editora.
- Moulaert, Frank (2009) “Social Innovation: Institutionally Embedded, Territorially (Re) Produced” in MacCallum, Diana; Moulaert, F.; Hillier, J.; Haddock, S. (eds.) *Social Innovation and Territorial Development*. Aldershot: Ashgate, 11–23.

- Moulaert, Frank; Hamdouch, A. (2006) “New Views of Innovation Systems. Agents, rationales, networks and spatial scales in the knowledge infrastructure” *Innovation*. vol.19, no.1, 11-24.
- Moulaert, Frank; Martinelli, F.; Swyngedouw, E.; Gonzalez, S. (2005) “Toward Alternative Model(s) of Local Innovation” *Urban Studies*. Volume 42, no. 11, 1969-1990.
- Moulaert, Frank; Martinelli, F.; Swyngedouw, E.; Gonzalez, S. (2007) “Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities. Urban Development Between Path Dependency and Radical innovation” *European Urban and Regional Studies*. 14 (3), 195-209. <http://eur.sagepub.com/cgi/content/abstract/14/3/195> [02 de setembro de 2011].
- Mulgan, Geoff, (2006) “The Process of Social Innovation” *Innovations*. Spring |2006, 145-162.
- Mulgan, Geoff; Tucker, S.; Rushanara, A.; Sanders, B. (2007) *Social innovation. What it is, why it matters and how it can be accelerated*. London: The Young Foundation.
- Murray, Robin; Caulier-Grice, J.; Mulgan, G., (2010) *The open book of social innovation*. London: The Young Foundation/NESTA. www.nesta.org.uk/library/documents/Social_Innovator_020310.pdf. [05 de maio de 2013].
- Neves, António O. (2009a) “Apresentação” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 1-4.
- Neves, Arminda (2009b) “A Inovação Social nas Políticas Públicas” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 167-177.
- Nunes, Arriscado (1995) “Com mal ou com bem, aos teus te até: As solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 42, 5-25.
- Oliveira, Carlos de (1992) “Quando a Harmonia Chega” in *Obras de Carlos de Oliveira*. Lisboa: Editorial Caminho, 165.

- Onyx, Jenny; Leonard, Rosemary (2002) “The relationship between formal and informal volunteering: a social capital framework” in *ISTR Fifth International Conference*. [?].
- Paine, Angela E.; Ockenden, N.; Stuart, J. (2010) “Volunteers in hybrid organizations: A marginalized majority?” in Billis, David (ed.) *Hybrid Organizations and the Third Sector. Challenges for Practice, Theory and Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 93-113.
- Parente, Cristina; Marcos, V.; Diogo, V. (2014) “Sobre inovação e empreendedorismo social” in Cristina Parente (ed.), *Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto, 242-259.
- Petitclerc, Martin (2003) “Rapport sur les innovations sociales et les transformations sociales”, *Cahier du CRISES*. ET0313, 1-41.
- Phills Jr., J.A.; Deiglmeier, K.; Miller, D.T. (2008) “Rediscovering Social Innovation” *Stanford Social Innovation Review*. Fall 2008, 34-43.
- Pimenta, Manuel (2009) “Fatores e Atores Críticos da Disseminação de Inovação Social de Base Territorial” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 257-272.
- Piselli, Fortunata (1995) “A sociedade-providência na esfera económica” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 42, 105-123.
- Portugal, Sílvia (1995) “As mãos que embalam o berço. Um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 42, 155-178.
- Portugal, Sílvia (2006) *Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Portugal, Sílvia (2011) “Dádiva, Família e Redes Sociais” in Portugal, Sílvia; Martins, Paulo H. (eds.) *Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 39-53.

- Powell, Martin A. (ed.) (2007) *Understanding the Mixed Economy of Welfare*. Bristol. Policy Press.
- Ricoeur, Paul (1987) *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70.
- Robichaud, Suzie (2003) *Le Bénévolat. Entre le Coeur et la Raison*. Chicoutimi: Les Éditions JCL.
- Rousselle, Mylène (2011) “L’innovation sociale: au-delà du phénomène, une solution durable aux défis sociaux” *Les Cahiers de la Solidarité*. [?], 1-19. <https://www.google.pt/#q=L%27innovation+sociale%3A+au-del%3%A0+du+ph%3%A9nom%3%A8ne%2C+une+solution+durable+aux+d%3%A9fis+sociaux> [12 de maio de 2013].
- Santos, Boaventura de S. (1993) "O Estado, as relações salariais e o bem-estar na semiperiferia: o caso português" in Santos, Boaventura de Sousa (ed.) *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento, 15-46.
- Santos, Boaventura de S. (1994) *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de S. (2003a) “O Estado Heterogéneo e o Pluralismo Jurídico” in Santos, Boaventura de Sousa; Trindade, João Carlos (eds.) *Conflito e Transformação Social: uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 47-95.
- Santos, Manuel F. C. dos (2003b) *Desvitalização do Espaço Urbano - O Caso do Centro Histórico de Évora*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Área de Especialização: Família e População. Universidade de Évora.
- Sarkar, Soumodip (2009) *Empreendedorismo e Inovação*. Lisboa: Escolar Editora.
- Serapioni, Mauro; Ferreira, Sílvia; Lima, Teresa M. (2013) *Voluntariado em Portugal: contextos, atores e práticas*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida. http://fundacaoeugeniodealmeida.pt/direscrita/uploads/ESTUDO_VOLUNTARIAD O.pdf [25 de setembro de 2014].

- Silva, Augusto S. (2002) *Dinâmicas sociais do nosso tempo*. Porto: Editora da Universidade de Porto, 123-139.
- Silva, Filipe C. da (2013) “O modelo português de Estado-Providência: análise e perspectiva” in Carreira, Filipe da Silva (ed.) *Os Portugueses e o Estado-Providência- Uma Perspetiva Comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 23-42.
- Silva, Pedro A. (2002) “O modelo de *welfare* da Europa do Sul. Reflexões sobre a utilidade do conceito” *Sociologia e Práticas*. 38, 25-59.
- Simplício, Maria D. (1999) “Évora: Problemas do Desenvolvimento Urbano e Perspetivas Futuras, A Cidade de Évora” *Boletim de Cultura da CM*. II Série, nº3, [?].
- Skelcher, Chris (2012) “What do we mean when we talk about ‘hybrids’ and ‘hybridity’ in public management and governance?” *Institute of Local Government Studies Working Paper*. Birmingham: University of Birmingham.
- Sousa, Liliana; Hespanha, P.; Rodrigues, S.; Grilo, P. (2007) *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores, 85- 115.
- Strauss, Anselm; Corbin, Juliet (2008) *Pesquisa Qualitativa. Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 235-258.
- Svensson, Peter; Bengtsson, Lars (2010) “Users' Influence in Social-service Innovations: Two Swedish Case Studies” *Journal of Social Entrepreneurship*. 1: 2, 190-212. <http://dx.doi.org/10.1080/19420676.2010.511813> [21 de fevereiro de 2016].
- Tardif, Carole (2005) “Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisations de l’innovation sociale au CRISES” *Cahier du CRISES*. ET0513, 1-81.
- Torga, Miguel (2010) *Portugal*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Tremblay, Mireille (2001) “Le don, la dette et l’identité: homo donator vs homo oeconomicus” *NPS*. Vol. 14, no1, 212-216.

- Vale, Ana (2009) “Um Novo Paradigma para a Intervenção Social” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 5-15.
- Vale, Ana (2010) “Um Novo Paradigma para a Intervenção Social” in Vale, Ana; Henriques, José Manuel; Nunes, Maria do Carmo (eds.) *Para uma Nova Intervenção Social* http://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/02/44_SEPARATA_EQUAL.pdf [18 de novembro de 2015]
- Vibert, Stéphane (2004) “La communauté est-elle l’espace du don? De la relation, de la forme et de l’institution sociales (1 re partie)” *Revue du MAUSS semestrielle*. no24 353-374.
- Vignon, Jérôme (2009) “Inovação Social, um Motor do Modelo Social Europeu” *Cadernos Sociedade e Trabalho*. XII, 25-29.
- Virilio, Paul (2000) *A Velocidade da Libertação*. Lisboa: Relógio de Água.

Outros Recursos

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP. “Proposta de Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego.” http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/PO_inclusaosocial_emprego.pdf [18 de novembro de 2015].
- Associação de Fraternidade Prisional. “Entrevista a Dr.^a Ana Vale-Gestora EQUAL-Portugal”. <http://fiar-linho.blogspot.com/2009/03/dr-ana-vale-gestora-equal-portugal.html> [14 de dezembro de 2011].
- Comissão Europeia. “EUROPA 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”. http://ec.europa.eu/archives/growthandjobs_2009/pdf/complet_pt.pdf [07 de abril de 2013].
- Comissão Europeia. “Guide to Social Innovation”.

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/presenta/social_innovation/social_innovation_2013.pdf. [12 de maio de 2013].

CRISES. “Centre de Recherches sur les Innovations Sociales”

www.crisis.uqam.ca. [09 de outubro de 2009].

Decreto-Lei nº389/99 de 30 de Setembro. Diário da República nº 229/99 - I Série A. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Design Research Techniques. “Shadowing”.

<http://designresearchtechniques.com/casestudies/shadowing/> [22 de novembro de 2015].

EC. “Europa”. http://ec.europa.eu/research/social-sciences/projects/100_en.html. [20 de abril de 2013].

EUR-Lex. Access to European Union Law. “Année européenne de la créativité et de l’innovation (2009)”.

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=URISERV:129020> [14 de fevereiro de 2011].

EUR-Lex. Access to European Union Law. “Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - O conhecimento em acção: uma estratégia alargada para a UE no domínio da inovação”

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:52006DC0502> [04 de janeiro de 2011].

Fundação Eugénio de Almeida. “Fundação”.

<http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/fundacao/9.htm> [19 de outubro de 2015].

Monte Desenvolvimento Alentejo Central. “Divulgação Núcleos de Voluntariado de Proximidade (NVP)”. http://www.monte-ace.pt/site/ANEXO_3.pdf [16 de abril de 2013].

OECD. “Better Policies For Better Lives”.

<http://www.oecd.org/cfe/leed/leedforumonsocialinnovations.htm> [20 de abril de 2013].

Portugal 2020. “Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014”

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Nacional/RCM2073A_2014.pdf [26 novembro de 2015].

Quadro Comunitário de Apoio. “Iniciativas Comunitárias”.

<http://www.qca.pt/iniciativas/equal.asp> [20 de abril de 2013].

Réseau Québécois en Innovation Sociale. Boulanger, Catherine (*s.d.*) [?]

http://www.uquebec.ca/ptc/rqis/sites/www.uquebec.ca.ptc.rqis/files/Catherine%20Boulanger/section_2.pdf [20 de novembro de 2010].

SIIFSE: Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu. “Officebox do Voluntariado - Gestão e Animação de Voluntariado de Proximidade”

https://siifse.adcoesao.pt/asp/directorioProdutos/eqDetalhePBS.asp?LineId=76_PBS [20 de janeiro de 2016].

SIX. “Social Innovation Exchange”. <http://www.socialinnovationexchange.org/> [20 de abril de 2013].

APÊNDICES

Apêndice 1 | Guião de Entrevista para Beneficiários dos NVP

Apresentação da investigadora e do estudo (principais objetivos e fins a que se destina).

Explicitação do anonimato do entrevistado e do carácter confidencial das informações prestadas.

Solicitação de autorização para a gravação áudio da entrevista.

Apresentação do esquema da entrevista e dos temas abordados.

Entrevista nº	Data:	Hora:	Local:
Nome Entrevistada/o:			
NVP:			

I. Composição do Agregado Familiar da/o Entrevistada/o

	Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Situação Profissional
1						
2						
3						
4						
5						
6						

II. O Sítio

2.1. Vivência Local/Comunitária

Há quanto tempo está ligada/o a este sítio?

Quando e com quem veio viver para este sítio? Desde que aqui vive já mudou alguma vez de casa?

O que é que este sítio tem de melhor? E de pior?

Que pessoas conhece neste sítio? E como são as relações com essas pessoas?

2.2. Rede Familiar e de Vizinhança

Quais as pessoas que lhe são mais próximas? Por exemplo, quem lhe acode em caso de necessidade?

Durante o seu dia-a-dia, quem são as pessoas com quem costuma estar e falar?

III. As Transformações Globais

Na sua opinião, que mudanças têm havido nas últimas décadas, ao nível das relações sociais, relações familiares e relações de vizinhança?

O que é que mudou aqui? Como era antigamente?

Como descreveria as relações entre as pessoas antigamente?

A quem se recorria, nessa altura, para resolver os problemas que iam aparecendo? E a quem se recorre agora?

E como é que era esse apoio?

Pode por favor contar-me uma história relacionada com este assunto?

IV. A Inovação Social dos NVP

4.1. A Natureza do Voluntariado de Proximidade

O que são para si os NVP?

Como se envolveu com eles?

O que é que os NVP fazem?

O que é que os NVP fazem que você ou outras pessoas não possam fazer?

Porquê é que os NVP são importantes para si?

Com os NVP conhece e dá-se com mais vizinhos?

Para si, o que é que os NVP trazem de novo?

Conte-me lá o que é para si novo? E velho?

4.2. Entre o Formal e o Informal

Já conhecia as pessoas dos NVP? Se sim, no que é que mudou a sua relação com elas?

Porquê é que acha que as pessoas aderiram aos NVP? Na sua situação porquê é que aderiu?

O que se espera dos voluntários dos NVP?

Na sua opinião, o que é ser voluntário? Tem de se pertencer a uma instituição?

O que é que distingue voluntários de vizinhos?

Encontra parecenças entre os NVP e o que as famílias e os vizinhos fazem?

Para além destes momentos passados com os voluntários em que outras ocasiões é que se falam ou se veem?

Costuma dar ou receber algo dos voluntários?

O que fazem os conselheiros nos NVP?

Já conhecia algum dos conselheiros do NVP a que pertence?

Qual é a diferença entre conselheiros e voluntários?

Quem mais podia assegurar o que os NVP fazem?

Na sua opinião, quem é que devia assumir esta responsabilidade?

Que diferenças/semelhanças encontra entre o que os NVP fazem e o que se fazia antigamente em situações como a sua?

Há algo que queira acrescentar a esta entrevista?

Apêndice 2 | Guião de Entrevista para Voluntários dos NVP

Apresentação da investigadora e do estudo (principais objetivos e fins a que se destina).

Explicitação do anonimato do entrevistado e do carácter confidencial das informações prestadas.

Solicitação de autorização para a gravação áudio da entrevista.

Apresentação do esquema da entrevista e dos temas abordados.

Entrevista nº	Data:	Hora:	Local:
Nome Entrevistada/o:			
NVP:			

I. Composição do Agregado Familiar Da/o Entrevistada/o

	Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Situação Profissional
1						
2						
3						
4						
5						
6						

II. O Sítio

2.1. Vivência Local/Comunitária

Vive ou trabalha no território do NVP a que pertence?

Há quanto tempo está ligada/o a este sítio?

O que é que este sítio tem de melhor? E de pior?

Que pessoas conhece neste sítio? E como são as relações com essas pessoas?

III. As Transformações Globais

Na sua opinião, que mudanças têm havido nas últimas décadas, ao nível das relações sociais, relações familiares e relações de vizinhança?

O que é que mudou aqui? Como era antigamente?

Como descreveria as relações entre as pessoas antigamente?

A quem se recorria, nessa altura, para resolver os problemas que iam aparecendo? E a quem se recorre agora?

E como é que era esse apoio?

Pode por favor contar-me uma história relacionada com este assunto?

IV. Voluntariado

4.1. Questões Introdutórias

Já tinha sido voluntária/o antes de integrar os NVP? No caso de já ter desempenhado outras atividades de voluntariado diga-me, por favor, quais foram e onde.

Que motivos a/o levaram a fazer voluntariado?

Que experiência já tinha desse tipo de atividades/tarefas quando começou?

Hoje em dia, o que é que, em sua opinião, leva as pessoas a fazerem voluntariado?

4.2. Natureza do VP

Como e quando se envolveu com os NVP?

O que são para si os NVP?

O que é que os NVP fazem?

4.3. Os Voluntários nos NVP

Conte-me, por favor, as tarefas concretas que desempenha ou desempenhou nos NVP.

Como é que aprendeu essas tarefas? Teve formação?

No caso de ter experiências anteriores de voluntariado, que diferenças identifica com o atual tipo de voluntariado que desenvolve?

Quantas horas por semana e em que horário faz voluntariado nos NVP?

A quem é que tem que comunicar quantas horas fará e a que dias?

Quais são os seus deveres e direitos para com a instituição?

O que é que acontece se, por um azar, tiver um acidente enquanto realiza as suas tarefas de voluntariado?

Relate dois acontecimentos importantes na sua atividade como voluntária/o. Um positivo e outro negativo.

Vive dificuldades/frustrações como voluntária/o? O que faz perante as mesmas?

Pretende continuar a ser voluntária/o nos NVP? Porquê e por quanto tempo?

O que é que diria a uma pessoa para a convencer a entrar nos NVP?

Como é que a instituição arranja voluntários e conselheiros?

V. A Inovação Social dos NVP

5.1. Natureza e Processos

Ao quê é que os NVP tentam dar resposta?

Como e quem identifica o que os beneficiários precisam?

Pode, por favor, dar-me exemplos de mudanças que observa na vida dos beneficiários desde que estão nos NVP?

Como são avaliados os resultados das atividades que desenvolve?

O que é que os NVP fazem que você ou outras pessoas não possam fazer?

O que diferencia o voluntariado de proximidade de outros tipos de voluntariado que conheça e/ou observa?

Para si, o que é que os NVP trazem de novo?

Conte-me lá o que é para si novo? E velho?

O que é que acha que se está “a resgatar” com os NVP?

5.2. Entre o Formal e o Informal

Mantinha relações com os beneficiários do NVP antes de ser voluntária/o? Se sim, no que é que mudou a sua relação com eles?

Em que medida é que as atividades de voluntariado que desempenha contribuem para aproximá-la/o das pessoas que vivem neste local?

Porquê é que acha que as pessoas aderiram aos NVP? Na sua situação porquê é que aderiu?

Qual é para si o papel dos voluntários dos NVP?

Na sua opinião, o que é ser voluntário? Tem de se pertencer a uma instituição?

Então e o que é que distingue voluntários de vizinhos?

Encontra parecenças entre os NVP e o que as famílias e os vizinhos fazem?

Para além destes momentos passados com os beneficiários em que outras ocasiões é que se falam ou se veem?

Costuma dar ou receber algo dos beneficiários?

O que fazem os conselheiros nos NVP?

Já conhecia algum dos conselheiros do NVP a que pertence?

Qual é a diferença entre conselheiros e voluntários?

Quem mais podia assegurar o que os NVP fazem?

Na sua opinião, quem é que devia assumir esta responsabilidade?

Há algo que queira acrescentar a esta entrevista?

Apêndice 3 | Guião de Entrevista para Conselheiros dos NVP

Apresentação da investigadora e do estudo (principais objetivos e fins a que se destina).

Explicitação do anonimato do entrevistado e do carácter confidencial das informações prestadas.

Solicitação de autorização para a gravação áudio da entrevista.

Apresentação do esquema da entrevista e dos temas abordados.

Entrevista n°	Data:	Hora:	Local:
Nome Entrevistada/o:			
NVP:			

I. Composição do Agregado Familiar da/o Entrevistada/o

	Parentesco	Sexo	Idade	Estado Civil	Nível de Escolaridade	Situação Profissional
1						
2						
3						
4						
5						
6						

II. O Sítio

2.1. Vivência Local/Comunitária

Vive ou trabalha no território do NVP a que pertence?

Há quanto tempo está ligada/o a este sítio?

O que é que este sítio tem de melhor? E de pior?

Que pessoas conhece neste sítio? E como são as relações com essas pessoas?

III. As Transformações Globais

Na sua opinião, que mudanças têm havido nas últimas décadas, ao nível das relações sociais, relações familiares e relações de vizinhança?

O que é que mudou aqui? Como era antigamente?

Como descreveria as relações entre as pessoas antigamente?

A quem se recorria, nessa altura, para resolver os problemas que iam aparecendo? E a quem se recorre agora?

E como é que era esse apoio?

Pode por favor contar-me uma história relacionada com este assunto?

IV. Voluntariado

4.1. Questões Introdutórias

Já tinha sido voluntária/o antes de integrar os NVP? No caso de já ter desempenhado outras atividades de voluntariado diga-me, por favor, quais foram e onde.

Que motivos a/o levaram a fazer voluntariado?

Que experiência já tinha desse tipo de atividades/tarefas quando começou?

Hoje em dia, o que é que, em sua opinião, leva as pessoas a fazerem voluntariado?

4.2. Natureza do VP

Quando e como se envolveu com os NVP?

O que são para si os NVP?

O que é que os NVP fazem?

4.3. Os Conselheiros nos NVP

O que fazem os conselheiros nos NVP?

Conte-me, por favor, as tarefas concretas que desempenha ou desempenhou nos NVP.

Como é que aprendeu essas tarefas? Teve formação?

Quantas horas por semana e em que horário desempenha essas tarefas nos NVP?

Como se articula o seu trabalho com o da FEA, com o dos voluntários e com o dos beneficiários?

Quais são os seus deveres e direitos para com a instituição, e para com os voluntários e os beneficiários?

Está coberta/o por seguro?

Relate dois acontecimentos importantes na sua atividade como conselheira/o. Um positivo e outro negativo.

Pretende continuar a ser conselheira/o nos NVP? Porquê e por quanto tempo?

O que é que diria a uma pessoa para a convencer a entrar nos NVP?

Como é que a instituição arranja voluntários e conselheiros?

4.4. Tensões

No desempenho das suas funções como conselheira/o, quais são as suas prioridades?

Quais as dificuldades/frustrações que vive como conselheira/o? O que faz perante as mesmas?

Tem por hábito comunicar essas dificuldades à instituição?

Como lida com situações novas ou inesperadas? Pode, por favor, dar exemplos?

Enquanto conselheira/o, quais as tarefas mais difíceis de realizar? Porquê?

Qual é a diferença entre conselheiros e voluntários?

Como é encarada/o pelos beneficiários? E pelos voluntários?

O que é que distingue conselheiros de vizinhos?

V. A Inovação Social dos NVP

5.1. Natureza e Processos

Ao quê é que os NVP tentam dar resposta?

Como e quem identifica o que os beneficiários precisam?

Pode, por favor, dar-me exemplos de mudanças que observa na vida dos beneficiários desde que estão nos NVP?

Como são avaliados os resultados das atividades que desenvolve?

O que é que os NVP fazem que você ou outras pessoas não possam fazer?

O que diferencia o voluntariado de proximidade de outros tipos de voluntariado que conheça e/ou observa?

Para si, o que é que os NVP trazem de novo?

Conte-me lá o que é para si novo? E velho?

O que é que acha que se está “a resgatar” com os NVP?

5.2. Entre o Formal e o Informal

Já conhecia algum dos voluntários/beneficiários do NVP a que pertence? Se sim, no que é que mudou a sua relação com eles?

Em que medida é que as atividades que desempenha contribuem para aproximá-la/o das pessoas que vivem neste local?

Porquê é que acha que as pessoas aderiram aos NVP? Na sua situação porquê é que aderiu?

Encontra parecenças entre os NVP e o que as famílias e os vizinhos fazem?

Quem mais podia assegurar o que os NVP fazem?

Na sua opinião, quem é que devia assumir esta responsabilidade?

Há algo que queira acrescentar a esta entrevista?

Apêndice 4 | Lista de Entrevistados

DATA DA ENTREVISTA	DESCRIÇÃO	CODIFICAÇÃO
21 Abril 2011	Entrevista Exploratória a Beneficiária do GAS na Alta de Coimbra	AC1
22 Abril 2011	Entrevista Exploratória a Beneficiária do GAS na Alta de Coimbra	AC2
27 Maio 2011	Entrevista a Voluntário do NVP da Senhora da Saúde	VSS5
2 de Junho 2011	Entrevista a Beneficiária do NVP do Centro Histórico	BCH3
3 de Junho 2011	Entrevista a Beneficiária do NVP da Senhora da Saúde	BSS1
3 de Junho 2011	Entrevista a Beneficiária do NVP da Senhora da Saúde	BSS3
3 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP da Senhora da Saúde	VSS2
4 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP do Centro Histórico	VCH1
4 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP da Senhora da Saúde	VSS1
22 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP do Centro Histórico	VCH2
22 de Junho 2011	Entrevista a Beneficiária do NVP da Senhora da Saúde	BSS2
22 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP do Centro Histórico	VCH4
24 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP do Centro Histórico	VCH3
24 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP da Senhora da Saúde	VSS4
27 de Junho 2011	Entrevista a Beneficiária do NVP do Centro Histórico	BCH1
27 de Junho 2011	Entrevista a Beneficiária do NVP do Centro Histórico	BCH2
28 de Junho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP da Senhora da Saúde	VSS3
1 de Julho 2011	Entrevista a Conselheiro do NVP do Centro Histórico	CCC
4 de Julho 2011	Entrevista a Conselheiro do NVP da Senhora da Saúde	CSS
4 de Julho 2011	Entrevista a Voluntário do NVP do Centro Histórico	VCH5

ANEXOS

Anexo 1 | Conto “O Largo”

O Largo

Antigamente, o Largo era o centro do mundo. Hoje, é apenas um cruzamento de estradas, com casas em volta e uma rua que sobe para a Vila. O vento dá nas faias e a ramaria farfalha num suave gemido, o pó redemoinha e cai sobre o chão deserto. Ninguém. A vida mudou-se para o outro lado da Vila.

O comboio matou o Largo. Sob o rumor do rodado de ferro morreram homens que eu supunha eternos. O senhor Palma Branco, alto, seco, rodeado de respeito. Os três irmãos Montenegro, espadaúdos e graves. Badina fraco e repontão. O Estróina, bêbado, trocando as pernas, de navalha em punho. O Má Raça, rangendo os dentes, sempre enraivecido contra tudo e todos. O lavrador de Alba Grande, plantado ao meio do Largo com a sua serena valentia. Mestre Sobral. Ui Cotovio, rufião, de caracol sobre a testa. O Acácio, o bebedola do Acácio, tirando retratos, curvado debaixo do grande pano preto. E, lá ao cimo da rua, esgalgado, um homem que eu nunca soube quem era e que aparecia subitamente à esquina, olhando cheio de espanto para o Largo.

Nesse tempo, as faias agitavam-se, viçosas. Acenavam rudemente os braços e eram parte de todos os grandes acontecimentos. À sua sombra, os palhaços faziam habilidades e dançavam ursos selvagens. À sua sombra, batiam-se os valentes; junto do tronco de uma faia caiu morto António Valmorim, temido pelos homens e amado pelas mulheres.

Era o centro da Vila. Os viajantes apeavam-se da diligência e contavam novidades. Era através do Largo que o povo comunicava com o mundo. Também, à falta de notícias, era aí que se inventava alguma coisa que se parecesse com a verdade. O tempo passava, e essa qualquer coisa inventada vinha a ser a verdade. Nada a destruía: tinha vindo do Largo. Assim, o Largo era o centro do mundo.

Quem lá dominasse, dominava toda a Vila. Os mais inteligentes e sabedores desciam ao Largo e daí instruíam a Vila. Os valentes erguiam-se no meio do Largo e desafiavam a Vila, dobravam-na à sua vontade. Os bêbados riam-se da Vila, cambaleando, estavam-se nas tintas para todo o mundo, quem quisesse que se ralasse, queriam lá saber — cambaleavam e caíam de borco. Caíam ansiados de tristeza no pó branco do Largo. Era

o lugar onde os homens se sentiam grandes em tudo que a vida dava, quer fosse a valentia, ou a inteligência, ou a tristeza.

Os senhores da Vila desciam ao Largo e falavam de igual para igual com os mestres alvanéis, os mestres-ferreiros. E até com os donos do comércio, com os camponeses, com os empregados da Câmara. Até, de igual para igual, com os malteses, os misteriosos e arrogantes vagabundos. Era aí o lugar dos homens, sem distinção de classes. Desses homens antigos que nunca se descobriam diante de ninguém e apenas tiravam o chapéu para deitar-se.

Também era lá a melhor escola das crianças. Aí aprendiam as artes ouvindo os mestres artífices, olhando os seus gestos graves. Ou aprendiam a ser valentes, ou bêbados, ou vagabundos. Aprendiam qualquer coisa e tudo era vida. O Largo estava cheio de vida, de valentias, de tragédias. Estava cheio de grandes rasgos de inteligência. E era certo que a criança que aprendesse tudo isto vinha a ser poeta e entristecia por não ficar sempre criança a aprender a vida — a grande e misteriosa vida do Largo.

A casa era para as mulheres.

No fundo das casas, escondidas da rua, elas penteavam as tranças, compridas como caudas de cavalos. Trabalhavam na sombra dos quintais, sob as parreiras. Faziam a comida e as camas — viviam apenas para os homens. E esperavam-nos, submissas.

Não podiam sair sozinhas à rua porque eram mulheres. Um homem da família acompanhava-as sempre. Iam visitar as amigas, e os homens deixavam-nas à porta e entravam numa loja que ficasse perto, à espera que saíssem para as levarem para casa. Iam à missa, e os homens não passavam do adro. Eles não entravam em casas onde fossem obrigados a tirar o chapéu. Eram homens que, de qualquer modo, dominavam no Largo.

Veio o comboio e mudou a Vila. As lojas encheram-se de utensílios que, antes, apenas se vendiam nos ferreiros e nos carpinteiros. O comércio desenvolveu-se, construiu-se uma fábrica. As oficinas faliram, os mestres-ferreiros desceram a operários, os alvanéis passaram a chamar-se pedreiros e também se transformaram em operários. Apareceu a Guarda, substituiu os pachorrentos cabos de paz, e prendeu os valentes. As mulheres cortaram os cabelos, pintaram a boca e saem sozinhas. Os senhores tiram agora os chapéus uns aos outros, fazem grandes vénias e apertam-se as mãos a toda a hora. Vão à missa com as mulheres, passam as tardes no Clube, e já não descem ao Largo. Apenas os bêbados e os malteses se demoram por lá nas tardes de domingo.

Hoje, as notícias chegam no mesmo dia, vindas de todas as partes do mundo. Ouvem-se em todas as vendas e nos numerosos cafés que abriram na Vila. As telefonias gritam tudo que acontece à superfície da terra e das águas, no ar, no fundo das minas e dos oceanos. O mundo está em toda a parte, tornou-se pequeno e íntimo para todos. Alguma coisa que aconteça em qualquer região todos a sabem imediatamente, e pensam sobre ela e tomam partido. Ninguém já desconhece o que vai pelo mundo. E alguma coisa está acontecendo na terra, alguma coisa terrível e desejada está acontecendo em toda a parte. Ninguém fica de fora, todos estão interessados.

A Vila dividiu-se. Cada café tem a sua clientela própria, segundo a condição de vida. O Largo que era de todos, e onde apenas se sabia aquilo que a alguns interessava que se soubesse, morreu. Os homens separaram-se de acordo com os interesses e as necessidades. Ouvem as telefonias, leem os jornais e discutem. E, cada dia mais, sentem que alguma coisa está acontecendo.

Também as crianças se dividiram: brincam em comum apenas as da mesma condição; param às portas dos cafés que os pais ou irmãos mais velhos frequentam. O Largo, agora, é todo o vasto mundo. É lá que estão os homens, as mulheres e as crianças. No outro Largo, só os bêbados e os madraços dos malteses — e aqueles que não querem acreditar que tudo mudou. O certo é que ninguém já liga importância a esta gente e a este Largo.

As grandes faias ainda marginam o Largo como antigamente e, à sua sombra, João Gadunha ainda teima em continuar a tradição. Mas nada é já como era. Todos o troçam e se afastam.

João Gadunha, o bêbado, fala de Lisboa, onde nunca foi. Tudo nele, os gestos e o modo solene de falar, é uma imitação mal pronta dos homens que ouviu quando novo.

— Grande cidade, Lisboa! — diz ele. — Aquilo é gente e mais gente, ruas cheias de pessoal, como numa feira!

Gadunha supõe que em Lisboa ainda há largos e homens como ele conheceu, ali, naquele Largo marginado pelas velhas faias. A sua voz ressoa, animada:

— Querem vocês saber? Uma tarde, estava eu no Largo do Rossio...

— No Largo do Rossio?

— Sim, rapaz! — afirma Gadunha erguendo a cabeça, cheio de importância. — Estava eu no Largo do Rossio a ver o movimento. Vá de passar o pessoal para baixo,

famílias para cima, um mundo de gente, e eu a ver. Nisto, dou com um tipo a olhar-me de esquelha. Cá está um larápio, pensei eu. Ora se era!... Veio-se chegando, assim como quem não quer a coisa, e meteu-me a mão por baixo da jaqueta. Mas eu já estava à espera!... Salto para o lado e, zás, atiro-lhe uma punhada nos queixos: o tipo foi de gangão, bateu com a cabeça num eucalipto e caiu sem sentidos!

Uma gargalhada acolhe as últimas palavras do Gadunha.

— Um eucalipto?

Apenas por um pormenor, estragou uma tão bela história. Fosse antigamente, todos ouviriam calados. Agora, sabem tudo e riem-se. Mas Gadunha teima. Diz que sim, que já esteve no Largo do Rossio, lá em Lisboa.

— Vocês já viram um largo sem eucaliptos, ou faias, ou outra árvore qualquer? — pergunta ele, desnortado.

Todos se afastam, rindo.

João Gadunha fica sozinho e triste. Os olhos arrasam-se-lhe de água, a bebedeira dá-lhe para chorar. Agarra-se às faias, abraça-as, e fala-lhes carinhosamente. Aperta-as contra o peito, como se tentasse abarcar o passado. E as suas lágrimas molham o tronco carunchoso das faias.

Vai morrendo assim o Largo. Aos domingos, é ainda maior a dor do Largo moribundo. Vão todos para os cafés, para o cinema ou para o campo. O Largo fica deserto sob a ramaria das faias silenciosas.

É nesses dias, pelo fim da tarde, que o velho Ranito sai da venda rangendo os dentes. Outrora, foi mestre-artífice; era importante e respeitado. Hoje, é tão pobre e sem préstimo que nem sabe ao certo o número dos filhos. Apenas sabe embebedar-se. Pequeno e fraco, o vinho transforma-o. Entesa-se, ergue o cacete e, sem dobrar os joelhos, apenas com um golpe de pés, pula para o ar e dá três cacetadas no pó do Largo antes de tocar de novo com os pés no chão. Ergue a cabeça e grita, estonteado:

— Se há aí algum valente, que salte para aqui!

Mas já não há nenhum valente no Largo, já não há ninguém no Largo. Ranito olha em volta com o olhar espantado.

A vista turva-se-lhe, range os dentes:

— Ah vida, vida!...

Volteia o cacete sobre a cabeça. Vai de roda, feroz, pelo Largo ermo de vida, atirando cacetadas contra o chão. Vai, de cinta solta rojando, ágil e ridículo, a desafiar homens que já morreram.

Até que se cansa naquela luta desigual. O cacete despega-se-lhe das mãos e ele fica lasso, desequilibrado. Aos tropeções, pende para a frente e cai, tem que cair, o Largo já morreu, ele não quer, mas tem de cair. Pesado de bebedeira e de desgraça, cai vencido.

Uma nuvem de poeira ergue-se; depois, tomba vagarosa e triste. Tomba sobre o Ranito esfarrapado e tapa-o.

Ele já não pode ver que o Largo é o mundo fora daquele círculo de faias ressequidas. Esse vasto mundo onde qualquer coisa, terrível e desejada, está acontecendo.

Manuel da Fonseca, *O Largo*